

**DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR NO SUL DE MINAS GERAIS: UMA  
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE  
PROFESSORES E PESQUISADORES**

**ANA CAROLINA SANTANA**

**2008**

**ANA CAROLINA SANTANA**

**DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DE  
MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE  
PROFESSORES E PESQUISADORES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

Orientador  
Prof. Dr. Edgard Alencar

**LAVRAS  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2008**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da UFLA**

Santana, Ana Carolina.

Diversificação da agricultura familiar no sul de Minas Gerais: uma  
análise da percepção de professores e pesquisadores / Ana Carolina  
Santana. – Lavras : UFLA, 2008.

118 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2008.

Orientador: Edgard Alencar.

Bibliografia.

1. Diversificação. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento. 4. Sul  
de Minas Gerais. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 306.349

**ANA CAROLINA SANTANA**

**DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DE  
MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE  
PROFESSORES E PESQUISADORES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 25 de fevereiro de 2008.

Prof. Dr. Fernando Pacheco Cortez

UFSJ

Prof. Dr. Robson Amâncio

UFLA

Prof. Dr. Edgard Alencar  
UFLA  
(Orientador)

**LAVRAS  
MINAS GERAIS – BRASIL**

## AGRADECIMENTOS

*“Cada um que passa em nossa vida, passa sozinho, porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra. Cada um que passa em nossa vida passa sozinho, mas não vai só, nem nos deixa só, leva um pouco de nós, deixa um pouco de si mesmo. Há os que levaram muito, mas não há os que deixaram nada. Essa é a maior responsabilidade de nossas vidas. E a certeza de que as pessoas não se encontram por acaso” (Charles Chaplin).*

Por esta razão... Meus agradecimentos...

- A Deus, amigo querido de todos os momentos;
- Aos meus pais, José Maria e Nerleida pela vida, pelo exemplo de luta, perseverança e amor dedicados a mim e aos meus irmãos;
- Aos meus irmãos, Andressa e Júnior pelo companheirismo e amizade;
- A meu amor Heitor pela confiança, amor, carinho, e por sempre ter estado ao meu lado, apesar da distância;
- Aos meus familiares que torcem por mim desde a infância;
- Aos meus amigos e colegas, Danielle, Lélis, Mirella, Vanessa que se tornaram essenciais nessa minha caminhada, em especial a Patrícia, pela ajuda proporcionada durante esta pesquisa.
- Ao meu orientador, Prof. Edgard, pelo profissionalismo, dedicação e apoio a mim conferidos durante a realização deste trabalho;
- Aos professores e funcionários do DAE pela contribuição na construção do conhecimento;
- Aos pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e aos professores da UFLA que contribuíram para a realização desta pesquisa.

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
LISTA DE SIGLAS .....	i
LISTA DE QUADROS .....	ii
LISTA DE FIGURAS.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT .....	v
1 INTRODUÇÃO .....	1
1.1 Objetivos.....	4
1.1.1 Objetivo geral .....	5
1.1.2 Objetivos específicos .....	5
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
2.1 A integração rural-urbana e a agricultura familiar.....	6
2.2 Diversificação .....	13
2.3 Desenvolvimento rural e os mecanismos de intervenção .....	19
2.4 Teoria da ação social.....	24
3 METODOLOGIA .....	34
3.1 Seleção das organizações e dos entrevistados .....	34
3.2 Método de coleta de informações .....	36
3.3 Análise das informações .....	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	40
4.1. Diversificação .....	40
4.1.1. Diversificação Agrícola .....	44
4.1.2 Diversificação Rural .....	58
4.2 Objetos de orientação ponderados na avaliação da diversificação como estratégia de desenvolvimento, para propriedades familiares na RSMG ....	66
4.3 A tradição e sua influência na diversificação das propriedades familiares...	81
4.4 Emigração dos filhos e sua influência na diversificação das propriedades familiares.....	86
4.5 A atuação dos técnicos junto aos agricultores familiares da RSMG .....	88
4.6 Análise de convergência ou divergência de opiniões dos diferentes atores sociais, sobre a diversificação da agricultura familiar na RSMG.....	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	108
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112

## **LISTA DE SIGLAS**

RSMG	Região Sul de Minas Gerais
PU	Professor universitário
PE	Pesquisador
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
UFLA	Universidade Federal de Lavras
FAPEMIG	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão de Minas Gerais

## LISTA DE QUADROS

	<b>Página</b>
QUADRO 1 Categoria de atores sociais e número de entrevistados por categoria, 2007 .....	36
QUADRO 2 Atividades propícias à diversificação agrícola na RSMG, na opinião de pesquisadores e professores universitários, 2007 .....	46
QUADRO 3 Atividades propícias à diversificação rural na RSMG, na opinião de pesquisadores e professores universitários, 2007 .....	58
QUADRO 4 Fatores edafoclimáticos favoráveis à diversificação na opinião de pesquisadores e professores universitários, 2007 .....	66
QUADRO 5 Fatores infra-estruturais e de localização favoráveis à diversificação na opinião de pesquisadores e professores universitários, 2007 .....	70
QUADRO 6 Fatores limitantes que podem reduzir os impactos positivos dos fatores favoráveis de natureza edafoclimática, infra-estruturais e de localização sobre a diversificação das unidades de produção familiares sul-mineira, segundo pesquisadores e professores universitários, 2007 .....	73
QUADRO 7 Mecanismos de intervenção utilizados pelos técnicos na atuação junto aos produtores familiares da RSMG, na opinião de pesquisadores e professores universitários, 2007 .....	92



## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
FIGURA 1 Elementos articulados ao conceito de significado.....	27
FIGURA 2 Esquema dos componentes da ação.....	28
FIGURA 3 Processo de orientação.....	30
FIGURA 4 Esquema geral de interpretação empregado no estudo.....	31
FIGURA 5 Esquema geral para a construção de redes de significação.....	33
FIGURA 6 Esquema de manifestações dos entrevistados sobre um ou mais objetos de orientação.....	39
FIGURA 7 Avaliação da diversificação como fator de desenvolvimento da agricultura familiar na perspectiva de pesquisadores e professores: uma primeira aproximação, 2007.....	45
FIGURA 8 Produtos mais adequados para a diversificação agrícola, articulação entre fatores favoráveis e fatores limitantes na perspectiva de professores universitários e pesquisadores entrevistados, 2007.....	57
FIGURA 9 Atividades mais adequadas para a diversificação rural, articulação entre fatores favoráveis e fatores limitantes na perspectiva de professores universitários e pesquisadores entrevistados, 2007.....	65
FIGURA 10 Fatores favoráveis de natureza edafoclimáticos, infra-estruturais e de localização e fatores limitantes ponderados por pesquisadores e professores universitários na avaliação da diversificação como possível estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira, 2007.....	80

FIGURA 11 Diversificação como fator favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar da RSMG, na opinião dos atores sociais dos estudos anteriores, dos pesquisadores e professores universitários.....	100
FIGURA 12 Alternativas para diversificação agrícola, na concepção dos pesquisadores, dos professores universitários e dos atores sociais dos estudos anteriores.....	101
FIGURA 13 Alternativas para diversificação rural, na concepção dos pesquisadores, dos professores universitários e dos atores sociais dos estudos anteriores.....	103
FIGURA 14 Diversificação como fator limitante ao desenvolvimento da agricultura familiar da RSMG, na opinião dos atores sociais dos estudos anteriores, dos pesquisadores e professores universitários.....	104
FIGURA 15 Atuação dos técnicos, na opinião dos atores sociais dos estudos anteriores, dos pesquisadores e professores universitários.....	107

## RESUMO

SANTANA, Ana Carolina. **Diversificação da agricultura familiar no sul de Minas Gerais: uma análise da percepção de professores e pesquisadores.** 2008. 115 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais.\*

O objetivo desta pesquisa foi identificar e descrever a percepção que pesquisadores e professores universitários possuem da diversificação como um meio para promover o desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira e confrontar a percepção desses profissionais com a percepção dos diferentes atores sociais identificadas nos estudos anteriores, os produtores familiares, técnicos e representantes do governo local. Com relação à coleta de dados, utilizou-se a técnica “focused interview”. Os entrevistados foram selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento, sendo seis professores universitários e três pesquisadores. As duas categorias de entrevistados desse estudo tendem perceber a diversificação como favorável ao desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira, por representar uma alternativa de renda e reduzir riscos econômicos, evitando dessa forma, o êxodo rural. Os principais objetos de orientação que influenciaram a percepção dos atores, levando-os a considerar a diversificação como favorável, foram os fatores edafoclimáticos (clima, solo e recursos hídricos), os fatores infra-estruturais (estrutura viária, rede de escolas, assistência técnica e pesquisa ligada à agropecuária) e de localização, isto é, proximidade de grandes áreas metropolitanas. Apenas um dos pesquisadores entrevistados atribuiu à diversificação o caráter limitante por considerar que “uma diversificação muito grande” pode gerar dificuldades na comercialização e pelo fato de avaliar que o aumento de renda não seria significativo. Percebe-se que a diversificação agrícola é mais utilizada na região, tendo como principal alternativa a fruticultura com destaque para o figo e goiaba, e entre as atividades que envolvem a diversificação rural foram citadas a “agroindústria do produtor” e o turismo rural, sendo, no entanto, pouco exploradas na região. Pode-se perceber que nem sempre o que é considerado melhor para os produtores, na opinião dos próprios produtores, é visto da mesma forma pelos técnicos representantes do governo local, professores universitários e pesquisadores. Isso pode ser explicado pelo fato desses atores possuírem experiências, valores e crenças diferenciadas e situarem-se em diferentes contextos guiados por diferentes objetos de orientação para formação de sua percepção. Essa constatação sugere a necessidade de os formuladores de projetos de desenvolvimento levarem em conta as opiniões de diferentes atores sociais, adotando uma postura mais participativa.

---

\* Orientador: Edgard Alencar

## ABSTRACT

SANTANA, Ana Carolina. **Diversification of the family agriculture in southern Minas Gerais: an analysis of the university lectures and researchers' perception.** 2008. 115 p. Dissertation (Master in Administration) Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais. Brazil. \*

The objective of this research was to identify and to describe the perception that researchers and university lectures possess of the diversification as a middle to promote the development of the family farming in the southern Minas Gerais and to confront those professionals' perception with the different social actors' perception identified in the previous studies, family farmers' leaderships, agricultural technicians who advise them and local governments' representatives. With relation to data collection, the technique 'focused interview' was used. The interviewees were selected by the non-probabilistic method of sampling by judgment, where six professors and three researchers. The two categories of interviewees this research tend to see the diversification as a favorable development means while its represents for family farmers an income alternative and to reduce economical risks, avoiding in that way, the rural exodus. The main orientation objects that guided the actors' perceptions to consider the diversification as favorable means were the natural resources (climate, soil, hydric resources), infra-structural (structure of road, net of schools, technical attendance and researches related to the agricultural) and location factors, that is, proximities of great metropolitan areas. One of the researchers interviewees just attributed to the diversification the character of limiting factor for considering that "a very big" diversification can generate difficulties in the commercialization and for the fact of evaluating that the increase of income would not be significant. It is noticed that the agricultural diversification is more used in the study area, and its main activities involves horticulture, with prominence for the fig and guava, and among the activities that involve the rural diversification the "agroindustry of the producer" and the rural tourism they were mentioned, being, however, little explored in the area. It was observed that not always what producers considered to be better for themselves was seen in the same way by the technicians, the local government's representatives, researches and professors. These distinct visions may be explained by social characteristics that differentiate an actor from another, such as different experiences, values and background. These social factors may also conduct actors to have different interpretation and situational orientation. That verification suggests the agents' of development projects need they take into account the different social actors' opinions, adopting a posture more participant.

---

\* Adviser: Edgard Alencar  
Co-adviser: Robson Amâncio

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é no Brasil o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas, pessoas ocupadas e tem significativa importância econômica em diferentes cadeias produtivas. Entre as várias regiões mineiras, destaca-se nesse cenário a região Sul de Minas Gerais (RSMG), que possui uma estrutura agrária formada por um grande número de pequenas e médias propriedades. Dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 indicam que existiam nessa região, em 1995, 96.521 estabelecimentos rurais (19,40% do total de Minas Gerais), sendo que 91,30% deles apresentavam área inferior a 100ha (43,30% com área inferior a 10ha e 48,00% entre 10 a menos de 100ha).

A região possui uma localização privilegiada, estando próxima das maiores áreas metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) e conta com uma rede de escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), centros e estações experimentais da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), instituições de ensino técnico e superior em ciências agrárias. Uma característica marcante da região é a cafeicultura e a produção de leite. Esses produtos são comercializados ou processados por meio de cooperativas agropecuárias, bem como por um grande número de pequenas e médias agroindústrias.

Atualmente, têm-se feito esforços na região para a criação de formas alternativas de trabalho e sobrevivência, diminuindo os riscos inerentes de uma agricultura muito especializada. Portanto, diversificação constitui uma das opções estratégicas na política de desenvolvimento rural, em particular dos territórios rurais mais afetados pelo declínio de determinadas atividades ou flutuações cíclicas de preços. Todavia, segundo alguns autores, a busca de novas alternativas devem ser frutos de um processo de desenvolvimento em que os

agricultores tenham uma participação ativa na sua formulação<sup>†</sup>. Os mecanismos de intervenção utilizados por técnicos ou agentes de desenvolvimento, a atuação dos representantes dos governos locais em modelos representativos ou participativos de gestão e o nível de conscientização e organização dos produtores podem ser importantes instrumentos que conduzem ao desenvolvimento. Nesse sentido, torna-se relevante conhecer como diferentes atores sociais ligados à agropecuária da RSMG, interpretam o ambiente em que atuam, identificando possíveis fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento da agropecuária regional. Não se procura estabelecer se tais interpretações são ou não corretas, mas, simplesmente, identificar como diferentes atores vêem o mundo que os cerca e se existem assentimentos ou dissensões em suas visões. Considera-se fundamental para que haja intervenções participativas a identificação das concepções dos distintos atores acerca da realidade em que estão envolvidos e dos objetos situacionais em que tais concepções se assentam. Assumem-se, nesse trabalho, que assentimento e dissensões são fatores que devem ser identificados nos diagnósticos que antecedem a formulação de estratégias de intervenção por confrontar diferentes percepções, as quais, certamente, são fatores relevantes para as análises e para a subsequente formulação de planos de ação.

Essa dissertação pretende dar continuidade a uma pesquisa iniciada em 1996 e que procurou descrever os fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária no Sul de Minas Gerais, bem como identificar possíveis deficiências no aproveitamento dos fatores favoráveis e o potencial restritivo dos fatores limitantes. Na primeira fase da pesquisa (1996-1998), foram entrevistadas 10 lideranças de produtores empresários e 11 profissionais de ciências agrárias (três extensionistas da EMATER MG, três pesquisadores da

---

<sup>†</sup> Por exemplo, (Brose, 2002), Oakley e Garforth (1985), Oakley (1991), Rahman (1993) e Chambers (1993), (Oliveira, 2005), (Amâncio, 2006).

EPAMIG e cinco professores universitários) selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento<sup>‡</sup>. Na segunda fase (2003-2005), foram entrevistados 12 lideranças de produtores familiares, 10 técnicos que trabalhavam com agricultura familiar, também selecionados pelo método de amostragem por julgamento, bem como 13 autoridades municipais (prefeitos, secretários de agricultura ou responsáveis diretos pelo setor agropecuário municipal) das cidades onde residiam os produtores entrevistados (Alencar et al., 2001; Espírito Santo, 2000; Simão, 2005; Ferreira, 2007). As análises, conduzidas nas duas fases da pesquisa, classificaram os fatores favoráveis como culturais, sociais, edafoclimáticos (solo, clima e potencial hídrico), infra-estruturais (rede de cooperativas, instituições de ensino pesquisa e extensão, estrutura viária e sistema de comunicação) e localização (proximidade das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte). Os fatores infra-estruturais, de localização e edafoclimáticos constituíram-se na visão dos entrevistados, o grande diferencial da RSMG em comparação com outras regiões mineiras e brasileiras. Contudo, o potencial de desenvolvimento desses fatores era, na perspectiva dos entrevistados, restringido pelo desconhecimento de suas potencialidades, gestão ineficiente das cooperativas, integração deficiente entre extensão, pesquisa, universidade e produtores. Os fatores limitantes foram agrupados em categorias que retratavam o nível em que se encontravam, se o nível do produtor, se na região ou fora da região. Os fatores localizados fora da região foram citados com mais frequência e se referiam a objetos de orientação de natureza macroeconômica, tais como pequeno volume de recursos destinados ao crédito rural, elevadas taxas de juros e relação desfavorável entre preços pagos e recebidos. O potencial restritivo desses fatores foi associado à

---

<sup>‡</sup> Nesse método, as pessoas são escolhidas por preencherem critérios previamente definidos e relacionados com a relevância das informações que podem fornecer. Os entrevistados foram identificados partindo de indicações efetuadas por organizações públicas e privadas, que atuam na área de estudo.

insegurança para planejar, descapitalização das atividades agropecuárias, baixo nível tecnológico, desestímulo para a diversificação da produção e aproveitamento dos fatores de natureza edafoclimáticas, infra-estruturais e de localização.

Concluindo, ao procurar identificar e descrever como lideranças de produtores rurais e demais atores sociais interpretam o ambiente em que atuam, identificando possíveis fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da região sul de Minas Gerais, esses estudos mostraram que o processo de orientação não é linear, uma vez que os atores entrevistados estabeleceram múltiplas conexões entre objetos situacionais de diferentes naturezas. Ao revelar tais conexões, colocou-se também em evidência que o aproveitamento de fatores favoráveis e a neutralização ou redução dos impactos dos fatores limitantes ou restritivos subentendem a noção de interdisciplinaridade, uma vez que tais fatores representam dimensões que envolvem diferentes áreas do conhecimento. Esses resultados conduziram à terceira fase da pesquisa que constitui esse estudo e tem como alvo a percepção de pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária do estado de Minas Gerais e pesquisadores/professores da Universidade Federal de Lavras (UFLA). A inclusão desse atores decorre do fato de trabalharem na geração de tecnologias agropecuárias, consideradas pelos entrevistados dos estudos anteriores como uma atividade básica para o desenvolvimento econômico regional, mas, em certas circunstâncias, ainda distante da realidade da agricultura familiar. Tais considerações conduziram à formulação dos objetivos dessa pesquisa.

### **1.1 Objetivos**

Fundamentando-se nos estudos anteriormente realizados, foram estabelecidos os objetivos gerais e específicos dessa pesquisa.



### **1.1.1 Objetivo geral**

Identificar e descrever a percepção que pesquisadores e professores universitários possuem da diversificação como um meio para promover o desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira e confrontar a percepção desses profissionais com a percepção dos diferentes atores sociais identificada nos estudos anteriores.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- a) Identificar e descrever os fatores favoráveis e limitantes da diversificação na percepção de pesquisadores e professores.
- b) Identificar e descrever a percepção dos pesquisadores sobre as alternativas de diversificação e os motivos que sustentam a seleção de possíveis alternativas.
- c) Identificar e descrever quais seriam, na perspectiva de pesquisadores e professores universitários, as estratégias ou combinações de estratégias de intervenção mais adequadas para promover o desenvolvimento sustentável na RSMG e os motivos que validam as possíveis escolhas.
- d) Tendo como referência os objetivos específicos a, b e c, montar redes de significados comparando-se a percepção de pesquisadores e professores universitários com a percepção dos atores sociais estudados nas pesquisas anteriores.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Os fundamentos teóricos desta pesquisa assentam-se na revisão de literatura sobre a integração rural-urbana, agricultura familiar, diversificação, desenvolvimento rural e mecanismos de intervenção. As dimensões consideradas relevantes nessa revisão constituirão elementos centrais para a caracterização do macroambiente em que os diferentes atores sociais pesquisados atuam sendo, portanto, o pano de fundo para a compreensão de suas percepções. O marco geral de interpretação foi elaborado partindo da teoria da ação social e desenvolvido, paulatinamente, nos estudos que antecederam essa dissertação, referenciados no capítulo introdução.

### **2.1 A integração rural-urbana e a agricultura familiar**

Nas últimas décadas, ocorreram profundas transformações na agricultura brasileira, onde o setor primário passou a ser uma atividade integrada dos setores industriais e de serviços, e não somente um provedor de alimentos in natura e consumidor de seus próprios produtos.

Foi a partir da segunda metade da década de 1960, que se intensificou o processo de capitalização da agricultura brasileira, culminando com a constituição do complexo agroindustrial brasileiro (CAI) ou, como muitos autores preferem, dos sistemas agroindustriais. Embora suas bases tenham sido implantadas na década de 1950, com a expansão das indústrias de bens de produção, foi no final dos anos 1960 que o Estado formulou políticas voltadas para a industrialização da agricultura, visando atender à demanda interna e ao crescimento das exportações<sup>§</sup>. A expansão dos CAIs<sup>\*\*</sup> constituiu as novas bases

---

<sup>§</sup> Entre essas políticas, destacam-se os investimentos públicos em infra-estrutura (estrada, comunicação, comercialização, etc.), estabelecimentos de projetos especiais e programas regionais (renovação da cafeicultura e cacauicultura, expansão da triticultura e da sojicultura,

sobre as quais se estabelecem no presente, a integração rural-urbana no Brasil, passando os produtores rurais a conviver com as novas situações de mercado que os envolvem em uma complexa rede de interesses.

Nesse novo padrão de articulação rural-urbano, a agricultura se integra com outros ramos de produção denominados de setores “a montante” e “a jusante”<sup>††</sup>. Para produzir, observam Kageyama et al. (1990), a agricultura depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação. Por meio dessa integração são definidos modelos, os quais implicam certa divisão de tarefas entre os membros do CAI e entre esses e o seu ambiente, a definição de regras de condutas, produtos a valorizar em função de uma finalidade, processos técnicos a serem utilizados e, até mesmo, atores a serem incluídos ou excluídos por razões estritamente econômicas. Todavia, em um complexo não coexistem apenas agricultores, as firmas, os comerciantes, mas também forças intelectuais como, por exemplo, pesquisa e desenvolvimento, assistência técnica, serviços

---

desenvolvimento do cerrado, aproveitamento de várzeas, entre outros), incentivos aos investimentos privados em reflorestamento e à abertura de grandes fazendas nas regiões centro-oeste e amazônica, desenvolvimento das indústrias de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, reestruturação da pesquisa agropecuária e da extensão rural, incremento do crédito rural, geralmente a taxas de juros negativas (isto é, inferiores a taxas de inflação) e subsídios para aquisição de insumos e máquinas (Alencar, 2000).

<sup>\*\*</sup> Complexo agroindustrial é definido por Muller (1989, p.25) como um conjunto de processos técnico-econômicos ligados à produção agrícola, ao beneficiamento de sua produção, à produção de bens industriais para a agricultura e aos serviços financeiros e comerciais correspondentes. Embora o processo de capitalização da agricultura tenha sido predominante nas últimas décadas, não significa a homogeneização das formas de produzir na agricultura e nem a integração intersetorial completa em todos os tipos de atividades (Kageyama et al., 1990).

<sup>††</sup> Os componentes do complexo agroindustrial podem ser classificados como setores “a montante” e a “jusante” à agricultura (Delgado, 1985). O setor “a montante” refere-se ao conjunto de indústrias que fornecem ao setor agrícola insumos, máquinas e equipamentos, bem como os das demais empresas prestadoras de serviços, que são classificados como “inputs” ao processo de produção agropecuário (por exemplo: pesquisa, assistência técnica, crédito para custeio e investimento). O setor “a jusante” refere-se ao conjunto de indústrias que têm a agropecuária como fonte de serviços relacionados à comercialização de produtos agrícolas, armazenagem, entre outros (Alencar & Amâncio, 1993).

bancários, marketing, transporte, bolsas de mercadorias entre outros (Silva, 1996; Alencar et al., 2001). A interação desses diferentes atores sociais se dá em um contexto marcado por alto grau de concentração de capital e concorrência oligopólica, o que pode reduzir o poder de influência dos produtores rurais.

O surgimento dos complexos agroindustriais articula, assim, novos interesses. Segundo Delgado (1985), há um novo bloco de interesses rurais, em que sobressai a participação do grande capital industrial, do Estado, e dos grandes e médios proprietários rurais. Para Silva (1996), o Estado não é apenas o “locus” onde essas diferentes forças se confrontam e se aliam, mas também um ator mais ou menos forte na configuração e na polarização dos interesses que se organizam. Para Lamounier (1994), um modelo de análise de decisões políticas deve começar discriminando os atores sociais envolvidos, sua posição estrutural em termos de capacidade de influir (tanto no momento presente quanto como tendência temporal) e os recursos de poder (positivos ou negativos) à disposição de cada um.

Partindo desses três fatores, Lamounier (1994) agrupa os atores envolvidos na definição das políticas destinadas à agricultura em um “conjunto de atores efetivamente significativos” e em um “conjunto de atores que pouco influem no processo decisório”. O conjunto de atores “efetivamente significativos” é constituído por: atores governamentais, Congresso Nacional, médios e grandes produtores, agroindústria. O conjunto de atores que “pouco influem” é formado por: a) pequenos produtores, b) trabalhadores rurais, e, c) consumidores. Para Alencar (1997), os comentários ressaltando a diversidade social no campo, a situação de mercado e os recursos e limites do poder dos diferentes atores sociais, mostram que o novo padrão agrícola envolve o setor rural numa complexa rede de relações de interesses.

Porém, apesar de Lamounier (1994) enfatizar que pequenos produtores e trabalhadores rurais são atores que ocupam uma posição marginal na decisão das

políticas agrícolas, por exemplo, percebe-se que se têm expandido os movimentos sociais no campo reivindicando o acesso à terra e a efetivação de ações do Estado, no sentido de proporcionar à agricultura familiar meios que favoreçam o seu desenvolvimento. A mobilização dos trabalhadores sem-terra, a partir da segunda metade da década de 1990, é um exemplo da expansão desses movimentos. Cresce também a presença das organizações não-governamentais, propondo formas de intervenção na realidade rural, fundamentadas na participação cidadã e no associativismo (Alencar et al., 2001).

Portanto, as transformações em curso no processo de integração rural-urbana demandam, especialmente por parte dos produtores familiares, a formulação de estratégias que visem a negociação de interesses no âmbito do Estado quanto dos atores sociais localizados nos setores a montante e a jusante, como também a formulação de estratégias relacionadas com o processo produtivo no nível de suas propriedades. Apesar de ser caracterizada dentro da agricultura moderna como um segmento, “sem voz”, não é possível negar a importância que a agricultura familiar possui na economia do país, sendo por isso relevante estudá-la.

Para compreender o termo agricultura familiar é necessário distinguir os diferentes conceitos que lhe são atribuídos. Expressões como pequena produção, agricultura de subsistência, agricultura camponesa, produção de baixa renda, etc., são empregadas para designar formas de produção e organização social familiares. Aparentemente, tais denominações procuram explicar um mesmo fenômeno, qual seja o de uma forma de produção baseada no trabalho familiar, que possui diferentes níveis de integração com o mercado. Contudo, um exame mais atento revela que se diferenciam em função da ênfase que se coloca em uma ou mais variáveis, utilizadas com fins de definição.

*Quando se fala em pequena produção, a ênfase recai sobre o tamanho das unidades produtivas. Quando se trata de agricultura de subsistência, destaca-se a ausência de geração de excedentes, enquanto na produção de baixa renda é ressaltada a precariedade dos rendimentos obtidos (Peixoto, 2006).*

Por sua vez, o conceito de campesinato, objeto de inúmeras divergências, abrange quatro aspectos básicos, segundo Peixoto (2006): 1) a roça da família camponesa como a unidade multidimensional básica da organização social; 2) o trato da terra como principal meio de vida; 3) padrões culturais específicos ligados ao modo de vida de uma pequena comunidade/vizinhança rural; e a posição de "subalterno" - o domínio do campesinato por elementos de fora.

Esse autor entende as dificuldades de se definir agricultura familiar, no entanto, salienta que é possível formular um conceito de agricultura familiar articulando os seguintes elementos: uso predominante da força de trabalho familiar; a relevância do grupo familiar para os papéis produtivos (divisão do trabalho) e gerenciais; e reprodução social do grupo familiar como elemento de racionalidade predominante.

O agricultor familiar pode se apresentar sob uma enorme diversidade de situações e por condicionantes históricos, tornando-se importante caracterizar ou conceituar esse seguimento social. Das distinções existentes, vale destacar a apresentada por Lamarche (1993) que define a agricultura familiar como aquela em que o trabalho, a terra, o capital e a gestão da propriedade são predominantemente familiares. O agricultor que possui um pedaço de terra e nele produz com seu próprio trabalho e de sua família e com capital proveniente desse trabalho é caracterizado como familiar. Enquanto a exploração camponesa é definida pelo autor a partir dos seguintes princípios: a produção é voltada para o consumo e os seus objetivos são de produção de valor de uso e não de troca; o

trabalho é familiar e não há como mensurá-lo, criando-se certa autonomia em relação ao conjunto da sociedade.

Alencar (2000) também distingue a agricultura familiar do campesinato. Para esse autor, a unidade familiar pode ser caracterizada sob duas principais perspectivas: a empresa familiar e a unidade camponesa. As empresas familiares são caracterizadas por possuírem uma área modular onde se predomina a força de trabalho da família e que apresenta alta composição de capital de exploração e alto grau de comercialização da produção. Entretanto, há a predominância do trabalho da família, não só na gestão do empreendimento, mas, sobretudo nas atividades relacionadas com o trabalho direto com criações ou lavouras. Na unidade camponesa, também há a predominância do trabalho familiar, ela possui baixo nível de capitalização e comercialização e é uma unidade policultora e minifundiária. Nos dois casos, a produção é destinada ao autoconsumo e comercialização, porém, especialmente na agricultura camponesa, em que as rendas líquidas são baixas, o produtor primeiramente garante sua sobrevivência, e somente o restante da produção é comercializado. Por isso, no primeiro caso, o nível de exploração e comercialização dos produtos é maior. Mas, apesar das peculiaridades existentes entre essas unidades de produção, elas possuem em comum a utilização de força de trabalho, que é caracterizada pelo predomínio da mão-de-obra familiar.

Entre as duas categorias consideradas pelo autor – a empresa familiar e a unidade camponesa – existem tipos híbridos que devem ser considerados na discussão sobre a agricultura familiar. Esses tipos híbridos são unidades que possuem características que oscilam entre as duas principais perspectivas apresentadas. Ou seja, para Alencar (2000), há diferentes racionalidades a serem consideradas para a compreensão da agricultura familiar. Para Simão (2005), a racionalidade nesse contexto pode ser entendida como a forma com que os produtores compreendem e realizam seu trabalho e sua conseqüente finalidade e

importância. Dessa forma, pode-se perceber tanto a presença de uma racionalidade instrumental, na medida em que há uma preocupação voltada à comercialização desses produtos, quanto de uma racionalidade substantiva, uma vez que há também uma preocupação com a produção para a sobrevivência familiar.

Segundo Santos (1999), o agricultor familiar é o sujeito que produz, com a força da mão-de-obra de sua família, contratando trabalhadores externos de forma esporádica e pouco significativa. O negócio está sempre presente, assim como as relações vicinais e de parentesco, desde produtos de subsistência até bens que significam acumulação, de irmãos a compadres. A venda e a aquisição são constantes e obedecem a uma lógica peculiar.

De acordo com Chayanov (1974), na agricultura camponesa o camponês utiliza sua força de trabalho e de sua família para a produção, que é direcionada para consumo familiar. O excedente é visto como uma retribuição do seu próprio trabalho e não como lucro, ou seja, o principal objetivo da produção camponesa e das eventuais vendas dos produtos é a subsistência da família e não a obtenção de lucro. Porém, às vezes são criadas situações em que o camponês é obrigado a submeter a sua própria força de trabalho ao capital. Vale ressaltar que, aparentemente, esse autor não difere a agricultura familiar da camponesa, pois acredita que a lógica de trabalho e exploração é a mesma para os dois.

O que é possível identificar como ponto comum entre os diversos conceitos apresentados é que esse tipo de agricultor pode ser identificado pela presença predominante do trabalho da família, na produção. A fim de alcançar o consenso, apresenta-se o conceito exposto por Denardi (2007) e Schuch (2004) de que os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família e, neles, a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. A gestão e o trabalho são predominantemente



familiares e ao mesmo tempo, uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social.

Para fins desse trabalho, será utilizado esse último conceito, de maneira que a agricultura familiar será aqui caracterizada como sendo a unidade na qual a mão-de-obra e a gestão são predominantemente familiares, indiferente das formas de aquisição de capital e do destino dado à produção, podendo estar presente tanto em unidades modulares quanto em submodulares, desde que a mão-de-obra e a gestão sejam da família.

## **2.2 Diversificação**

A importância da agricultura familiar no cenário brasileiro é indiscutível. Apesar do modelo concentrador das políticas de modernização da agricultura nas últimas décadas do século passado, a agricultura familiar responde pela produção de, aproximadamente, 40% da riqueza gerada no meio rural brasileiro. É, além disso, responsável por significativa parcela dos rebanhos e também do cultivo de todos os tipos de alimentos presentes na mesa dos brasileiros (Ortega & Só, 2006).

Apreende-se dessa informação a importância dos estabelecimentos familiares na geração e manutenção do emprego no campo, sendo significativa sua participação na riqueza gerada no meio agropecuário, tendo-se em vista a área por ela ocupada. Como observa Schuch (2004), a agricultura familiar é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável.

Mesmo diante de sua importância, a agricultura familiar não chegou a fazer parte de uma alternativa viável de desenvolvimento. Nas últimas quatro décadas, as políticas públicas criadas para a agricultura contemplaram,

principalmente, a política agrícola, sendo que a política agrária<sup>##</sup> sempre ocupou uma posição marginal ou inexistente. Por conseguinte, poucas foram e ainda são as políticas voltadas para o fortalecimento e desenvolvimento dos produtores familiares devido ao fato de que os agricultores familiares nunca tiveram organização e força a ponto de influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola (Denardi, 2007).

Todavia, percebe-se que esse comportamento dos produtores familiares vem se modificando. Por meio dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais foi possível, em 28 de junho de 1996, mediante o decreto nº. 1.946, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros. Conforme Delgado (2001), as políticas diferenciadas buscam formas democráticas de integração da agricultura familiar ao desenvolvimento econômico, político e social do país, sendo necessariamente descentralizadas e participativas, além de possuírem uma política fundiária claramente delimitada.

Segundo Ferreira et al. (2001), a valorização da agricultura familiar no âmbito das políticas públicas possibilitou o surgimento do PRONAF, como

---

<sup>##</sup> Política agrícola e política agrária estão associadas às noções de “questão agrícola” e “questão agrária”. Questão agrícola, segundo Silva (1982, p.11), “diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organizam o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc”. Para Delgado (2001, p. 23-25), a política agrícola visa afetar o comportamento de curto prazo dos agricultores e dos mercados agropecuários, como fatores estruturais (tecnologia, uso da terra, etc) que determinam seu comportamento de longo prazo, ou seja, regulariza as relações de preços de produtos e de fatores, as condições de comercialização e de financiamento, entre outras. Já a política agrária para esse autor, tem como objetivo intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecente no meio rural. Quanto ao relacionamento entre essas duas políticas, há duas observações: a política agrícola traz sempre implícita uma política agrária determinada; e a tendência tem sido até recentemente, a de estabelecer uma polarização excludente entre esses dois tipos de políticas, progressista e conservadora. Ver também Veiga (1998, p. 27-31).

mecanismo específico para o fomento dessas unidades produtivas. Até então, o financiamento do pequeno produtor restringia-se quase exclusivamente aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária (PROCERA) que tinha destinação específica e limitada. Para os autores, o entendimento de que o desenvolvimento do país passa necessariamente pela agricultura familiar abriu espaço para ela tornar-se merecedora de políticas específicas com vistas ao seu fortalecimento.

Deve-se ressaltar também a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a manutenção da população rural:

*De acordo com estudos do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)<sup>§§</sup>, as operações de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 2003, mantiveram 3,3 milhões de agricultores em seus postos de trabalho e geraram 650 mil novos empregos no campo. Tais números não são de desprezar, sobretudo, porque o mesmo volume de recursos, se concedido às atividades urbanas, geraria parcelas menores desse volume de postos de trabalho (Ortega & S6, 2006).*

Todavia, autores consideram que nem todos os segmentos da administração pública percebem esse potencial dinâmico que é atribuído à agricultura familiar. Essa dissensão fica mais evidente quando discutem o significado que atribuem a programas voltados para esses agricultores. O PRONAF, por exemplo, é visto sob duas diferentes esferas no âmbito do governo federal. Segundo Denardi (2007), os ministérios da Fazenda e da Agricultura vêem o PRONAF apenas como uma política social compensatória, isto é, como mero paliativo para minorar os efeitos da "inevitável" marginalização e exclusão dos pequenos agricultores sem condições reais de integração e competição nos mercados globalizados. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, respaldado por setores do Banco Nacional de

---

<sup>§§</sup> Disponível em: <<http://www.ibase.br>>.

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto de Pesquisa em Economia Agrícola (IPEA), atribuem ao PRONAF a importância e amplitude de uma efetiva política de desenvolvimento rural. As políticas de desenvolvimento rural representam, em princípio, tentativas de integração da política agrícola e da política agrária, procurando atender às particularidades de cada região (Delgado, 2001).

O PRONAF tem socializado o financiamento de custeio de produtos, sistemas e pacotes tecnológicos tradicionais. Todavia, falta crédito para investimentos e, principalmente, para financiar mudanças nos sistemas de produção, reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural. Os bancos comerciais dificilmente financiam sistemas de produção diversificados e sustentáveis ou produtos orgânicos e diferenciados (Denardi, 2007).

Nesse contexto, seja ou não como medida paliativa, buscam-se alternativas que possibilitem ao agricultor familiar maior garantia de sobrevivência e maior acesso a melhores rendas em um ambiente de constantes mudanças e adaptações. A diversificação é considerada uma das formas para diminuir os riscos de se ter apenas uma atividade como principal fonte de renda e manutenção familiar. Vista como um ato coletivo pertencente a um processo de revitalização social, econômica, política e ambiental, a diversificação constitui uma das opções estratégicas na política do desenvolvimento rural e, em particular, dos territórios rurais mais afetados pelo declínio de determinadas atividades. A diversificação se destina não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas, igualmente, a assegurar o autoconsumo e a agregação de valor, garantindo maior rentabilidade aos produtores familiares (Simão, 2005).

O termo diversificação pode ser empregado de duas maneiras: quando aplicado à atividade agrícola exercida pelos agricultores nas suas explorações ou sempre que associado a uma comunidade rural, essencialmente dependente da

atividade agrícola (IDRHa, 2004)\*\*\*. No âmbito desse estudo, somente a primeira denominação de diversificação será utilizada, devido a sua importância constatada nas pesquisas anteriores. Por conseguinte, o conceito de diversificação empregado nessa pesquisa está associado à multifuncionalidade e significa o exercício simultâneo e, ou sucessivo, por uma mesma pessoa, de várias atividades de caráter agrícola e não-agrícola, no sentido de tornar mais competitivas as explorações, por meio de alternativas que se complementem (IDRHa, 2004).

Quando se fala em diversificação, é preciso que se compreenda a diferença existente entre diversificação agrícola e diversificação rural. A diversificação agrícola refere-se à implantação de duas ou mais atividades agropecuárias em uma propriedade rural; por exemplo, uma propriedade que produza café, milho, leite e crie suínos é considerada uma propriedade “agrícola” diversificada. Porém, conforme defende Silva (2001), diversificar apenas a produção agrícola de uma região não é o suficiente, pois traz poucas melhorias na renda das famílias agrícolas pobres que dependem dos mercados locais de trabalho. Dessa forma, torna-se importante o desenvolvimento simultâneo da diversificação rural.

A diversificação rural refere-se à implantação simultânea de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma propriedade, configurando-se por meio de um mercado relativamente indiferenciado que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústria, têxtil, etc.) ou pela combinação de atividades urbanas do setor terciário com o conjunto das atividades agropecuárias.

A diversificação rural pode, então, ser caracterizada como pluriatividade que, de acordo com Silva (2001), representa a nova base da agricultura moderna, uma vez que considera fundamental a criação de um novo conjunto de políticas

---

\*\*\* Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa).

não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais, proporcionando condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem a necessidade de migrações para as cidades.

A pluriatividade pode ser entendida, segundo Schneider (2001), como uma estratégia de reprodução social da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam, fundamentalmente, com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, o autor argumenta que, embora integradas ao ordenamento social e econômico, essas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas.

Desse modo, autores enfatizam que a agricultura familiar possui um caráter pluriativo por ter a capacidade de combinar atividades agrícolas e com outras não-agrícolas, além de poder buscar algum rendimento fora do estabelecimento produtivo, numa atividade de comércio ou prestação de serviços (Perondi & Ribeiro, 2000). Essa integração de atividades pode ser responsável por impulsionar o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, acredita-se que, por meio de um enfoque integrador das atividades agrícolas e não-agrícolas, seja possível promover um modelo de desenvolvimento rural que permita aos seus habitantes melhorarem suas condições de emprego, renda e qualidade de vida. Esse modelo busca tanto a diversificação agrícola quanto a rural implicando assim, na elaboração de políticas definidas como “agri-rurais”. Ou seja, busca-se a promoção do desenvolvimento das atividades agrícolas para o produtor, por meio da liberação de créditos ou subsídios, por exemplo, e, simultaneamente, procura-se elevar a renda do produtor pela criação de empregos não-agrícolas (Balsadi, 2001). Mas

a discussão desse tema não pode prescindir de uma revisão sobre as distintas concepções de desenvolvimento e intervenção na realidade rural.

### **2.3 Desenvolvimento rural e os mecanismos de intervenção**

Desenvolvimento compreende um processo que permeia a história de uma dada sociedade, envolvendo todo o tipo de avanços, retrocessos, conflitos, pactos entre os atores envolvidos e que, gradualmente, permite um incremento na qualidade de vida de dada população (Brose, 2002). O tema do desenvolvimento local vem sendo, nos últimos anos, objeto de intensos debates entre especialistas, militantes de movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas dirigidas à agricultura e ao meio rural (Wanderley, 2000). Para alguns autores, o adjetivo “local” faz parte do novo discurso das agências de desenvolvimento, públicas e privadas, no intuito de captar recursos financeiros. Para outros, representa uma eficaz alternativa de melhoramento das condições de vida das comunidades, através de processos que buscam dotá-las de maior capacidade de gestão e de administração de seus próprios recursos e potencialidades.

Considerando a segunda vertente do que significaria “local”, Ortega & Só (2006) enfatizam que na base do desenvolvimento local, está a identificação ou criação de uma cultura cooperativa na comunidade, que defende uma perspectiva de desenvolvimento alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível local, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, com o objetivo de criar uma trajetória de desenvolvimento autônoma.

Oakley & Garforh (1985) identificam três dimensões que consideram fundamentais no processo de desenvolvimento de uma região ou país: a econômica, a social e a humana. A econômica refere-se à capacidade produtiva do país ou localidade. A dimensão social refere-se à possibilidade de os membros de uma sociedade terem acesso aos benefícios institucionais como

educação, saúde, lazer, moradia, segurança, etc. E a dimensão humana refere-se ao fato das pessoas se transformarem de sujeitos passivos em sujeitos ativos, ou seja, tornarem-se pessoas conscientes de seu papel na sociedade enquanto cidadãs. Para esses dois atores, não basta considerar desenvolvimento somente sobre a perspectiva do crescimento econômico, é fundamental que se considere sobre o seu aspecto social e humano.

Desse modo, o desenvolvimento local pode ser definido numa perspectiva do desenvolvimento como liberdade, conforme salienta Dowbor (1996) e Sen (2000). Para esses autores, o desenvolvimento local precisa ser conceituado sob uma roupagem que não se subordine aos agregados macroeconômicos ou à eficiência das unidades de produção. Torna-se necessária uma visão de desenvolvimento que coloque o ser humano e os interesses coletivos como ponto central, convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos. Essa missão do processo de desenvolvimento não permite que seus defensores desconsiderem outros fatores como qualidade de vida, socialização do poder, distribuição da renda, acesso aos serviços públicos e aos benefícios da tecnologia.

Segundo Oliveira (2005), as estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável são partes primordiais para qualquer política pública nos dias de hoje. Apesar das considerações de Giddens (1999) de que a definição de desenvolvimento sustentável é imprecisa pois, se relaciona com a manutenção de recursos, para o atendimento de necessidades sobre as quais não sabemos quais serão, Oliveira (2005) defende que é preciso satisfazer as necessidades da geração atual sem, no entanto, comprometer a possibilidade das gerações futuras serem capazes de satisfazer as suas necessidades vindouras.

Esse modo de entender o desenvolvimento propõe discussões sobre as estratégias de intervenção e o papel que diferentes atores sociais podem desempenhar nessas estratégias. Tendo como referência o trabalho comunitário,



Alencar (1995) define intervenção como uma ação ou um conjunto de ações praticadas por pessoas que não pertencem à localidade onde as ações se desenvolvem. Ela pode assumir um caráter tutorial ou educativo. Na intervenção tutorial, observa Alencar (1990), a ação é orientada no sentido de introduzir idéias que, pré-estabelecidas pelos agentes de desenvolvimento e as pessoas “alvos”, se responsabilizarão apenas pela execução das decisões previamente estabelecidas. O caráter educativo caracteriza a intervenção em que os agentes de desenvolvimento são responsáveis por orientar a população sobre como realizar o diagnóstico, definir os objetivos e os meios para alcançá-los, posteriormente avaliá-los e propor possíveis ajustes para seu aperfeiçoamento.

Abramovay (2003) identificou numa pesquisa realizada no sul do país que, para alguns extensionistas rurais dessa região, os principais obstáculos para que as suas ações se transformem em parte de um processo de desenvolvimento seriam: a falta de confiança dos produtores na própria capacidade; a dependência dos produtores com relação às autoridades municipais; a falta de preparo dos próprios técnicos; a baixa participação da sociedade civil local nas associações; a baixa informação dos produtores; a participação exclusivamente dos homens, com a exclusão de mulheres e jovens. Visando a superação desses limites, Cassaroto Filho & Pires (1998) salientam que é necessário um consenso em torno do projeto de desenvolvimento – que eles denominam de “Pacto Territorial” - respeitando as seguintes condições: a) mobilizar os atores em torno de uma “idéia guia”; b) contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; c) definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; d) realizar um projeto definido; e) criar uma identidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial.

Complementando essa visão, Abramovay (2003) cita sete desafios para o desenvolvimento rural: 1) a mudança do ambiente educacional existente no

meio rural, isto é, modificar o conjunto do ambiente que se refere ao uso do conhecimento no meio rural; 2) os projetos de desenvolvimento devem extrapolar um único setor profissional para que possam ter mais chances de sucesso; 3) a ação extramunicipal deve ser um dos trunfos a que as organizações e os técnicos devem recorrer para que se possa ampliar o raio das relações; 4) torna-se fundamental a organização de iniciativas que comecem a materializar a existência da dinâmica territorial (ex. feiras de produtores rurais); 5) criar novos mercados que coloquem em destaque capacidades regionais “territorializadas” (ex. valorização do artesanato local); 6) valorização das faculdades existentes no interior do país e das universidades, pois podem exercer um papel decisivo na formação das redes territoriais de desenvolvimento; 7) construir uma nova visão - inclusive sob o ângulo estatístico - do que significa meio rural, ou seja, é essencial formular procedimentos estatísticos que não separem as cidades das regiões rurais em que estão inseridas, permitindo uma visão territorial sobre o processo de desenvolvimento.

Diante das estratégias de intervenção, pode-se enfatizar que a participação e a conscientização dos envolvidos no processo são de suma importância para que o projeto de desenvolvimento possa ser concretizado. Oakley & Garforth (1985), analisando projetos de desenvolvimento, identificaram diferentes significados atribuídos ao termo participação: a) envolvimento voluntário dos indivíduos nos programas, sem, contudo, participarem da sua elaboração; b) sensibilização dos indivíduos, aumentando-lhes a responsabilidade para responderem às propostas de programas de desenvolvimento e encorajando iniciativas locais; c) envolvimento dos indivíduos no processo de tomada de decisão, na implementação dos programas, na divisão dos benefícios e na avaliação das decisões tomadas; d) associação do conceito de participação com a iniciativa de pessoas e grupos, visando à solução de seus problemas e à busca de autonomia; e) organização de esforços de

pessoas excluídas para que elas aumentem o controle sobre recursos necessários ao desenvolvimento e sobre as instituições que regulam a distribuição desses recursos; f) associação do conceito de participação com o direito e o dever dos indivíduos participarem na solução dos seus problemas, terem responsabilidade de assegurar a satisfação de suas necessidades básicas, mobilizarem recursos locais e sugerirem novas soluções, bem como de criarem e manterem as organizações locais.

Para Bordenave (1992), a participação é inerente à natureza social do homem, seja por uma base afetiva – participar pelo “prazer em fazer coisas com outros”, seja por uma base instrumental – participar porque “é mais eficaz e eficiente fazer coisas com outros do que fazê-las sozinhos”. Desse modo, o autor indica que é possível fazer parte sem tomar parte, o que lhe permite diferenciar a participação ativa da participação passiva como sendo “a distância entre o cidadão engajado e o cidadão inerte” (Bordenave, 1992, p.22).

Visando proporcionar a participação ativa dos cidadãos, torna-se fundamental a ampliação de espaços para processos de gestão democráticos no intuito de que a sociedade civil seja capaz de contribuir para a geração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2005). No entanto, é importante identificar a real participação dos indivíduos, pois muitas propostas acabam sendo uma maneira de disfarçar, encobrir o poder com a capa da participação. Portanto, o poder deve ser encarado de frente para que a participação possa ser efetivamente realizada nos projetos de desenvolvimento (Demo, 1996). Contudo, observa-se que participação é um processo multidimensional e varia de situação para situação em respostas a circunstâncias particulares. Não existe um único modo de compreender esse processo e a sua interpretação está mais em função da perspectiva de análise empregada (Alencar, 1997).

A diversidade de interpretações relacionadas com os temas “integração rural-urbana”, “agricultura familiar”, “desenvolvimento”, “intervenção” e “diversificação”, evidenciada pela revisão de literatura, orientou a busca por um referencial teórico que permite trabalhar com diferentes perspectivas. Nesse estudo, foi escolhida a teoria da ação social.

#### **2.4 Teoria da ação social**

Apesar de possuir diferentes vertentes, como observa Craib (1992), a teoria da ação social tem seu foco principal na interpretação que o ser humano faz do mundo como elemento central de sua conduta. Nesse sentido, Bandura (2001) observa que as pessoas constroem respostas explicativas partindo da observação das relações entre acontecimentos no mundo que as envolve. Na sociologia compreensiva, que possui em Max Weber seu principal expoente, o comportamento humano é explicado como um produto de escolhas e intenções dos atores sociais<sup>†††</sup>. Essa postura epistemológica é também assumida pelo interacionismo simbólico, pela fenomenologia, pela etnometodologia (Layder, 1994) e pela teoria social cognitiva (*social cognitive theory*), segundo Bandura (2001).

Tais abordagens são conhecidas também como “microteorias” por centrarem suas análises nas ações dos atores sociais e não na macroestrutura da sociedade (Layder, 1994). Todavia, são também conhecidos os esforços no sentido de aproximação ou superação do dualismo entre “indivíduo e sociedade” (macro e microanálise) conduzidos, entre outros, por Jürgen Habermas (“ação comunicativa”), Michel Foucault (“poder e conhecimento”) e Pierre Bourdieu (“prática social”), Alain Touraine (“sistema de ação política”), Georg Lukács

---

<sup>†††</sup> Ver, por exemplo, “Conceitos sociológicos fundamentais”, o primeiro capítulo do livro “Economia e sociedade” (Weber, 1969).

(“história e consciência de classe”), Anthony Giddens (Teoria da estruturação)<sup>†††</sup>.

Dentro dessa perspectiva, por exemplo, Giddens (1979) enfatiza que o conceito central da teoria da estruturação é denominado de “dualidade da estrutura”. Esse conceito permite, por um lado, o estudo analítico da ação desenvolvida por atores individuais e, por outro lado, o exame dos impactos da estrutura sobre aqueles mesmos agentes, destacando-se que as estruturas tanto restringem como facilitam a própria ação, permitindo, assim, a possibilidade de que os atores possam alterar comportamentos, tornando-se plausível um processo contínuo de mudança social. Em outras palavras, os atores não estão passivos ao determinismo das regras sociais.

Desse modo, como assinala Watson (1994), a ação humana é definida a partir de um processo de construção social que ocorre ao longo do tempo e do espaço, constituindo-se num conjunto de práticas complexas e distintas que depende, entre outros fatores, da maneira particular como cada ator apreende papéis a ele designados, da relação com outras pessoas, bem como dos contextos culturais nos quais estão inseridos. Por conseguinte, a ação humana não é simplesmente restringida pelas circunstâncias nas quais ela ocorre. Ou seja, tanto as estruturas quanto as circunstâncias às quais os seres humanos estão submetidos condicionam parcialmente o que eles pensam e fazem, já que eles podem, por outro lado, apoiando-se ainda nessas mesmas estruturas e circunstâncias, reinventá-las por meio da ação (Rouleau & Junquilha, 1998; Watson, 1994).

As seções iniciais desse capítulo contêm dimensões macro-estruturais que caracterizam o contexto social da agricultura familiar brasileira na atualidade, os quais, certamente, condicionam suas ações. Formam, como foi

---

<sup>†††</sup> As contribuições desses autores na superação do dualismo entre “micro e macroanálise” nas ciências sociais são discutidas por Layder (1994), Seoane C. (2000), Weisshaupt (1993) e Zizek (2003).

observado, o pano de fundo para compreensão das interpretações. Mesmo considerando que o ponto central dessa pesquisa é identificar e confrontar as percepções de diferentes atores sociais sobre a realidade dos agricultores familiares do Sul de Minas, os fatores estruturais não estão ausentes desse trabalho.

A pesquisa fundamenta-se na análise interpretativa partindo de um construto que foi sendo, paulatinamente, elaborado nos estudos anteriores<sup>§§§</sup>. Procurou-se fazer uma articulação entre o conceito de significado apresentado por Taylor (1979) com os conceitos de objetos situacionais de natureza cultural, social e física que podem ser interpretados pelos atores entrevistados como fins, meios ou condições da ação, tendo como referência Parsons & Shils (1968). No plano analítico, para trabalhar as diferentes interpretações apoiou-se nas idéias de rede de significação de Bicudo (2000), métodos de análise de Silverman (1994), Strauss & Corbin (1990). Tal articulação será descrita a seguir.

Quando se fala de significado, segundo Taylor (1979), está se usando um conceito que possui a seguinte articulação: significado existe para um indivíduo e é de alguma coisa (objeto de orientação) que se encontra em um contexto (Figura 1).

---

<sup>§§§</sup> Grande parte das colocações efetuadas nesse capítulo foi retirada dos relatórios de pesquisa (Alencar 2000) e de dissertações realizadas com dados dessas pesquisas (Espírito Santo, 2000; Andrade, 2001; Simão, 2005, Ferreira, 2007).

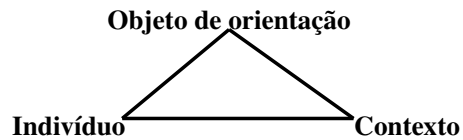


FIGURA 1 Elementos articulados ao conceito de significado  
 Fonte: Alencar et al. (2001, p.15).

A articulação esquematizada na Figura 1 representa que, em primeiro lugar, o significado de qualquer coisa (objeto de orientação) não existe no vácuo, mas para um indivíduo específico ou grupo de indivíduos em um dado contexto (situação). Em segundo lugar, admite-se que, tratando-se de outros indivíduos e de outros contextos, o mesmo objeto poderá ter diferentes significados. Isso não quer dizer que o objeto de orientação e o seu significado sejam fisicamente separáveis, mas que o objeto tem duas descrições, em uma das quais ele é caracterizado em termos do que representa para o indivíduo<sup>\*\*\*\*</sup>. Portanto, as relações entre as duas descrições não são simétricas, fazendo com que a descrição, em termos de significado, seja orientada para a busca de seus diferentes substratos (essências). Em terceiro lugar, os objetos somente possuem significados em um contexto (situação), ou seja, em relação aos significados de outros objetos também presentes no contexto. Isso quer dizer que um dado objeto não pode ser visto de forma singular, isolado, não relacionado com outros objetos significantes<sup>††††</sup>.

---

<sup>\*\*\*\*</sup> Alencar (2000, p.34) proporciona um exemplo simples para exemplificar essa colocação. “(...) temos uma noção bem precisa para que serve a carteira que usamos na sala de aula. Em qualquer lugar que a encontrarmos, saberemos que ela é uma carteira e qual é o seu significado. No entanto, se subirmos nela para trocar uma lâmpada, naquele momento, a carteira assume o significado, digamos, de uma escada. Se a colocarmos escorando uma porta, o seu significado seria de tranca. Nos dois exemplos, o móvel não deixou de ter o significado que lhe é intrínseco, mas assumiu outros significados”.

<sup>††††</sup> Retornando ao exemplo da nota anterior, “para que a carteira assuma o significado de escada, muitos elementos contextuais estão presentes. Há uma pessoa sobre uma carteira, o gesto que tal pessoa manifesta segurando uma lâmpada, a existência de um bocal, etc. Todos esses elementos compõem o contexto no qual a carteira assume o significado de escada que, em última instância, seria um meio que viabiliza a troca de lâmpada” (Alencar, 2007, p.33).

Partindo-se das colocações de Taylor (1979), assume-se, nesse estudo, que significado corresponde às qualidades que o ator social (individual ou coletivo) percebe nos objetos que compõem a situação em que atua e que podem assumir as características de objetivos, meios ou condições de sua ação. Conseqüentemente, a utilização desse conceito na análise interpretativa implica na definição do que se entende por “ação”, “ator social”, “fins” (metas ou objetivos), “meios”, “condições” e “situação”, também denominada ambiente ou contexto.

O comportamento humano pode ser interpretado como uma ação que possui as seguintes características: a) é orientada para a obtenção de fins, metas ou objetivos; b) tem lugar em uma situação (ambiente ou contexto); c) é normativamente regulada; e d) implica em gasto de energia (esforço) e motivação. Os componentes da ação, para fins analíticos, estão esquematizados na Figura 2.

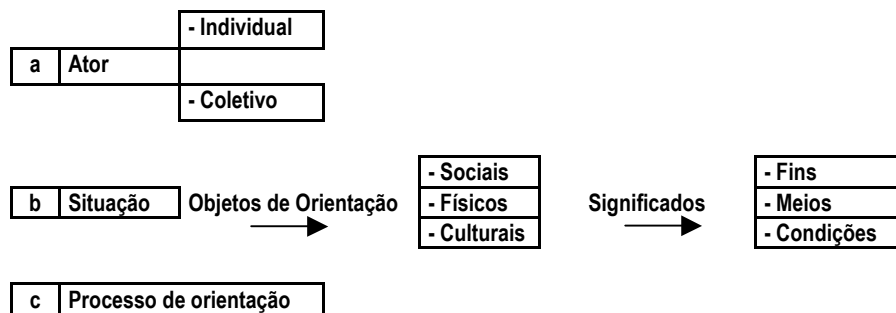


FIGURA 2 Esquema dos componentes da ação  
 Fonte: Alencar et al. (2001, p.16).

Ator social é o agente que desenvolve a ação e pode ser um indivíduo ou uma coletividade (ator coletivo). Fins (metas ou objetivos) são estados futuros que o ator ou atores querem atingir e, por isso, desenvolvem a ação. Meios são componentes da situação sobre os quais o ator julga ter controle e que ele pode



utilizar (ou desejar utilizar) para alcançar o seu objetivo. Condições (obstáculos) são elementos da situação que impedem, limitam ou condicionam a consecução do objetivo da ação.

A situação é a parte do mundo onde o ator atua e é formada de objetos de orientação que podem ser de natureza social, física ou cultural. Os objetos de natureza social são os outros atores (individuais ou coletivos), cujas ações e atitudes são significativas para o ator tomado como ponto de referência para a análise. Objetos culturais são os componentes do ambiente que são criações dos seres humanos e podem ser classificados em componentes materiais e não materiais da cultura. Componentes materiais são objetos físicos da cultura, instrumentos, equipamentos, construções, etc. Os conhecimentos requeridos para que esses objetos possam ser usados são classificados como componentes não materiais da cultura. Os componentes não materiais constituem a parte do ambiente que não tem uma estrutura física (conhecimentos, valores, ideologias, normas, etc.) No entanto, fornecem ao ator padrões de referência para: a) escolher os objetivos (fins ou metas); b) eliminar ou contornar os efeitos das condições (obstáculos) sobre a ação; c) selecionar os meios adequados para atingir os fins propostos. Objetos físicos são os elementos de natureza (por exemplo, solo, clima, topografia, recursos hídricos, distância, etc.) e os componentes materiais da cultura (máquinas, adubos, sementes melhoradas, etc).

A orientação da ação (Figura 3), ou seja, o estabelecimento dos fins, a seleção dos meios para atingi-los e a neutralização das condições, implica na possibilidade de escolha, o que se denomina processo de orientação. Esse processo envolve:

- a) conhecimento da situação em que a ação se desenvolve, incluindo:
  1. o lugar de um objeto de orientação (um potencial objetivo, meio ou condição) entre os demais objetos de orientação (outros possíveis objetivos, meio ou condições);

2. a determinação das propriedades atuais e potenciais dos objetos de orientação, tendo em vista a consecução dos objetivos estabelecidos pelo ator.
- b) ponderação, avaliação e seleção dos objetos que comporão o plano de ação.

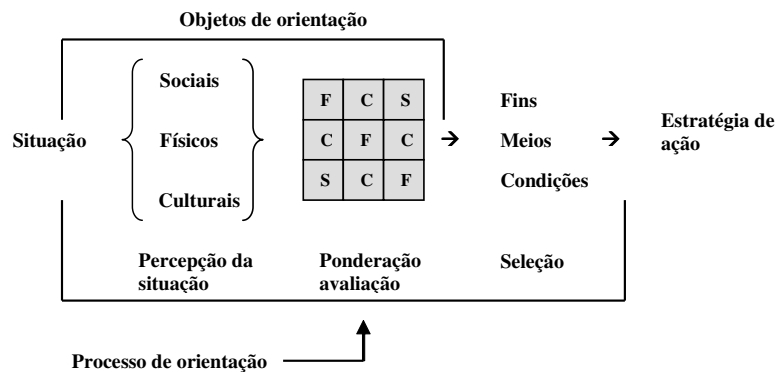


FIGURA 3 Processo de orientação  
 Fonte: Alencar (2000, p. 37)

Considerando que é no processo de orientação que o ator social atribui a um dado objeto a qualidade de “fim”, “meio” ou “condição” de sua ação, esses conceitos podem ser articulados com as considerações de Taylor (1979) sobre significado, dando origem ao esquema geral de interpretação empregado nesse estudo (Figura 4), fundamental para a montagem de redes de significação<sup>\*\*\*\*</sup>.

A Figura 4 ilustra a possibilidade de os atores sociais, envolvidos em uma mesma situação, serem diferentes, uma vez que (a) possuem histórias de vida, experiências e habilitações que o diferenciam ou aproximam de outros atores, (b) estão inseridos em uma estrutura social, (c) são partes de uma cultura e (c) têm interesses que podem ser conflitantes ou não com os de outros atores.

<sup>\*\*\*\*</sup> Rede de significação enfatiza a generalização na forma de descrições de dados combinados, advindos de dados verbais trabalhados durante a análise, construindo um sistema geral de combinações dos significados (Kluth, 2000, p.107).

Por conseguinte, vários fatores podem influenciar o modo como um ator específico ou categorias de atores sociais interpretam a realidade em que vivem. Além de explicar a possibilidade de uma situação apresentar diferentes interpretações, tais fatores constituem os elementos que, muitas vezes, colocam em confronto a abordagem interpretativa e as abordagens estruturais. Embora reconhecendo a importância teórica do debate que esse confronto tem gerado, a sua discussão escapa dos limites desse trabalho.

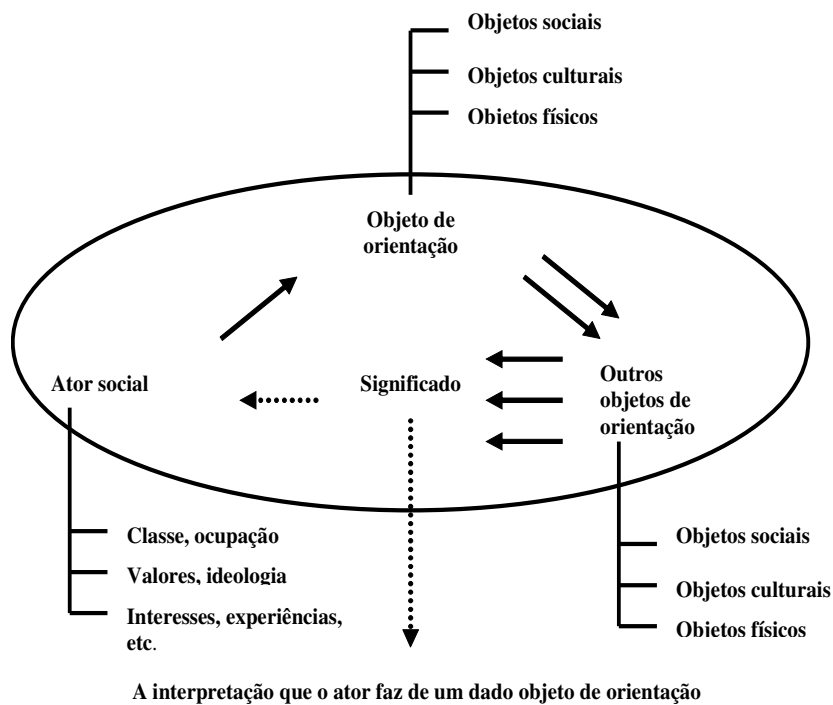


FIGURA 4 Esquema geral de interpretação empregado no estudo  
 Fonte: adaptado de Alencar et al. (2001, p.18).

Todavia, a inclusão na Figura 4 de características, como “classe”, “ocupação”, “valores”, “ideologias”, “interesses” e “experiências”, que acompanham o ator social, reflete a preocupação em expor que as interpretações dos atores entrevistados sobre o ambiente em que vivem podem apresentar

múltiplos significados e que os diferentes significados podem também ser influenciados pela estrutura social, embora tal influência não seja um ato que transcenda a reflexão humana, como assinala Giddens (1989). Essa última dimensão analítica destaca a possibilidade de as configurações assumidas pelas estruturas econômicas sociais e políticas brasileiras, bem como as internacionais, se transformarem em fatores estruturantes da ação de diferentes atores, fundamentando a interpretação que fazem da situação em que atuam.

A noção de significado aqui empregada enfatiza a necessidade da análise ser conduzida partindo da perspectiva (ponto de vista) do ator da ação e não do observador, substituindo o método hipotético-dedutivo pelo método interpretativo. Portanto, esse estudo não visa ao estabelecimento de relações entre variáveis pela formulação prévia de hipóteses. Busca compreender como os pesquisadores e professores universitários interpretam o ambiente onde atuam, extraindo dele informações que consideram significantes para o estabelecimento de estratégias de ação, com as quais poderiam influir nesse ambiente. Posteriormente, suas percepções serão confrontadas com as dos seguintes atores sociais: “liderança de produtores familiares”, “assessores” e “representantes dos governos municipais”, presentes nos estudos anteriores. Propõe-se, pois, o uso do método indutivo, no qual as categorias e modelos originam-se da análise do discurso ou da ação dos atores. Os esquemas 1, 2 e 3 que compõem a Figura 5, esquematizam o construto teórico que orientou a condução dessa pesquisa e servem de fundamentos para a elaboração das redes de significação. Para melhor compreensão pelos entrevistados, a palavra “meio” foi substituída pela expressão “fator favorável” e “condição” por “fator limitante”.

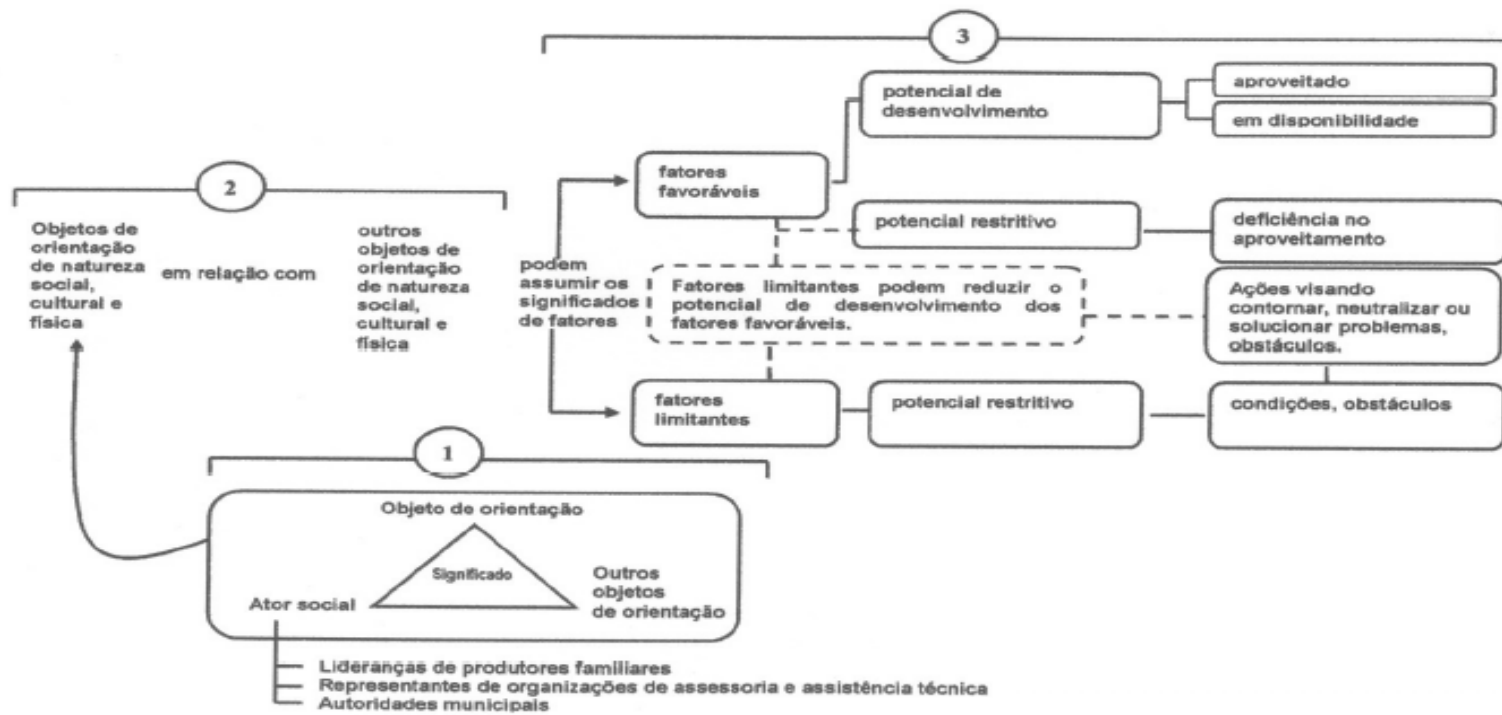


FIGURA 5 Esquema geral para a construção de redes de significação.

Fonte: Alencar et al (2001, p.7)

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa adota, como se observou no segundo capítulo, a abordagem qualitativa, o que, de acordo com Bogdan & Biklen (1994), exige do pesquisador atenção aos elementos presentes na subjetividade humana. Serão apresentados nesse capítulo os procedimentos metodológicos empregados para “tentar controlar” possíveis vieses. A discussão abordará temas relacionados com a escolha dos entrevistados, métodos de coleta e análise de dados.

#### **3.1 Seleção das organizações e dos entrevistados**

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Empresa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG) foram destacadas nos depoimentos dos entrevistados como potenciais fatores de desenvolvimento regional, tendo em vista as suas atribuições de pesquisar, de gerar novas tecnologias e de realizar eventos voltados para a difusão de novos conhecimentos, para a formação de recursos humanos por meio de cursos, encontros, palestras, etc. Todavia, o potencial de desenvolvimento dessas organizações era, na visão dos entrevistados, restringido pelo relacionamento distante com os produtores e pela geração de tecnologias que nem sempre contemplam as necessidades dos agricultores familiares. Por conseguinte, consideravam que a UFLA e a FAPEMIG poderiam contribuir mais, potencializando os fatores favoráveis da região como localização, solo, clima, recursos, bem como viabilizando a diversificação (Simão, 2005; Ferreira, 2007).

Constatações como essas motivaram a realização dessa pesquisa e a seleção dessas organizações. No entanto, não se procurou identificar como professores e pesquisadores reagiriam frente ao modo como os entrevistados percebiam as suas organizações. Optou-se por conduzir um estudo nos moldes

das pesquisas anteriores, tentando compreender como tais profissionais percebiam a realidade da agropecuária sul-mineira, suas potencialidades e limitações, empregando o método de “entrevista focalizada” conduzida com o auxílio de um roteiro similar aos anteriormente usados.

A seleção dos entrevistados foi feita pelo processo de amostragem não-probabilística por julgamento durante os meses de abril e maio de 2007. No caso da UFLA, encaminhou-se uma carta a Pró-Reitoria de Extensão e uma carta a Pró-Reitoria de Pesquisa expondo os objetivos da pesquisa e solicitando que indicassem, respectivamente, dez professores que mais se destacaram nas atividades de extensão rural e dez professores que mais se destacaram nas atividades de pesquisa no Sul de Minas, nos últimos três anos. A escolha dos professores universitários foi efetuada a partir das duas listas preparadas pelas pró-reitorias, sendo selecionados aqueles que figuravam, simultaneamente, nas duas listas. No entanto, somente um professor universitário estava presente em ambas as listas, o que implicou recorrer a outro meio complementar para selecionar o restante dos entrevistados. A alternativa encontrada foi avaliar o currículo *lattes* de cada um dos demais indicados, procurando identificar aqueles que trabalham ou já trabalharam com agricultura familiar na região, ou mesmo aqueles que pesquisam sobre as atividades desenvolvidas por esse segmento, como o leite, o café, o milho, etc. Diante dessa opção, foi possível então selecionar seis professores universitários da UFLA, incluindo extensionistas e pesquisadores. Posteriormente, foram agendadas as entrevistas de acordo com a disponibilidade de tempo de cada um desses atores sociais.

Para a seleção dos pesquisadores da EPAMIG, também foi encaminhada uma carta à Direção do Centro Tecnológico do Sul de Minas (CTSM), com sede em Lavras, MG, descrevendo os objetivos da pesquisa e pedindo a indicação de três pesquisadores, com três ou mais anos de atuação na região. Após a indicação de três pesquisadores, pela instituição de pesquisa, entrou-se em

contato com cada um dos selecionados para que as entrevistas fossem agendadas.

Portanto, a amostra deste estudo apresentou a seguinte composição, conforme constata-se no Quadro 1 :

QUADRO 1 Categorias de atores sociais e número de entrevistados por categoria, 2007.

<b>Categoria de atores sociais</b>	<b>Nº entrevistados</b>	<b>% entrevistados</b>
Pesquisadores - EPAMIG	3	33,3
Professores universitários - UFLA	6	66,7
TOTAL	9	100

Fonte: Dados da pesquisa

### **3.2 Método de coleta de informações**

Procurando atender aos propósitos da pesquisa, foi utilizado o método conhecido como “entrevista focalizada” (*focused-interview*) para a coleta de informações. Esse método possui as seguintes características: a) está centrado em tópicos dispostos em um roteiro que serão abordados durante a entrevista; b) esses tópicos não assumem a forma de questões estruturadas; c) não há nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a realização da entrevista (Alencar & Gomes, 1998, p.110). A elaboração do roteiro seguiu, em linhas gerais, os seguintes passos: a) procurou-se, inicialmente, detectar os fatores que os entrevistados identificam como favoráveis (possíveis meios) ou limitantes (possíveis condições) ao desenvolvimento da agricultura familiar no Sul de Minas e por que os



consideravam como favoráveis ou limitantes; b) identificar como eles relacionavam tais fatores com os demais objetos de orientação que compõem o ambiente (objetos sociais, culturais e físicos). A relação dos fatores favoráveis, como os demais objetos de orientação, deu-se pela descrição que os entrevistados fizeram (a) das potencialidades desses fatores, (b) do modo pelo qual poderiam ser manipulados na formulação de possíveis estratégias de ação e (c) dos objetos de orientação percebidos como elementos que reduzem as potencialidades de tais fatores. A relação entre fatores limitantes com os demais objetos de orientação seguiu um procedimento semelhante, procurando, no entanto, conhecer como tais fatores poderiam ser contornados ou neutralizados.

As entrevistas foram gravadas e tiveram duração média de uma hora, sendo realizadas entre os meses de junho e agosto de 2007. Os intervalos entre uma entrevista e outra decorreram da dificuldade de agendar um horário com os entrevistados, especialmente os professores universitários.

### **3.3 Análise das informações**

Coletadas as informações, a primeira tarefa é prepará-las para a construção de redes de significação e a análise de conteúdo é uma ferramenta relevante nesse processo. Segundo Lamine & Dionne (1999), essa técnica de análise não consiste em um método rígido. O primeiro passo é organizar os depoimentos de forma a dar maior significação aos seus conteúdos para que não sejam perdidos detalhes, como a qualidade e a riqueza da subjetividade dos entrevistados, isto é, o seu modo de interpretar a realidade.

A análise de conteúdo, para Vergara (2005), compreende três etapas: a pré-análise - seleção do material e a definição dos procedimentos a serem seguidos; exploração do material – implementação dos procedimentos definidos na pré-análise; tratamento de dados e interpretação – geração de inferências e dos resultados da investigação, onde as suposições serão ou não confirmadas. O procedimento básico da análise de conteúdo, segundo essa autora, refere-se à

definição de categorias que são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão de caracteres comuns desses elementos. As categorias podem ser: exaustivas – inclusão de praticamente todos os elementos; mutuamente exclusivas – cada elemento poderá ser incluído em uma única categoria; objetivas – definidas de maneira precisa para evitar dúvidas de distribuição dos elementos; pertinentes – adequadas ao objetivo da pesquisa.

Desse modo, a análise do conteúdo pode ser considerada um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material, seja de produtos da mídia ou dados de entrevista. O procedimento metodológico inclui basicamente três técnicas: a abreviação da análise do conteúdo, onde trechos e paráfrases menos relevantes que possuam significados iguais são omitidos, e paráfrases semelhantes são condensadas e resumidas; a análise explicativa do conteúdo trabalha esclarecendo trechos difusos, ambíguos ou contraditórios; e a análise estruturadora do conteúdo que busca por tipos ou estruturas formais no material coletado.

Tais colocações estão também presentes nos trabalhos Strauss & Corbin (1990), Silverman (1994) e Bicudo (2000) e, em linhas gerais, a análise desse estudo seguiu os seguintes passos: a) transcrição das fitas e organização dos documentos coletados; b) leitura sistemática de todas as entrevistas e documentos; c) identificação de dimensões (o que existe ou não em comum na fala dos entrevistados e nos documentos produzidos); d) codificação das diferentes dimensões estabelecendo códigos para identificá-las; e) organização das dimensões codificadas em categorias de objetos significantes. Posteriormente, foram montadas redes de significação que consistem na construção de um sistema geral de combinações de significados. Tais redes poderão ser montadas por organização, categoria de entrevistados, etc. O papel

principal das redes é permitir a identificação de pontos comuns nas interpretações de distintos atores, bem como dimensões que os distinguem.

As redes de significação também permitem observar se ocorrem assentimentos e dissensões de interpretação entre atores de uma mesma categoria e entre diferentes categorias. As combinações apresentadas na Figura 6 ilustram que as manifestações dos entrevistados sobre um ou mais objetos de orientação podem ser separadas por estarem presentes nas declarações de uma única categoria de ator ou por serem partilhadas por diferentes categorias de atores. Esquemas como esse facilitam o desenvolvimento da análise interpretativa, ao revelarem novas dimensões contidas nos discursos e na busca de fatores que nutrem tanto as manifestações que expressam assentimentos quanto dissensões.

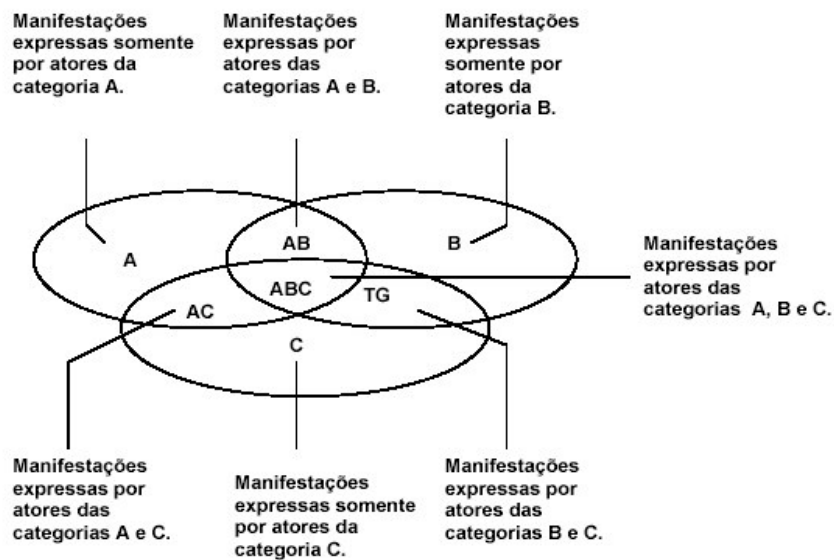


FIGURA 6 Esquema geral para a exposição de assentimentos e dissensões entre categorias de entrevistados.

Fonte: adaptado de Simão (2005, p.124).

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados e discussões desta dissertação estão dispostos em seis seções. Na primeira seção, serão apresentadas as opiniões dos atores entrevistados sobre a diversificação agrícola e a diversificação rural ser uma alternativa favorável ou limitante ao desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG, bem como as atividades propícias a serem implantadas. Na segunda seção, são expostos os objetos de orientação ponderados na avaliação da diversificação. Na terceira seção, será discutido o tradicionalismo e sua influência na diversificação das propriedades familiares. Na quarta seção, será abordada a influência da emigração dos filhos na diversificação. Na quinta seção, serão apresentadas as visões dos atores sociais desse estudo, com relação à atuação dos técnicos junto aos agricultores familiares. A sexta e última seção, será composta de uma análise das percepções entre professores universitários e pesquisadores, e os atores sociais entrevistados nos estudos anteriores, ou seja, produtores, técnicos e representantes do governo municipal.

### **4.1. Diversificação**

A diversificação foi percebida, nos estudos anteriores, de modo geral, como favorável pelos produtores familiares, técnicos, e representantes do governo local, por representar uma redução de risco e proporcionar alternativa de renda para o produtor familiar. Os produtores afirmaram que a diversificação poderá proporcionar rendas mensais ou semanais, garantindo a sobrevivência familiar. Os técnicos acreditam que a diversificação pode significar alternativa de mercado e os representantes do governo local apontaram a agregação de valor aos produtos que a diversificação rural pode trazer e a conseqüente geração de emprego como favoráveis.

Os técnicos e agricultores familiares acreditam que a diversificação seja uma forma de garantir a sustentação de outras atividades que possam estar passando por crises. Representantes do governo e técnicos concordam que o fato dos produtores se manterem no campo, evitando, dessa forma, o êxodo rural, é também um fator que caracteriza a diversificação como favorável. A diversificação pode ser vista como uma forma de criar emprego e renda para os produtores, além de lhes trazer liberdade de escolha e melhoria da qualidade de vida.

No presente estudo, a diversificação foi apontada também, pela maioria dos pesquisadores e professores universitários entrevistados, como um fator favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG. Apenas um dos pesquisadores percebe a diversificação como um fator limitante por considerar que “uma diversificação muito grande” pode gerar dificuldades na comercialização e pelo fato de avaliar que o aumento de renda seria pequeno. Para esse pesquisador, o aumento de renda deveria ser resultado de agregação de valor e busca de “mercado de qualidade”:

*(...) Uma impressão que eu tenho é de que se há uma diversificação muito grande há uma perda no poder de ...até de comercialização desses produtos, sabe? Ajuda por um lado talvez a vencer alguma dificuldade, não fica assim muito concentrado num produto só, mas eu acho que por outro lado deve haver é uma especialização mesmo (...) Aumenta a renda, mas é coisa pequena. Eu acho que o aumento de renda tem que ser por agregação de valor, sabe? Pra pessoa conquistar mercado de qualidade. Então se você diversifica, eu acredito que seja mais difícil (S., pesquisador).*

Os demais atores sociais entrevistados nesse estudo percebem a diversificação como favorável considerando-a como uma estratégia adotada por agricultores familiares no sentido de diminuir os riscos da monocultura como principal fonte de renda e manutenção familiar. Enfatizam que, a diversificação tende a proporcionar vantagens ao agricultor familiar como, por exemplo, a

segurança, resguardando-o das oscilações de preço de um único produto. Consideraram também que a diversificação torna a mão-de-obra empregada, tanto na própria propriedade quanto nos trabalhos realizados na propriedade de vizinhos, menos ociosa; e proporciona ao agricultor entradas de renda, em diferentes períodos do ano.

*Eu acho que a diversificação, ela é fonte de renda. É adicional para o produtor(...)Então quer dizer, a gente tem observado essa diversificação, tanto com outras culturas, como também com criações, pecuária, criação de pequenos animais. Tudo isso vem complementar. Hoje a gente vê que a renda tem caído, e a nossa, de forma geral. Então eles têm mão-de-obra ociosa. Ele aproveita essa mão de obra ociosa dele, muitas vezes, ele aproveita o dia dele fazendo o serviço no vizinho ou em uma propriedade grande, ele vai lá e trabalha. Ele recebe uma remuneração ou em forma de mão- de- obra (R<sub>1</sub>.,pesquisador).*

*Eu acho que diversificar é importante para dar segurança, tem que ter segurança. Mas quanto mais diversificado for, menos especialista em cada uma das atividades ele vai ser. Eu acho que ele teria que tentar identificar aquelas atividades em que ele tem maior chance de sucesso(...) (M., professor universitário).*

*Eu acho que o fato deles ter em uma diversidade na produção ajuda ele a trabalhar com períodos durante o ano. De diferentes...períodos de produto pronto pro mercado,né, eu acho que realmente... pra pequena produção, pra produção familiar eu acho importante sim (S.,professor universitário).*

Apesar das vantagens que a diversificação possa oferecer ao agricultor familiar, professores e pesquisadores observam que existem limitações inerentes à adoção de uma nova cultura ou a de um novo empreendimento. Por isso, consideram fundamental que os agricultores tenham conhecimentos sobre a tecnologia de produção dos novos produtos, sobre o processo de comercialização e, também, sobre a viabilidade econômico-social da atividade para que se possa desenvolvê-la de modo sustentável, em suas propriedades. Os

entrevistados estabelecem, pois, uma conexão entre diversificar e o ambiente macrosocial, como ilustram as declarações a seguir.

*Ele vai diversificar, será que ele vai ter volume pra comercializar, ou seja, teria que ter um maior número de produtores que produz a mesma coisa pra comercializar. Como que ele vai se inserir no mercado? Será que ele vai ser competitivo? Então a grande dificuldade é essa, é a sustentabilidade da atividade pro produtor. A gente não pode recomendar uma coisa em que ele não vá buscar sua subsistência (R<sub>2</sub>, pesquisador).*

*(...) A diversificação tem vantagens do ponto de vista econômico, do ponto de vista social(...). Logicamente que o desdobramento disso aí vai impacta o desenvolvimento(...) Então, a gente quando fala assim de desenvolvimento econômico, não é só a questão do dinheiro, da renda... Do social, num é só a ocupação (...). Essa diversificação, ela não pode ser desvinculada de uma série de ações, ali no contexto daquele local (E., professor universitário).*

De modo geral, professores e pesquisadores avaliaram positivamente a diversificação como um fator que pode ser aproveitado nas estratégias que visam criar oportunidades de desenvolvimento para agricultores familiares, da região Sul de Minas. Elementos extraídos dos seus depoimentos permitem elaborar a primeira rede de significação (Figura 7). Embora ainda bastante elementar, essa rede incorpora fatores favoráveis e fatores limitantes cuja explicação requer o aprofundamento das conexões que esse atores sociais fazem dos objetos de orientação, que identificam como relevantes para a leitura da situação em que se inserem. Todavia, o esquema da Figura 7 ilustra que mesmo os entrevistados que avaliam a diversificação como possível meio apontaram alguns fatores que podem restringir o seu potencial de desenvolvimento. Tratam-se, nesse caso, de dificuldades relacionadas com o processo de comercialização, desconhecimento de possíveis atividades alternativas que poderiam ser implantadas, bem como sobre a tecnologia e a viabilidade econômica das novas atividades. Também o entrevistado que não considera a diversificação como um possível vetor de

desenvolvimento da agricultura familiar ressaltou as dificuldades relacionadas com a comercialização tendo em vista o pequeno volume de produção que, além de não proporcionar um aumento de renda significativa, leva o agricultor a perder poder de negociação. Nesse caso, ele sugere que as ações que visam o desenvolvimento da agricultura familiar devem buscar agregar valor às atividades agrícolas já existentes e buscar mercado de qualidade. Tais considerações serão retomadas mais adiante.

Como um passo à frente na recomposição da percepção dos entrevistados, nas próximas seções será discutido como esses atores sociais percebem e valorizam as diferentes formas de diversificação, isto é, diversificação agrícola e diversificação rural, como possíveis elementos a serem considerados nas estratégias de desenvolvimento.

#### **4.1.1. Diversificação Agrícola**

Entre as atividades agrícolas mais propícias à diversificação agrícola na RSMG, segundo os pesquisadores e professores universitários (Quadro 2), destacaram-se, entre outras atividades, a fruticultura, o feijão, o milho, a olericultura / horticultura, a pecuária e a criação de frangos, tanto para a venda de pintinhos quanto para a utilização do esterco.



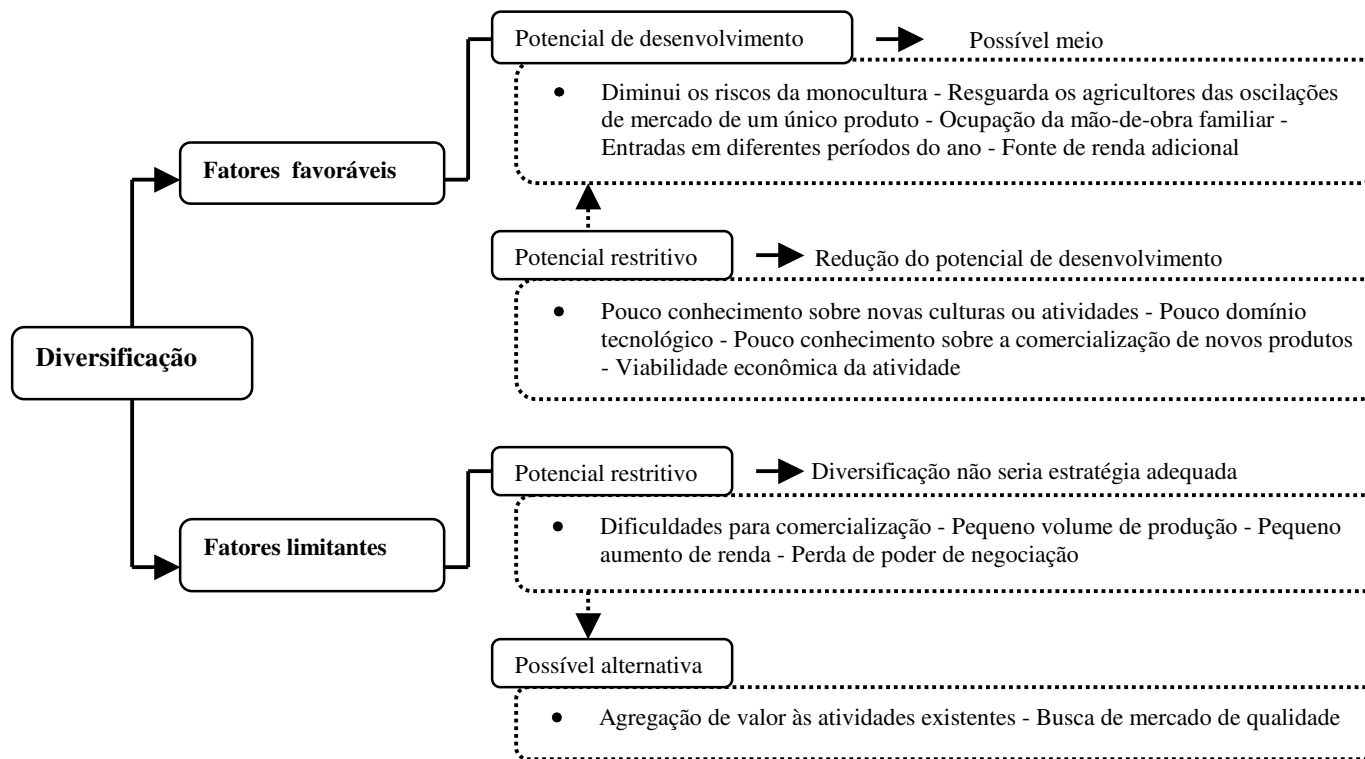


FIGURA 7 Avaliação da diversificação como fator de desenvolvimento da agricultura familiar, na perspectiva de pesquisadores e professores: uma primeira aproximação, 2007.

QUADRO 2 Atividades propícias à diversificação agrícola na RSMG, na opinião de pesquisadores e professores universitários, 2007.

<b>Atores Sociais</b>	<b>Atividades</b>	<b>Justificativa</b>
PE (n 1)	Apicultura (n 1)	- Complementação de renda
PU (n 3)	Milho (n 3)	- Comercialização/mercado - Região de clima propício - Agregação de valor
PU (n 5)	Olericultura (n 2) e Horticultura (n 3)	- Complementação de renda -Clima e tamanho das propriedades -Agregação de valor
PU (n 1)	Eucalipto (n 1)	- Comercialização/mercado
PU (n 1)	Piscicultura (n 1)	- Comercialização /mercado - Pelo fato da região possuir hidrelétricas
PU (n 1)	Soja (n 1)	- Agregação de valor - Auxilia rotação de culturas
PU (n 1)	Mamona (n 1)	- Agregação de valor
PE (n 1) PU (n 1)	Floricultura (n 2)	- Comercialização/mercado -Complementação de renda
PE (n 1) PU (n 1)	Pecuária (n 2)	- Complementação de renda.
PE (n 1) PU (n 3)	Feijão (n 4)	- Complementação de renda.
PE (n 1)	Arroz (n 1)	- Complementação de renda
PE (n 1) PU (n 1)	Criação de Frangos (n 2)	- Complementação da renda
PE (n 2) PU (n 3)	Fruticultura - todos os tipos (n 5)	- Comercialização/mercado - Região de clima propício - Agregação de valor
PE (n 2)	Figo (n 2)	- Comercialização /mercado - Agregação de valor
PE (n 2)	Goiaba (n 2)	- Comercialização /mercado - Agregação de valor
PE (n 1)	Pêssego (n 1)	- Comercialização /mercado - Agregação de valor
PE (n 1)	Uva (n 1)	- Comercialização /mercado - Agregação de valor
PE (n 1)	Maracujá (n 1)	- Comercialização /mercado - Agregação de valor
PU (n 1)	Citrus (n 1)	- Comercialização/mercado - Por ser menos perecível

Fonte: Dados da pesquisa

n = número de vezes que a atividade foi citada.

PE = Pesquisador/PU = Professor universitário

A percepção do feijão como uma alternativa decorreu da articulação de diferentes fatores: é uma cultura anual praticada pelos agricultores familiares, visa complementação na renda familiar, é produzido juntamente com outras culturas, principalmente o café, e existe possibilidade de se obter bons preços, em decorrência de queda na oferta.

*(...) mas a gente acredita também como uma alternativa para o pequeno essa produção. Porque existe uma produção significativa de feijão na região. Então esse pequeno produtor vai estar produzindo esses cereais. E a gente acredita também até em uma valorização devido à pequena oferta que isso pode gerar no mercado daqui pra frente, o que pode impactar até na cesta básica. Então a gente vê nesse sentido também (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

*(...) o feijão é uma cultura que já existe na região, já é cultivado em várias regiões mas poderia também em algumas situações também entrar como uma boa opção. (R., professor universitário).*

A cultura do milho é caracterizada pelo plantio direto, que é anual, e necessita de um sistema sustentável de rotação de culturas para dar suporte à produção. Conforme a opinião de um dos professores entrevistados, nos últimos anos, ocorreu na região uma redução na área de plantio direto do milho decorrente da falta dessa sustentabilidade. Contudo, esse ator social percebe que atualmente houve mudanças nesse cenário. O milho, além de ser hoje importante pelos seus subprodutos, que se destinam principalmente à alimentação de animais, vem sendo valorizado no mercado pelo seu potencial na produção de energia.

*Mas a gente está vendo que as coisas estão mudando de uns anos para cá o milho entrando dentro dessa possibilidade aí do setor de, de energia, é na produção de energia via do etanol. É, a procura por milho e a demanda por milho não só no mercado é ... Principalmente no mercado internacional tem gerado uma pressão muito grande pra aquisição de milho (R., professor universitário).*

A horticultura, também conhecida como olericultura, é cultura que, na opinião dos professores universitários, visa também complementar a renda do produtor familiar lhe oferecendo uma variedade de produtos durante todo o ano. Consideram que o plantio dessas culturas é favorecido pelo clima da região e também pela área cultivável das propriedades familiares, sendo de fundamental importância a agregação de valor a esses produtos para que sejam mais competitivos no mercado.

*Eu acho que a horticultura. Acho que a produção de verduras e legumes seria uma alternativa interessante (...) porque você também tem produtos (...) para diferentes épocas do ano. (...) O clima é favorável (...)* (S., professor universitário).

*Na área de olericultura, você tem que agregar valor, você tem que se organizar, porque você vai ter uma pequena produção* (R<sub>2</sub>., pesquisador).

Com relação à criação de frangos, observaram que ela é uma atividade que se destacou na década de 80, período em que a mão-de-obra familiar, em especial a mão-de-obra feminina, era muito demandada para os cuidados com as criações. Assim, nessa época, a produção de frangos foi uma boa alternativa para o produtor familiar que encontrou nessa atividade uma complementação de renda. Porém, a avicultura não prosperou, pois surgiram crises no setor aviário que atingiu diretamente o trabalho desenvolvido pelo agricultor familiar e conseqüentemente sua renda<sup>§§§§</sup>.

*A atividade aqui que eu estou lembrando, mas que gerou uma alternativa muito boa para o pequeno produtor, foi aquela integração que tinha com a produção de frango. Então a indústria fornecia o pintinho de um dia, a ração e depois comprava o frango depois do*

---

§§§§ Os estudos de Sorj (1980), Müller (1982), por exemplo, conduzidos no final dos anos 70 e 80, se confrontam com a visão do entrevistado. Muitos desses trabalhos mostraram que os contratos não eram nem um pouco favoráveis aos agricultores, o que levou alguns autores a cunharem expressões como “trabalhadores a domicílio” e “neo-camponeses”.

*período de engorda. Eu lembro isso bem na década de 80 (...) quantidade de granjas que envolvia muito o pequeno produtor, porque aproveitava a mão-de-obra dele no trato das criações. Geralmente eram também as esposas que participavam no cuidado com as criações. (...) Infelizmente as crises que ocorreram nesse setor acabaram desestimulando (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

Segundo um pesquisador e um professor, o produtor familiar sentiu a necessidade de buscar novas alternativas tanto fora quanto dentro da atividade de criação de frangos, para que pudesse se manter no campo. Uma alternativa, que os dois entrevistados avaliaram como “interessante”, foi vender o esterco dos frangos ou de outros animais que criavam, como adubo, auxiliando desse modo a produção de culturas como o café. Além disso, ponderaram que o produtor poderia optar por utilizar esse esterco na própria propriedade familiar visando complementar as culturas ali existentes, como por exemplo, a fruticultura, o que proporciona uma redução nos custos da produção.

*O que a gente observa e seria interessante, logicamente, se ele tem animais, é ele utilizar resíduos dos animais (...), por exemplo, na cafeicultura, ou mesmo, eu imagino, na fruticultura (...) .O esterco (...), então, é uma complementação (T., professor universitário).*

*(...) Ele tira uma renda adicional que é a cama de frango, ele vende o esterco. Isso aí é uma alternativa interessante de renda pra ele (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

A fruticultura foi citada pelos entrevistados como a principal atividade na região para a diversificação agrícola das pequenas propriedades rurais, principalmente com o cultivo do figo e da goiaba. A escolha do cultivo dessas frutas se deve à presença, na região, de agroindústrias especializadas no processamento de doces e poupas, como é o caso da Frutilavras que está localizada entre os municípios de Lavras e Itumirim.

*Outra diversificação que a gente tem, isso também eu falo dependendo da região, é a fruticultura que está entrando. Vou citar São Sebastião do Paraíso. Lá começou com uma comunidade, são todos pequenos produtores. Criaram uma associação e montaram uma indústria, onde eles fazem o pré-processamento de frutas. Começaram a produzir e viram a necessidade de fazer, vamos dizer assim, (...) o beneficiamento no produto que estão colhendo. Então, por exemplo, podemos citar, a cultura do figo, a cultura da goiaba. A gente está vendo a figueira sendo cultivada, a goiabeira (...). Então na área de frutíferas, (...) a gente tem observado e está tendo demanda (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

*(...) Pelo que me parece já existe aqui uma agroindústria de fruticultura, Frutilavras, que é inclusive formada por pequenos produtores(...) (P., professor universitário).*

Durante as entrevistas, foram mencionadas as pesquisas e demais ações desenvolvidas pela EPAMIG na RSMG com o intuito de incentivar os produtores familiares a diversificar a produção tendo como principal opção a fruticultura. Segundo entrevistados, o trabalho dessa empresa envolve entre outras atividades: a avaliação da região, ou seja, identificar os pontos fortes e fracos para que a fruta escolhida seja adaptável à área a ser plantada; o apoio a esses produtores dando-lhes capacitação; análise do mercado consumidor para o qual a fruta será destinada. Para um dos pesquisadores da EPAMIG, os tipos de frutas que possuem maior viabilidade de exploração na RSMG, considerando todas as avaliações realizadas pela empresa, são o figo e a goiaba.

*Então quando se pensa em diversificação o que que se pensa? Fruticultura. Principalmente voltada para a fruticultura mais temperada aqui para a região, para as condições da nossa região. (...) Tem trabalhado. A EPAMIG tem efetivado o custeio como o próprio figo. A EPAMIG trabalha com uva na região de Caldas, também uma diversificação interessante. Goiaba é interessante também. Então, fruticultura seria interessante (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

Percebe-se que um ponto crítico quando se fala em fruticultura é o processo de comercialização. Por se tratar de frutas, um produto perecível, os

preparos envolvendo cultivo, colheita e pós-colheita são fundamentais para que o produtor familiar obtenha produtos de qualidade e, dessa forma, se torne competitivo na atividade. Dentro do processo que envolve a comercialização, um dos maiores gargalos da fruticultura é a armazenagem. O estoque de uma determinada fruta por um período de tempo pode acarretar grandes prejuízos ao agricultor. Por isso, professores e pesquisadores consideram que informações e conhecimento sobre o mercado é essencial para que a produção chegue o mais rápido possível ao local de destino, evitando possíveis perdas para o fruticultor. Desse modo, os entrevistados enfatizaram que planejar a venda da produção, negociando, antecipadamente, com um determinado comprador, fechar preço, data e tempo de entrega, bem como a escolha de um meio eficiente para escoar as frutas transformam-se em elementos básicos da estratégia que visa proporcionar ao agricultor familiar segurança e melhores rendimentos.

*A comercialização da fruticultura eu acho que é mais (...) não sei talvez um pouco de dificuldade de comercialização, mas eu acho que depende muito (S., professor universitário).*

*A definição do tipo de fruta que você vai produzir e como vai ser essa comercialização também é importante, às vezes isso pode limitar, você vai muito pelos aspectos técnicos de viabilidade de exploração mas na hora que você vai fazer a comercialização, como frutas e outros são produtos perecíveis, muitas vezes você pode esbarrar aí em um problema de comercialização (R., professor universitário).*

Outra atividade listada no Quadro 2 e considerada como viável para diversificação no âmbito da agricultura familiar foi a floricultura. Pesquisadores da EPAMIG apontaram que essa atividade está despontando entre os agricultores familiares da região de São João Del Rei e que ela também pode ser uma alternativa para produtores do Sul de Minas. Observaram que, para uma maior difusão da atividade nos municípios vizinhos, a EPAMIG contratou

pesquisadores com experiência na área para estudar a viabilidade da floricultura, nas propriedades familiares, como uma nova alternativa de renda.

*Uma outra linha que a EPAMIG tem trabalhado demais (...) na região de São João Del Rei é a Floricultura. Inclusive a EPAMIG tem contratado alguns pesquisadores nessa linha que até então não tinha ninguém trabalhando. Então hoje nós já temos três pesquisadores dotados em São João Del Rei trabalhando com a floricultura, também seria interessante para diversificação (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

A floricultura foi avaliada positivamente por se adaptar às características edafoclimáticas da região e por empregar tanto a mão-de-obra feminina quanto a masculina, sendo assim, na visão dos pesquisadores, uma atividade importante para a geração de trabalho nas propriedades familiares. Todavia, ponderam que a escala de produção de flores é pequena e, desse modo, os produtores devem se organizar, isto é, se unirem em associações, cooperativas com o intuito de obterem um maior volume de produção e conseguirem bons preços no mercado.

Citaram, como exemplo, a produção da flor copo-de-leite em Pratápolis, cidade próxima a São João Del Rei. De acordo com os pesquisadores, alguns produtores de Pratápolis diversificaram a produção com a floricultura, se organizaram em associações e vêm, atualmente, se destacando no mercado local com a produção de copos-de-leite, alcançando bons resultados financeiros.

*Lá em São João Del Rei, tem uma cidade lá [perto] que chama...Pratápolis. Eu acho que é. Estão produzindo copo-de-leite, sabe? Muito bom e com um preço muito bom. (...) Na época eles estavam vendendo a 50 centavos o copo-de-leite (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

*Não é uma coisa assim de falar que é uma coisa só pra mulher. Homem também pode produzir copo-de-leite, por quê não? (...) [Em Pratápolis] tem uma organização hoje de pequenos produtores, uma associação. Então eles conseguem ter volume e colocar esse copo-de-leite (R<sub>1</sub>., pesquisador).*



Observa-se que, de modo geral, na opinião dos entrevistados, todas as atividades indicadas como adequadas à diversificação agrícolas (Quadro 2) estão sendo exploradas na RSMG ou o seu uso está sendo estimulado nas propriedades familiares por órgãos de pesquisa, principalmente a EPAMIG. Todavia, um professor universitário entrevistado chamou a atenção para o trabalho desenvolvido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG). Para ele, esses órgãos têm o objetivo de levantar os potenciais regionais visando incentivar a prática de atividades consideradas sustentáveis e viáveis para as propriedades familiares.

*Ela tem sido estimulada, não é? Então os órgãos de extensão, diferentes órgãos, principalmente os estaduais, essa atividade tem sido estimulada. Pelo menos pra ver o real potencial para essa atividade, nunca esquecendo que ela tem que ser sustentável (P., professor universitário).*

Todavia, a opinião de outro professor universitário diverge dos depoimentos apresentado acima. Para o entrevistado em questão, a diversificação agrícola não vem sendo explorada adequadamente na RSMG, pois os órgãos de extensão rural são pouco ativos no sentido de estar atendendo às demandas dos produtores familiares. O problema é ainda agravado pelo baixo número de extensionistas atuantes por microregião. Assim, na visão do professor entrevistado, esses órgãos precisam se conscientizar da importância do trabalho de extensão rural para os agricultores familiares. Devem promover iniciativas no intuito de se realizar o que denominou de “uma extensão mais efetiva”, isto é, capacitando, treinando, acompanhando os produtores e orientando-os desde o processo de adoção de novas culturas até o escoamento da produção para o mercado.

*Eu acho que essa, que essa diversificação é muito pouco explorada. Pelo menos aqui na nossa região de Lavras, eu acho que é. A gente sabe que há pessoas que têm produção, que trazem para a feira e tudo, mas*

*eu acho que é um número muito pequeno, muito concentrado(...).Eu acho que é falta de assistência, falta de informação. De treinamento (S., professor universitário).*

Em contrapartida, as análises conduzidas em outros estudos (Simão, 2005; Ferreira, 2007) mostram que também os representantes de órgãos de assistência técnica e extensão rural avaliam as ações da universidade e da pesquisa como distantes da realidade da agricultura familiar regional. Ponderam que tal distância impede que essas organizações contribuam de modo mais efetivo para potencializar fatores favoráveis da RSMG, como solo, clima, proximidades das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, bem como a malha rodoviária existente e a proximidade de portos, o que tornaria os produtores sul-mineiros mais competitivos. Críticas com semelhante teor foram também efetuadas por algumas lideranças de agricultores familiares. Vale ressaltar que, esse tema será discutido em outra seção.

Apicultura, plantio de eucalipto, piscicultura, sojicultura, produção de mamona e arroz foram também indicados como possíveis alternativas para a diversificação agrícola nas unidades de produção familiares, recebendo, no entanto, somente uma indicação (Quadro 2). A viabilidade da apicultura e rizicultura, apontadas por um pesquisador, foi associada à complementação de renda. Todavia, estudos mostram que a produção empresarial de arroz inviabilizou o cultivo desse produto nas unidades familiares, uma vez que fez cair o preço do produto no mercado nacional. Em decorrência, agricultores familiares substituíram áreas e trabalho destinados ao cultivo de arroz por outras atividades mais rentáveis\*\*\*\*. Já a apicultura é uma atividade bastante difundida na região. Segundo a Emater (2008), o estado de Minas Gerais é responsável por cerca de 10% da produção nacional de mel e ainda há muito espaço no mercado

---

\*\*\*\* Por exemplo, Jesus (1993) estudando a trajetória de decisões, em unidades de produção agropecuárias, transcreve depoimentos nos quais o produtor declarava ter substituído a produção de arroz por outra atividade que considerava mais rentável, pois a sua produção era pequena, o produto era acessível ao seu padrão de renda o que não inviabilizava a sua compra.

para avançar, visto as potencialidades como clima favorável, florada durante todo o ano e um mercado amplo e pouco explorado. Há um forte potencial de geração de mão-de-obra da atividade, que ocupa atualmente cerca de 3,5 mil agricultores familiares no Estado<sup>††††</sup>.

A produção de mamona, indicada por um professor, foi associada à agregação de valor em decorrência do programa de biocombustível. Outro professor universitário associou sojicultura, como uma alternativa de diversificação, por existir a possibilidade de agregação de valor e auxiliar na rotação de culturas. Todavia, esses entrevistados não explicaram em que dimensões tais produtos agregariam valores. O reflorestamento com eucalipto de áreas impróprias para pastagem e cultivo foi percebida por um professor como uma alternativa de diversificação, uma vez que a madeira obtida é facilmente comercializada e o preço é compensador. Em decorrência dos recursos hídricos do Sul de Minas, representados pelas hidroelétricas, bem como da existência de mercado consumidor, a piscicultura foi identificada como uma alternativa viável de diversificação (Quadro 2).

Em síntese, de acordo com as opiniões dos pesquisadores e dos professores universitários a atividade mais propícia para a diversificação agrícola nas propriedades familiares da RSMG é a fruticultura. Essa percepção é sustentada pela articulação que os entrevistados fizeram entre fruticultura e os seguintes objetos situacionais: área demandada compatível com o tamanho das unidades familiares, ocupação da mão-de-obra feminina, fatores edafoclimáticos favoráveis e proximidade de indústrias de processamento. Avaliaram que a organização de produtores em associações e cooperativas é muito importante para que obtenham escala, adquiram poder de negociação e coloquem a produção no mercado consumidor. Portanto, apesar da forte tradição sul-mineira nas atividades cafeeira e leiteira, percebe-se que, para a maioria dos professores

---

<sup>††††</sup> Disponível em: <<http://www.emater.mg.gov.br>>.

universitários e pesquisadores entrevistados existem alternativas para a diversificação que garantam ingressos diferenciais durante o ano e que sejam compatíveis com a área e o ecossistema regional. Avaliam, também que o produtor familiar tem procurado alternativas agrícolas que complementem a sua renda visando proporcionar-lhe melhorias na vida no campo.

Os produtos citados com mais frequência pelos pesquisadores e professores como possíveis alternativas de diversificação agrícola, as características favoráveis associadas a esses produtos, os fatores que podem reduzir o potencial de desenvolvimento que lhes foram atribuídos, bem como ações percebidas como capazes de neutralizar a influências dos fatores limitantes apresentam-se na Figura 8. Na seção seguinte, serão discutidas as possíveis alternativas de diversificação rural.

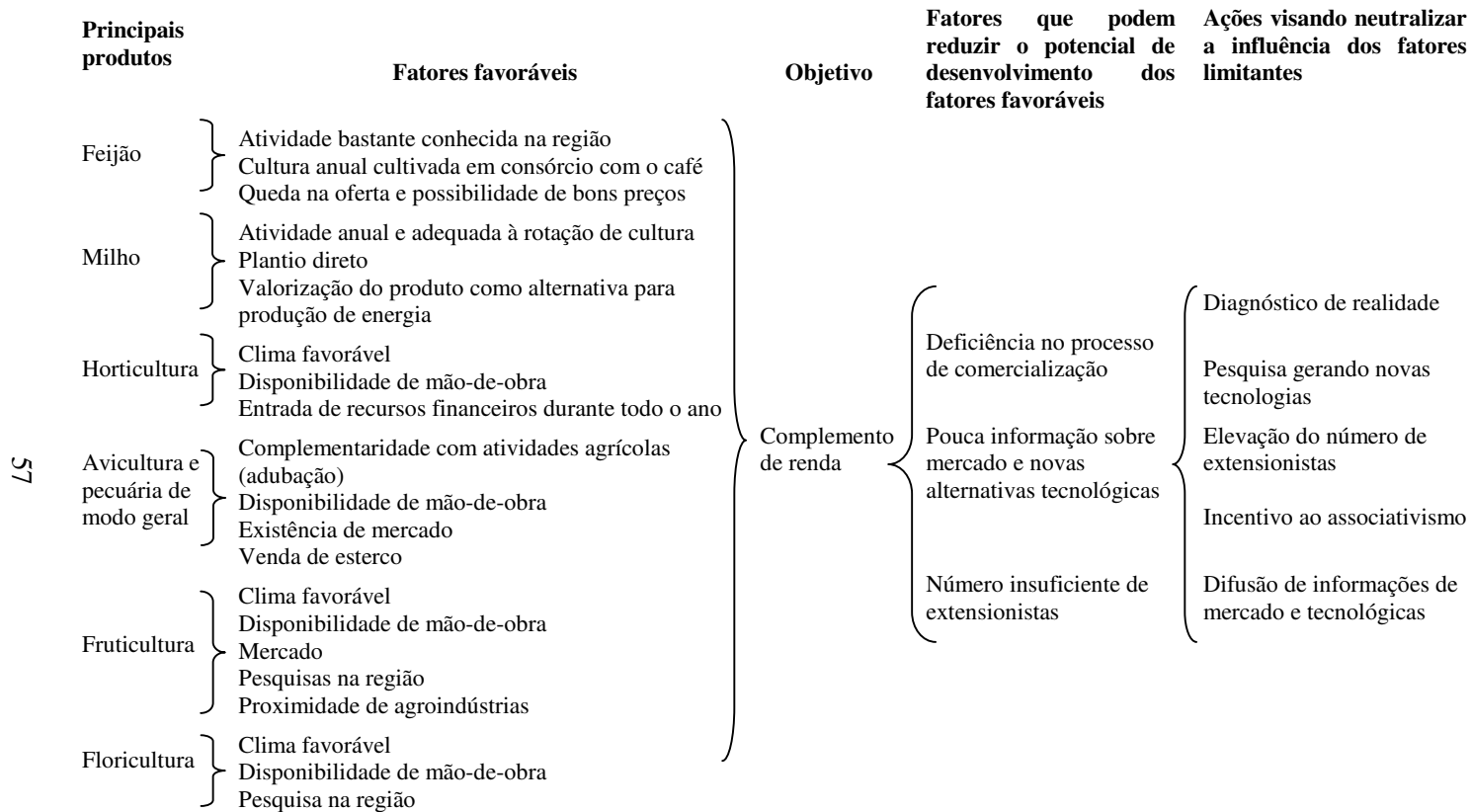


FIGURA 8 Produtos mais adequados para a diversificação agrícola, articulação entre fatores favoráveis e fatores limitantes na perspectiva de professores universitários e pesquisadores entrevistados, 2007.

#### 4.1.2 Diversificação rural

“Turismo rural” e “agroindústrias do produtor” foram as atividades avaliadas como mais favoráveis à diversificação rural na RSMG, pelos pesquisadores e professores universitários (Quadro 3). No caso da agroindústria do produtor, isto é, da agroindústria familiar ou comunitária e gerida pelos próprios agricultores, essa opção foi justificada por considerarem que ela poderia aumentar o poder de barganha, complementar a renda familiar, além de ser uma alternativa de agregação de valor à propriedade e aos produtos ali produzidos. Já a opção turismo rural foi justificada por considerá-la geradora de novos postos de trabalho e de novas oportunidades para a complementação de renda.

*Com certeza [agroindústria do produtor e turismo rural] são atividades que vêm incrementando a renda, gerando negócios, e lógico, quando se pensa na a questão da ocupação, [essas atividades] geram oportunidades de empregos (E., professor universitário).*

QUADRO 3 Atividades mais propícias à diversificação rural na RSMG, na opinião de pesquisadores e professores universitários, 2007.

Atores Sociais	Atividade	Justificativa
PE (n 2) PU (n 4)	Turismo Rural (n 6)	- Complementação de renda - Geração de trabalho/ oportunidades
PE (n 2) PU (n 5)	“Agroindústria do Produtor” (n 7)	- Agregação de valor - Unir os produtores - Aumentar o poder de barganha
PE (n 1)	“Grande Agroindústria” (n 1)	- Garantia de compra dos produtos dos Produtores
PU (n 1)	Artesanato (n 1)	- Complementação de renda

Fonte: Dados da pesquisa

n = número de vezes em que a atividade foi citada.

PE = Pesquisador/PU = Professor universitário

As atividades “grande agroindústria” e “artesanato” foram mencionadas como propícias para a diversificação rural na RSMG apenas uma única vez, nos

depoimentos dos entrevistados (Quadro 3). O artesanato foi citado como uma atividade que tem um potencial para se desenvolver na região e proporcionar um aumento no poder de barganha e uma complementação na renda aos produtores familiares. Mas, para que isso aconteça, o professor que a indicou ponderou ser, primeiramente, necessário organizá-los em associações de artesãos.

*Poços de Caldas (...) então ali naquela região se você tiver um roteiro ali de artesanato (...) aí eu acho que tem um potencial (S., professor universitário).*

O associativismo foi, novamente, percebido como um meio para aumentar o poder de negociação dos produtores frente a outros atores sociais, presentes no mercado. Aliás, um pesquisador descartou a possibilidade do artesanato ser uma opção para a diversificação rural justamente por considerá-lo uma atividade sujeita à interferência do atravessador.

*(...) a questão do artesanato também tem muito problema com atravessador(...). Então é organização, é onde colocar esse artesanato (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

Já a implantação de grande agroindústria, ou seja, as grandes empresas de processamento de matéria-prima agrícola, seria, na visão deste mesmo pesquisador, um empreendimento que garantiria a compra dos produtos cultivados nas propriedades familiares. Todavia, esse entrevistado reconhece que, muitas vezes, as grandes empresas oferecem ao produtor um baixo valor pela venda de seus produtos.

*A grande agroindústria é um bem, como diz o outro, é um mal necessário por que muitas vezes ela explora o pequeno produtor, isso acontece (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

Observou-se que os entrevistados, quando falam em agroindústria referem-se a duas categorias: a “grande agroindústria” e a “agroindústria do

produtor”. A “grande agroindústria”, reforçando o que foi referido acima, é vista por um dos pesquisadores entrevistados como um meio de exploração, uma vez que ela proporciona ao agricultor familiar uma pequena margem de lucro sobre a venda de seus produtos. Por outro lado, esse mesmo entrevistado relata que apesar das desvantagens que a grande agroindústria possa proporcionar, ela não deixa de ser uma garantia que os pequenos produtores possuem de escoamento de seus produtos.

*Amarra contratos com preços muito baixos, o produtor fica na mão dele. Por outro lado, ele tem uma agroindústria onde ele não tem uma margem de lucro tão boa, mas ele tem a garantia de compra, que é o que eu falei pra você, um dificultador pro pequeno produtor porque o ideal...o que é o ideal para o pequeno produtor? Ele vender pra produzir. O que é vender pra produzir? É você ter um contrato de venda, e produzir pra atender aquele contrato. E aí seria o ideal da agricultura, mas na prática isso não funciona! (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

A “agroindústria do produtor”, além de ter sido apontada como uma das atividades mais propícias para a diversificação rural na RSMG, foi retratada pelos entrevistados como associações e cooperativas de produtores. Então, ressalta-se que, quando se fala em “agroindústria do produtor”, os pesquisadores e professores universitários entrevistados visualizam as organizações de produtores. Nessas organizações, vários fatores são valorizados, como a cooperação, a mão-de-obra familiar feminina, entre outros. Por conseguinte, observaram que a união é o meio que os produtores familiares dispõem para aumentar o volume de produtos, processá-los, agregando-lhes valor, e colocando-os no mercado.

*(...)quando você pensa no pequeno e pequena agroindústria, aí tem que haver organização tipo cooperativas, pequenas cooperativa,s pequenas associações que possam processar e agregar valor (R<sub>2</sub>., pesquisador).*



*Eu acho interessante essa idéia de agroindústria, de agregar valor ao produto. O produtor tem que se organizar mais via associações, via cooperativas, principalmente associações porque aí ele tem como se organizar melhor e ter condições de formatar melhor, de condições de ter um produto já bem adequado, dentro dos padrões exigidos de qualidade para a comercialização etc, e até mesmo de uma força maior, uma mecanismo melhor: a comercialização junto ao mercado consumidor aos clientes (R., professor universitário).*

*É interessante na indústria, você vê que são as mulheres dos produtores que estão, vamos dizer assim, em todas as etapas. Eles perceberam que trabalhando em conjunto, tinham uma forma melhor de colocarem o produto deles no mercado. Então, existem essas associações (R<sub>1</sub>, pesquisador).*

Apesar das vantagens que a agroindústria do produtor possa trazer aos pequenos agricultores, os entrevistados consideraram ser fundamental o apoio de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como da iniciativa privada para que o processamento dos seus produtos possa ser realizado com êxito. Desse modo, observaram que há a necessidade de treinamentos para que sejam repassados aos produtores, por intermédio de cursos de capacitação, conhecimentos sobre o processo de industrialização.

*(...) a industrialização pelo próprio produtor depende de muito apoio é...do governo nos diferentes níveis, municipal, estadual, federal, tudo, porque ele não tem treinamento pra fazer, não tem estrutura. Então, o risco, se for uma coisa sozinha, individual, o risco de não dar certo é enorme, enorme, enorme! (S., professor universitário).*

Outro fator limitante relacionado com a agroindustrialização do tipo comunitária e abordado por professores e pesquisadores, durante as entrevistas, foi a questão gerencial. Observaram que muitas dessas agroindústrias foram constituídas na região, todavia poucas conseguiram sobreviver por um longo período. Esse insucesso foi atribuído à falta de experiência e de preparo do produtor para assumir cargo de gerência em empreendimentos dessa natureza.

Novamente a capacitação foi percebida como um fator importante para que os produtores estejam seguros e possam trabalhar na agroindústria aderindo a uma lógica participativa e um modelo “de baixo pra cima”.

*Nós temos um problema sério gerencial,[isto é,] você conseguir pessoas boas para administrar. Então a gente percebe que tem havido algumas iniciativas nesse sentido, mas que muitas vezes não vai pra frente por falta de questão gerencial, é sério!(...) muitas vezes falha por falta de pessoal treinado, nessa parte gerencial que possa ajudar nessa pequena agroindústria (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

O turismo rural foi considerado pela maioria dos entrevistados uma atividade favorável à diversificação rural na RSMG (Quadro 3), em decorrência da beleza cênica da região, favorecida pela presença de muitas cachoeiras e serras, o que também propicia a prática de esportes radicais, entre outros. Porém, é uma atividade que, na visão dos entrevistados, exige do agricultor familiar capacitação e competência. Para pesquisadores e professores, o produtor deve estar consciente de que para se obter sucesso nesse novo empreendimento é necessário adquirir conhecimentos profundos sobre ele. Desse modo, o turismo rural exige que o agricultor familiar centre a sua preocupação nas informações sobre o mercado, nos clientes potenciais, na localização e no meio ambiente. Avaliam que, somente com esse envolvimento, ele poderá gerir a atividade com eficiência.

*É uma possibilidade assim, muito favorável, muito importante, porque o cenário é propício pra isso. Então, é preciso que haja capacitação, competência dos gestores dessas atividades. Então tem que ter uma... aí é onde vem a participação (E., professor universitário).*

*A gente tem visto aí várias regiões explorando isso aí [turismo rural] e de uma forma bastante intensiva, quer dizer é uma forma de agregar mais valor à terra, à exploração (R., professor universitário).*

De acordo com as opiniões dos entrevistados, as alternativas favoráveis à diversificação rural na RSMG, de modo geral, mostram-se pouco exploradas pelos produtores familiares da região. Eles argumentaram que o interesse em desenvolver atividades como o turismo rural e a agroindústria do produtor requer, primeiramente, dos agricultores, uma análise do local, com o levantamento dos pontos positivos e negativos, ou seja, para que a diversificação rural possa ser implementada é fundamental identificar as potencialidades regionais: cachoeiras, serras, no caso do turismo rural; o mercado, a organização, e o cultivo de determinadas frutas, no caso da agroindústria do produtor. Os entrevistados avaliam que somente assim o empreendimento poderá se consolidar. Nesse sentido, eles ponderam que não basta apenas o agricultor familiar “querer” diversificar, ele precisa avaliar a viabilidade da atividade, sendo de grande importância a presença e o acompanhamento dos extensionistas em todo esse processo de adesão.

*Ainda por enquanto não tem assim, é uma coisa [diversificação rural] bem incipiente (...). Eles não têm idéia do potencial turístico que há nessas região,s em termos de cachoeiras, esses esportes que hoje existem e que podem ser explorados. Tudo isso está nesse bojo do turismo, isso está sendo muito pouco explorado (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

*(...) o que a gente vê no Sul de Minas é que os agricultores (...) trabalham de uma forma muito isolada eles são pouco conectados. Não, lógico, existem boas cooperativas, mas(...) eu acho extremamente interessante para isso funcionar, ele trabalhar via associação (R., professor universitário).*

*Eu acho que tem que haver é uma análise de quais, qual a verdadeira aptidão da região a qual está inserida. Você não pode forçar assim... que isso aconteça em função de modismo. Então realmente é importante você eleger qual é o potencial e produzir em cima desse potencial(...)Tem que haver um anseio por parte do pequeno produtor senão isso não funciona ( P., professor universitário).*

Em resumo, com base nas análises das opiniões dos entrevistados sobre as atividades mais favoráveis à diversificação rural na RSMG, percebe-se que a agroindústria do produtor foi a mais indicada entre as quatro opções mencionadas. Pesquisadores e professores expuseram que, para essa atividade se desenvolver, é fundamental a organização e a associação dos produtores em torno de um objetivo comum e de uma participação ativa nos processos de decisão. Desse modo, tais iniciativas tendem a contribuir para que esse empreendimento se forme, cresça e possa beneficiar os produtores familiares com o aumento do poder de barganha e da qualidade dos produtos e/ou dos serviços oferecidos. Pesquisadores e professores sugeriram ainda que sejam oferecidos aos agricultores capacitação em novas tecnologias de produção e processamento agroindustrial, bem como em gestão de associações. As atividades percebidas como mais adequadas para a diversificação rural e as articulações entre fatores favoráveis e fatores limitantes estão esquematizadas na Figura 9.

Na avaliação de atividades mais adequadas para a diversificação agrícola e para a diversificação rural, os entrevistados tomaram como referência objetos de orientação de natureza social, cultural e física, localizados tanto no nível local como macroestrutural. As articulações envolvendo esses diferentes objetos serão discutidas na próxima seção.

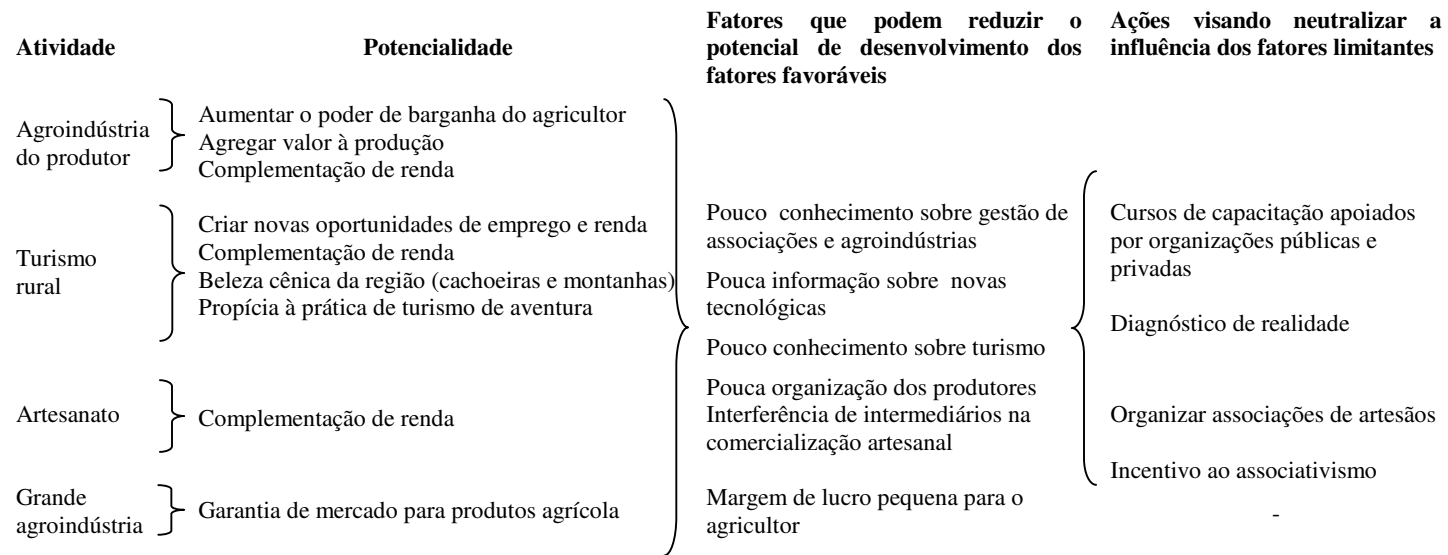


FIGURA 9 Atividades mais adequadas para a diversificação rural, articulação entre fatores favoráveis e fatores limitantes, na perspectiva de professores universitários e pesquisadores entrevistados, 2007.

#### 4.2 Objetos de orientação ponderados na avaliação da diversificação como estratégia de desenvolvimento, para propriedades familiares na RSMG

Professores universitários e pesquisadores apontaram, em seus depoimentos, objetos físicos de natureza edafoclimáticos como fatores favoráveis ao desenvolvimento da diversificação, nas propriedades familiares na RSMG (Quadro 4).

QUADRO 4 Fatores edafoclimáticos favoráveis à diversificação, na opinião de pesquisadores e professores universitários, 2007.

Atores Sociais	Edafoclimáticos favoráveis	Justificativa
PE (n 3) PU (n 5)	Clima (n 8)	- Favorável a diversas culturas
PE (n 1) PU (n 3)	Solo (n 4)	- São férteis - Favorável a diversas culturas
PE (n 1)	Serras e cachoeiras (n 1)	- Potencial e riqueza da região - Favorece o turismo rural
PE (n 1) PU (n 1)	Altitude (n 2)	- Potencial da região - Favorece o plantio do café
PU (n 2)	Água (n 2)	- Potência por ser abundante - Favorece à irrigação - Permite a piscicultura - Favorece o turismo rural
PU (n 3)	Relevo (n 3)	- Favorece o plantio de café - Fundamental para as florestas - Favorece o turismo rural
PU (n 1)	Paisagem (1)	- Favorece o turismo rural

Fonte: Dados da pesquisa

n = número de vezes em que o fator “edafoclimático” foi citado.

PE = Pesquisador/PU = Professor universitário

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, os principais fatores favoráveis, caracterizados quanto à “natureza edafoclimática”, são clima, solo, altitude, disponibilidade de água e relevo. Todos esses fatores se destacam por serem apontados como “riquezas regionais”, favorecendo o plantio de diferentes culturas, além de proporcionar a prática de atividades como o turismo rural (Quadro 4).

Os fatores serras e cachoeiras e paisagem, apesar de serem considerados uma riqueza da região e favorecer o turismo no meio rural, foram pouco mencionados pelos entrevistados. Além disso, como será discutido posteriormente, alguns desses fatores aparecem em outras articulações como fatores limitantes.

*(...)paisagens, se prestam pra, atividades, no caso de turismo, no caso da agricultura (E., professor universitário).*

*(...) principalmente, igual eu falei o turismo. Eu acho que é um potencial muito grande pelas belezas naturais que a gente tem nessas regiões. Serras, cachoeiras (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

O clima da RSMG, fator apontado com maior frequência, foi descrito como “bem definido” e favorável para o plantio de diversas culturas, entre as quais fruticultura e soja. Em outras palavras, na visão de pesquisadores e professores, o fator climático da região favorece a adaptação de diversas espécies e é adequado para a criação de gado de linhagem leiteira, o que proporciona ao produtor escolher os produtos para diversificação, que considera mais adequado ao contexto de sua propriedade.

*Olha o Sul de Minas é bom pra tudo (...). Um clima em termos de temperatura e estação suficiente, bom para a maioria das espécies cultivares (M., professor universitário).*

*Nós temos diversificações interessantes em termos de clima aqui (...) A questão do gado de leite, o clima é ideal pro nosso gado puro.(R<sub>2</sub>., pesquisador).*

*Hoje a gente tem um leque de opções muito grande e um clima muito favorável. E várias culturas são adaptadas aqui para a nossa região(...)A gente tem algumas espécies frutíferas que vão bem na região, as próprias culturas anuais (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

*(...) nós estamos em uma região que tem clima favorável, tem condições favoráveis para plantar, fator climático a gente tem, o clima bem definido, que pode favorecer, por exemplo, cultivo de soja. Soja dá pra produzir aqui tranquilamente, não tem problema. Outras culturas também dão (R., professor universitário).*

Solo, um fator essencial para agropecuária, foi também bastante valorizado. Para os pesquisadores e professores o solo da região pode ser caracterizado como “muito fértil”, o que favorece o plantio de diversas culturas, nas diferentes estações do ano. Desse modo, o potencial atribuído ao solo é de grande valia para o pequeno produtor que tende a encontrar nele componentes necessários para diversificar e produzir com eficiência.

*Os solos são férteis e tudo (M., professor universitário).*

*Eu acho que de modo geral a gente tem uma condição ambiental como um todo, em termo de potencial de solo (...) que dá pra atender bem a essa diversificação da produção (S., professor universitário).*

Assim como o solo e o clima, a água é fundamental para o desenvolvimento de diferentes atividades no campo. Na região, a água é reconhecida pelos entrevistados como abundante, trazendo assim muitos benefícios para as propriedades familiares. Uma de suas utilidades na lavoura é proporcionar um sistema de irrigação, viabilizando a possibilidade de cultivo de diferentes produtos ao longo do ano, assegurando a produtividade e qualidade dos produtos.



*Tem água em abundância com sistema de irrigação (M., professor universitário).*

Tanto a altitude quanto o relevo são também fatores determinantes da adesão ou não a uma cultura. Esses fatores, em certo sentido, estão associados e podem figurar, em datas circunstâncias, como meios e, em outras, como condições, limitando a possibilidade de escolha do agricultor. Para alguns plantios na RSMG, a altitude é favorável, como é o caso do café, por exemplo, mas para outras pode não ser tão favorável assim. Por isso, o aproveitamento desses dois fatores no plantio irá depender muito da escolha da atividade a ser cultivada na propriedade.

*Então eu acho que o relevo é um dos fatores determinantes de... produto (S., professor universitário).*

*A região que eu comentei com você de Pouso Alegre, nós temos cidades com um potencial fantástico em termos de altitude. O município que eu comentei com você de Senador Amaral está 1600m de altitude (...). Então quando se pensar em diversificar tem que ficar atento a isso: olhar as exigências daquela cultura, as condições, onde ela vai ser plantada, de altitude (...) (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

A infra-estrutura regional, caracterizada nos depoimentos pela presença de organizações educacionais e de pesquisa, pela existência de uma extensa malha viária, pela presença de uma rede bancária abrangendo quase todos os municípios, de um sistema de comunicação e de uma rede de energia elétrica cobrindo toda a região, foram outros objetos de orientação ponderados pelos entrevistados, ao avaliarem as potencialidades de desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira (Quadro 5). Em conjunto com esses fatores, professores e pesquisadores destacaram a localização da RSMG, próxima dos grandes centros consumidores do país, como um fator privilegiado (Quadro 5).

QUADRO 5 Fatores infra-estruturais e de localização favoráveis à diversificação, na opinião de pesquisadores e professores universitários, 2007.

Atores sociais	Fatores infra-estruturais e de localização favoráveis	Justificativa
PE (n 1)	Presença de organizações educacionais e de pesquisa (n 1)	- Organizações como UFLA, EPAMIG - Apoio para diversificar com eficiência
PU (n 2)	Estrutura viária (n 2)	- Fácil acesso às estradas - Facilita o escoamento da produção
PE (n 1) PU (n 6)	Localização (n 7)	- Proximidade de grandes centros consumidores. - Proximidade de portos
PE (n 1)	Rede bancária (n 1)	- Fundamental para manter a diversificação
PU (n 1)	Sistema de comunicação (n 1)	- Acesso à informação - Entretenimento
PU (n 1)	Energia elétrica (n 1)	- Conforto - Uso de equipamentos

Fonte: Dados da pesquisa

n = número de vezes em que o fator de “localização” ou “infra-estrutural” foi citado.

PE = Pesquisador/PU = Professor universitário

A existência, na região, de organizações educacionais e de pesquisa é um fator favorável, tendo em vista a possibilidade de apoiar os produtores familiares na iniciativa de diversificar suas atividades no campo, gerando pesquisa, novas tecnologias, promovendo cursos, encontros e palestras. O sistema bancário, formado por bancos públicos e privados, bem como por cooperativas de crédito, representa a possibilidade de acesso à recursos financeiros que seriam fundamentais para a manutenção da diversificação, nas propriedades familiares.

*É, eu acho que a proximidade dos centros de conhecimento, linhas de crédito, sabe? Apoio no sentido de possibilitar ao produtor atingir essas atividades, essa diversificação com eficiência (S., pesquisador).*

O sistema de comunicação e a rede de energia elétrica, identificados como fatores favoráveis, estão associados às suas funções usuais de, respectivamente, proporcionarem informações, entretenimento, conforto e utilização de equipamentos elétricos.

Para os atores sociais entrevistados, a localização da RSMG é estratégica, pois se encontra perto de grandes áreas metropolitanas como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, considerados os maiores centros consumidores do país. A localização também se destaca quando se pensa no transporte marítimo, pois a região está próxima dos grandes portos como o de Vitória, do Rio de Janeiro e de Santos. Desse modo, consideram que a localização da RSMG é privilegiada, pois possibilita facilmente o escoamento da produção aos mercados consumidores, sendo assim um fator positivo para a diversificação das propriedades familiares.

*É lógico, é estratégico, nós estamos entre São Paulo, Rio e Belo Horizonte, quer dizer, nós estamos na realidade no centro dos três principais pólos consumidores do Sudeste e do país eu diria também. Então eu acho que a localização nossa é, de certa forma, privilegiada (S., professor universitário).*

*Então nós estamos a mais ou menos 400 quilômetros dos grandes portos e dos grandes mercados consumidores. Nós estamos a mais ou menos 400 quilômetros de Vitória, 400 do Rio de Janeiro e 400 de Santos. Então isso faz com que o deslocamento dessa produção seja mais fácil, o escoamento seja mais fácil de ocorrer (P., professor universitário).*

*Grande parte da população brasileira está localizada nessa região nossa aqui, se você pegar eixo Minas Belo Horizonte, São Paulo e Rio. Então eu acho que a grande vantagem nossa é a localização geográfica próximo a mercado consumidor (R., professor universitário).*

A localização é ainda potencializada pela estrutura viária regional, favorecendo o deslocamento de pessoas, mercadorias e produtos, sendo importantíssima sua manutenção e conservação para a economia do país. É

através dos meios de transportes, especificamente dos caminhões, que boa parte de toda a produção agrícola é destinada aos centros consumidores. Nesse sentido, as estradas possuem um papel fundamental permitindo o escoamento da produção vinda do campo e promovendo, conseqüentemente, o desenvolvimento de regiões, como a RSMG.

*Questão de estradas então, como se diz, um conjunto de fatores aí positivos, que se tem como escoar rapidamente a produção, o [fácil] acesso (E., professor universitário).*

*Nós temos meios de transporte, de acesso, rodovias e etc. que de qualquer região do Sul de Minas é fácil você escoar a produção pra esses centros consumidores (...) (R., professor universitário).*

Percebe-se, por meio das potencialidades regionais mencionadas pelos entrevistados, que a RSMG apresenta vantagens para o desenvolvimento da diversificação nas propriedades familiares. Porém, algumas limitações também foram identificadas, reduzindo o potencial de desenvolvimento dos fatores edafoclimáticos, infra-estruturais e de localização (Quadro 6). Destacam-se entre os fatores mencionados pelos pesquisadores e professores, objetos que anteriormente foram considerados favoráveis, como a falta de apoio dos órgãos de extensão com os produtores familiares; a estrutura viária da região que impossibilita o escoamento da produção com eficiência; o clima, que por ser bem definido pode restringir a diversificação para algumas culturas; e o relevo que se mostra limitante para determinadas atividades desenvolvidas na RSMG (Quadro 6).

**QUADRO 6** Fatores limitantes que podem reduzir os impactos positivos dos fatores favoráveis de natureza edafoclimática, infra-estruturais e de localização sobre a diversificação das unidades de produção familiares sul-mineira, segundo pesquisadores e professores universitários entrevistados, 2007.

<b>Atores sociais</b>	<b>Fatores limitantes</b>	<b>Justificativa</b>
PE (n 1) PU (n 2)	- Falta de apoio (n 3)	- Falta assistência - Falta conhecimento
PE (n 1) PU (n 2)	- Estrutura viária (n 3)	- Difícil acesso - Limita o escoamento da produção - Limita a exploração do turismo rural
PE (n 1)	- energia elétrica (n 1)	- Custo de implantação em propriedades mais afastadas
PE (n 1) PU (n 1)	- Clima (n 2)	- Geada - Restringe o plantio de grãos a somente uma época do ano
PU (n 5)	- Relevo (n 5)	- Dificulta o plantio de certos produtos
PU (n 1)	- Tamanho da propriedade (n 1)	- Limita a diversificação de algumas atividades
PU (n 1)	- Solo (n 1)	- Pode trazer gastos ao produtor

Fonte: Dados da pesquisa

n = número de vezes em que o fator limitante foi citado.

PE = Pesquisador/PU = Professor universitário

Os demais fatores referidos pelos entrevistados foram pouco representativos, ou seja, indicaram que são apenas pequenas limitações para a ocorrência e desenvolvimento da diversificação na região. Com relação à energia, percebe-se que apesar dela ser um recurso presente em várias localidades nos dias de hoje, um dos pesquisadores alega que há lugares no

campo em que a energia ainda não chegou. Diante disso, os produtores familiares enfrentam dificuldades que poderiam ser contornadas se os custos de implantação de energia elétrica fossem mais baixos.

*Dependendo da demanda de energia que você tem numa região que é mais afastada dessa oferta de energia, muitas vezes, isso é um fator limitante pelo custo que gera a implementação. É limitante dependendo da região (R<sub>1</sub>, pesquisador).*

O relevo foi percebido por dois professores universitários, como limitante para determinadas culturas a serem implementadas pelos agricultores familiares, como a soja, por exemplo. Mas, como foi comentado anteriormente, ressaltam que esse fator é relevante para o plantio de outras atividades, como o café. Portanto, pode-se enfatizar que, o relevo não é um fator tão limitante assim, mas que se trata de uma questão de adaptação da atividade ao local onde será cultivada.

*Você tem limitações, limitações em função de relevo. Apesar de não privilegiar algumas atividades o relevo acaba privilegiando outras atividades mais adequadas (S., professor universitário).*

*Para exploração de soja, como eu disse, pode ser um fator limitante mais não intransponível. Você tem áreas aqui no Sul de Minas que têm um relevo bom para explorações e você tem áreas em que realmente fica difícil a exploração. Mas é questão de adequação (R., professor universitário).*

O solo também foi apontado como limitante à diversificação na RSMG, na opinião de um professor universitário. Segundo ele, o solo requer análise e preparo, acarretando ao agricultor familiar gastos adicionais que influenciará diretamente nos custos de produção e conseqüentemente na competitividade do seu produto no mercado.

*O próprio solo ele é limitante. Porque talvez tenha que gastar mais (T., professor universitário).*

Este mesmo entrevistado considera que o tamanho da propriedade familiar é um entrave para a expansão das atividades, ou seja, não há espaço suficiente para a prática de determinadas culturas, especialmente as que demandam uma grande área plantada e um volume maior de produção para comercialização.

*[Outra limitação]Eu penso aqui fisicamente, é o tamanho da área das propriedades, sendo tamanho pequeno, aí que ele vai ter que dar uma sacudida mesmo, em termos de diversificação (...) (T, professor universitário).*

Apesar da estrutura viária da RSMG ter sido apontada como um fator favorável, ela é considerada por outros atores sociais entrevistados, como um fator limitante à diversificação. Por causa da falta de manutenção tanto das rodovias como das estradas vicinais, o acesso às propriedades pelos turistas e o escoamento da produção muitas vezes é prejudicado, principalmente nos períodos chuvosos. Esse problema pode limitar o turismo rural, elevar o custo de transporte para o produtor, além acarretar perda de muitos dos produtos transportados, aumentando os preços deles para os consumidores.

*A gente tem áreas em que o acesso é muito difícil, isso contribui com essa limitação. Tanto para o escoamento da produção para o produtor, como a exploração de outras atividades como o Turismo. Então a gente vê que a infra-estrutura das estradas é precária (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

*(...)a gente tem problema no período, na época de chuva [pois]você tem problema com a estrada, carro atolado e etc. No caso de acesso ao produtor, se não for estrada asfaltada a tendência é de ter problemas no período chuvoso. (...)Aumenta o custo para o produtor (S., professor universitário).*

*A estrada, como em todo o Brasil, ela tem problema sim. Inclusive tem um projeto aí que o pessoal está querendo fazer na região de Itumirim, Itutinga, na região ali que é de gado de leite, que um dos motivos é melhorar as estradas (T., professor universitário).*

O clima também foi mencionado anteriormente como um fator favorável à diversificação na RSMG. Todavia, dois entrevistados o avaliam como limitante, por apresentar estações bem definidas e restringir assim o cultivo de determinados grãos a somente uma época do ano. Outra justificativa pelo fator ser um obstáculo à diversificação é a possibilidade de ocorrência de geadas, durante o inverno na região.

*Nós temos baixadas que têm problemas com o frio. Então, algumas culturas têm problemas com geada (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

*(...) problema de clima que é a estação de chuva bem definida que começa normalmente aí em setembro, outubro e vai até o período de março, abril então isso dificulta até mesmo a diversificação, porque fica restrito ao cultivo de grãos, por exemplo, a essa época do ano (R., professor universitário).*

Um pesquisador e dois professores apontaram a falta de apoio dos órgãos de extensão, do governo e mesmo da iniciativa privada ao produtor familiar como um entrave ao desenvolvimento da diversificação, nas propriedades da RSMG. Ponderaram que a assistência técnica é um trabalho importante de apoio ao produtor e tem por objetivo orientá-los e informá-los sobre assuntos relacionados ao mercado consumidor, processo de comercialização como recebimento e armazenagem de produtos, entre outros. Desse modo, os extensionistas devem tentar promover “dias de campo”, oferecer cursos de capacitação a fim de repassarem aos produtores informações de que precisam para realizar suas atividades diversificadas da melhor forma possível.



*Falta interesse no trabalho de extensão. Os agricultores familiares são relegados a segundo plano. Mais do governo, da iniciativa privada também. Você não vê uma representatividade do setor assim. (S., pesquisador).*

*O que eu vejo principalmente é a falta de conhecimento do produtor e essa questão do mercado consumidor, uma ajuda pra colocar o produto no mercado. Eu acho que aí a gente volta de novo pra questão da assistência, do apoio ao produtor (S., professor universitário).*

*(...) recebimento, armazenamento. Eu acho que há algumas informações, por exemplo, técnicas que apesar de existirem elas têm que ser adaptadas para as nossas condições de cultivo (R., professor universitário).*

Outros fatores foram mencionados por um pesquisador, que se reportam à esfera de ação do Estado e, por isso, não foram incluídos no Quadro6: a falta de recursos e a ausência de políticas públicas que atendam às reais necessidades dos produtores familiares. O pesquisador avaliou a falta de recursos como um fator grave que tende a inibir a diversificação, assim como inviabilizar iniciativas voltadas para a criação de atividades que permitam ao produtor melhorar sua condição econômico-social no próprio meio rural. Observou que essa limitação é a grande impulsionadora do êxodo rural. Para o entrevistado, essa situação poderia ser amenizada com a elaboração de políticas públicas mais efetivas direcionadas a esse segmento tão importante para o país.

*Justamente devido à pobreza e à falta de alternativas de outras atividades que pudessem envolver e ao mesmo tempo melhorar a situação econômica, social e mesmo psicológica dessas famílias (S., pesquisador).*

A ausência de políticas públicas que atendam às necessidades dos agricultores familiares reflete, segundo o pesquisador, o “isolamento” assumido pelo Estado, quando se tratam dos problemas desses produtores. Na sua

perspectiva, rever essa postura é um dos maiores desafios a serem superados pelas autoridades, no sentido de manterem a agricultura familiar ativa na sociedade.

*Não tanto distância física, mas...talvez uma falta de uma política mais direcionada pra esse... Talvez a gente despertar pra...atenção pro número de propriedades de pequenos, pra importância desses pequenos produtores (S., pesquisador).*

Em resumo, segundo os entrevistados, os principais fatores físicos favoráveis a diversificação como estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira seriam o clima, o solo, que são percebidos como potencialidades da região. Também entre esses fatores, destacou-se a localização da RSMG, considerada um fator estratégico por estar próxima aos grandes centros consumidores do país e de portos.

O relevo foi caracterizado como adequado ao plantio de certos produtos, mas limitante para outras atividades, o que também ocorreu com o clima, na declaração de alguns entrevistados. Todavia, não são fatores que inviabilizam a diversificação como estratégia de desenvolvimento, mas direcionam a busca de atividades que lhes são compatíveis, as quais, como foram expostas nas seções anteriores, não são poucas. O tamanho das unidades de produção familiar foi também percebido como um fator que limita a escolha de possíveis alternativas de diversificação.

Os fatores limitantes apontados com maior frequência reportam à esfera de ação do Estado, como a sua omissão frente à agricultura familiar, e à insuficiência de recursos liberados para atender às necessidades dessa categoria de produtores. Embora a estrutura viária tenha sido apontada como um fator favorável por ligar a região com os portos e grandes centros consumidores, potencializando os aspectos favoráveis edafoclimáticos e de localização, a falta

de manutenção das estradas reduz o potencial de desenvolvimento desses fatores ao elevar os custos de transporte e provocar a perda de produtos. Como a manutenção das rodovias e estradas na região é uma função do Estado, a deficiência desse fator foi atribuída aos governos federal, estadual e municipal.

O esquema contido na Figura 10 apresenta a orientação dos entrevistados, ao ponderarem os fatores favoráveis de natureza edafoclimáticos, infra-estruturais e de localização com fatores limitantes na avaliação da diversificação como possível estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira. Nessa figura, os fatores limitantes foram agrupados em duas categorias que retratam a “especificidade do fator” ou o seu “caráter geral”. Todavia, a especificidade de um fator limitante não deve ser interpretada como tendo uma influência restritiva somente sobre um dado fator positivo, mas que o seu aproveitamento é deficiente. Por exemplo, “a rede viária” foi identificada como positiva, no entanto, a sua má conservação, além de limitar o seu potencial de desenvolvimento, pode ter conseqüências negativas para o aproveitamento de outros fatores positivos. O “caráter geral” reúne os fatores limitantes de natureza mais ampla (por exemplo, ação ineficiente de órgãos de extensão, insuficiência de recursos governamentais para atender às necessidades da agricultura familiar), não estando circunscrito ao aproveitamento inadequado de um fator específico.

Em síntese, ao retratar as articulações que os entrevistados fazem entre diferentes objetos de orientação para avaliar a diversificação como possível estratégia de desenvolvimento, as Figuras 8, 9 e 10 revelam a presença de objetos de orientação de diferente natureza, o que indica o caráter interdisciplinar do processo de desenvolvimento ou a sua dimensão multiprofissional. Todavia, dois fatores limitantes classificados como “caráter geral”, ou seja, “tradição” e “emigração dos filhos” (Figura 10) ainda não foram discutidos e serão os temas das próximas seções.

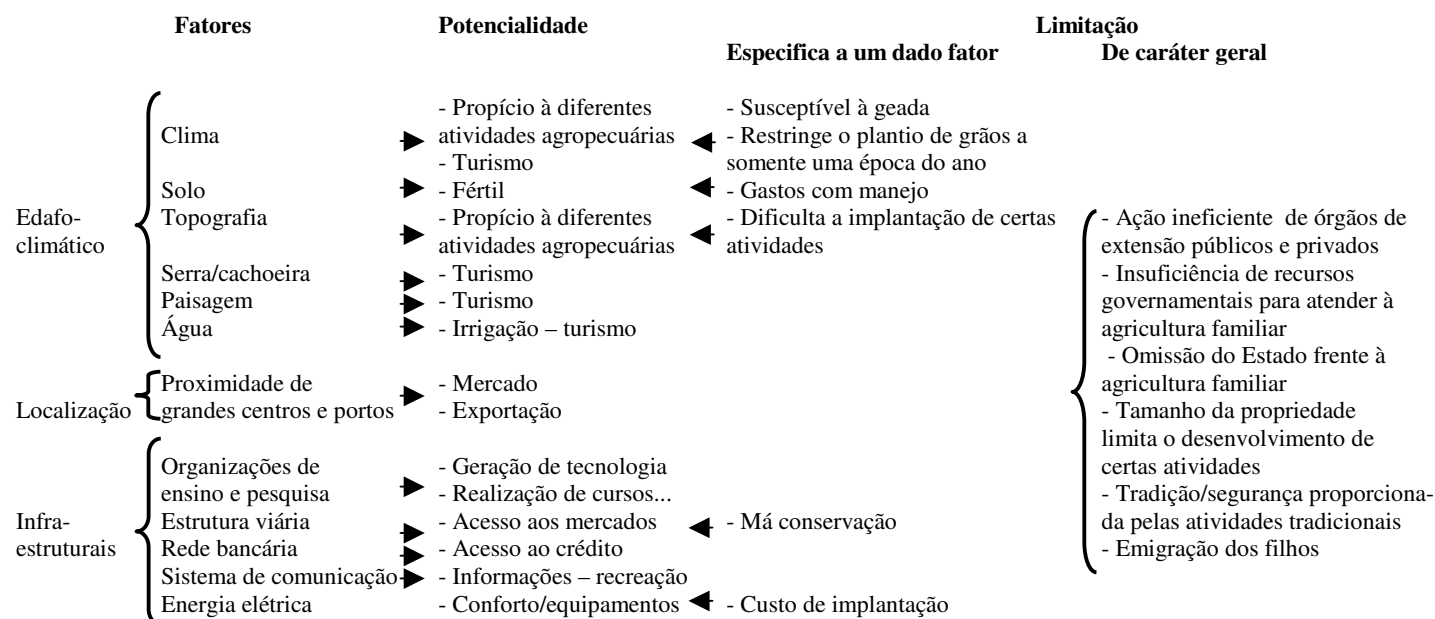


FIGURA 10 Fatores favoráveis de natureza edafoclimáticos, infra-estruturais e de localização e fatores limitantes ponderados por pesquisadores e professores universitários, na avaliação da diversificação como possível estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira, 2007.

### 4.3 A tradição e sua influência na diversificação das propriedades familiares

A tradição foi apontada como um fator cultural de natureza limitante à diversificação. Todavia, antes de discutir o potencial restritivo desse fator, deve-se levar em conta o significado que os entrevistados atribuem a esse termo e, para isso, é necessário identificar as conexões que estabelecem com outros objetos de orientação, quando empregam a palavra tradição.

Todos os pesquisadores e professores entrevistados associam a produção de leite e de café na RSMG, com tradição ou vocação. Nos seus discursos, essas duas palavras são usadas como sinônimos e significam atividades praticadas há mais de um século, envolvendo conhecimentos que são repassados de geração para geração: “veio de avô, veio de pai pra filho”. Para os entrevistados, essa característica tende, muitas vezes, a limitar a adoção de novas atividades, pelo fato dos produtores acreditarem que a atividade que cultivam, ou mesmo a técnica que implantam é a correta.

*Isso tem um peso muito grande. A parte social, a tradição aí é interessante. É uma coisa que veio de pai, veio de avô, de pai para filho.(...)Vamos supor assim, se entra uma cultura diferente que vai diversificar, acrescentar renda, ele [produtor familiar] adota. Mas, esbarra naquele que é tradicionalista, que não quer abrir mão daquela atividade. Existe esse tradicionalismo de anos. Vamos dizer assim, é uma coisa que tem que ser trabalhada (R<sub>1</sub>., pesquisador.)*

*(...) hoje ainda quem detém a economia no setor agropecuário do Sul de Minas é o café e o leite (...) Então quando se pensa em propor uma diversificação pra ele, pensa em mudar muita coisa que ele vem fazendo do avô, do pai, tudo. Então, ele é muito costumado, o mineiro é muito disso, de tradição, de produção do café com leite. Então não é fácil (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

Todavia, a tradição na produção de leite e de café, vista como obstáculo à diversificação, está também associada a investimentos em benfeitorias existentes nas propriedades e na estrutura de comercialização regional. Por exemplo, o café é uma atividade perene que exige do produtor familiar toda uma infra-estrutura como máquinas e equipamentos, que lhe dão suporte desde o plantio, colheita, até o beneficiamento dos grãos que, posteriormente, serão destinados ao mercado. Diante de todo um processo de produção e comercialização já definido, o produtor de café, muitas vezes, se sente inseguro para abandonar ou mesmo complementar a renda gerada por essa cultura com outra atividade. Como ilustram os depoimentos a seguir, professores e pesquisadores também identificam a infra-estrutura existente como um fator que pode pesar na decisão sobre a diversificação nas propriedades cafeeiras.

*(...) o fato da própria atividade cafeeira, ela já exige uma pequena estrutura para entrar nessa cultura, como implementos, máquinas e equipamentos, infra-estrutura para a parte de colheita, pós-colheita, o benefício do café. Essa estrutura que existe, quer dizer, prende mais ainda o produtor aí nessa atividade. E a gente percebe que essa resistência, principalmente, quando entra uma outra cultura (R<sub>1</sub>, pesquisador).*

*(...) o café, normalmente ele já tem uma estrutura de secadores, de trabalhar com aquele café e onde entregar aquele café (R<sub>2</sub>, pesquisador).*

*(...) o produtor de café, por exemplo, ele é muito avesso à diversificação porque está acostumado naquela (...)Aquele produtor tradicional não vai sair do café. Porque é uma cultura perene ele sabe da bi-anualidade do café, etc (R., professor universitário).*

Apesar das possíveis restrições descritas, entrevistados observaram que alguns produtores de café da região estão diversificando suas propriedades, aderindo à produção de milho, como uma alternativa para complementação de

renda. Conforme ilustra a declaração de um professor, a cultura do milho oferece vantagens ao produtor como o baixo risco na sua exploração, além do curto período de plantio.

*(...) tem produtores de café hoje que já diversificaram e que tem milho porque o milho acaba dando, o milho a gente sabe que é uma cultura que apesar de não ter uma rentabilidade tão grande e etc, mas é uma cultura cujo risco é pequeno de exploração, não é uma cultura de risco tão grande que vá te levar a prejuízos. E é um cultivo relativamente rápido então há muitos produtores que diversificaram e produziram, entraram para a produção de milho ou até mesmo outras atividades pra tentar equilibrar um pouco a atividade agrícola, equilibrar um pouco as finanças dentro do setor (R., professor universitário).*

Outros fatores, além da tradição, foram também ponderados na avaliação de possíveis limitações para a diversificação nas unidades familiares que se dedicam à pecuária leiteira. Entrevistados observaram que, apesar da pequena produção e do baixo preço pago pelo leite, os produtores não abandonam a atividade pela facilidade de comercialização e porque ela é uma garantia diária de renda para eles.

*(...) O leite dele, mesmo sendo pouquinho, o caminhão vai lá na porta dele e busca, então aquilo pelo menos é garantido pra ele (S., professor universitário).*

*O leite, a gente fala assim, (...) “ele está trocando cebola”. Mas aí ele tem um bezerrinho que ele vende, ele tem aquele dinheirinho que muito ou pouco ele é certo, o leite é certo – não sei se é mensal ou quinzenal, mas é certo. Então é mais difícil ele partir pra uma atividade que ele vai ter um rendimento a cada 6 meses ou por ano (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

Todavia, um dos professores universitários apontou que é difícil, nos dias de hoje, imaginar um produtor de leite que não diversifique, mesmo que a diversificação seja uma atividade complementar à pecuária leiteira com a

finalidade de reduzir custos com a alimentação dos animais e, conseqüentemente, garantir a sobrevivência dos agricultores familiares no campo.

*No caso específico do leite, o leite já é um tipo de cultivo, um tipo de exploração que, naturalmente, ele exige uma diversificação, por exemplo, não tem como pensar, não há como a gente imaginar um produtor de leite que não tem uma produção de milho, uma produção de uma outra cultura na propriedade para atender à essas necessidades do animal.(...) Quando eu falo de diversificação eu não estou falando de diversificação assim, as vezes outra atividade completamente diferente do leite, pode ser uma atividade complementar ou agregar mais valor aquilo(...)produzindo um leite A, B etc (R., professor universitário).*

De modo geral, observou-se que os entrevistados, ao falarem do tradicionalismo como fator limitante para diversificação nas propriedades cafeeiras e leiteiras, referem-se ao fato de a longevidade no uso dessas atividades ter proporcionado a implantação de uma infra-estrutura nas unidades de produção e na região, o que dá ao produtor segurança. Por conseguinte, para os agricultores avaliarem se é oportuno ou não diversificar, tal segurança é sempre comparada com possíveis riscos que as novas atividades possam lhes trazer. Nesse caso, ao empregarem a palavra tradição os entrevistados não estão se referindo a um conjunto de valores e normas que impedem a mudança ou, se tal interpretação existe, outros fatores lhe foram associadas. Por conseguinte, se existe uma resistência à mudança é por que existe uma estrutura de produção e comercialização conhecida e que transmite aos agricultores segurança. Contudo, na opinião de alguns entrevistados, a “desconfiança” dos agricultores familiares com relação à adoção de novas culturas poderia ser amenizada com a presença mais efetiva dos órgãos de extensão junto a esses produtores. A iniciativa teria como propósito levar “porteira adentro” informações e treinamentos essenciais ao produtor a fim de capacitá-lo para cultivo de outras atividades.



*Ah, aí essa resistência eu acho que não...eu acho que um pouco vem do tradicionalismo, mas é porque é...ele não conhece o outro lado, ele não conhece as outras culturas (...).Então eu acho que não necessariamente o tradicionalismo, mas eu acho que o desconhecimento das vantagens das outras culturas e de uma estrutura realmente de apoio (S., professor universitário).*

*O cara, dependendo da atividade que você vai colocar aqui, ele tem dificuldade de agir sobre aquele...ele não tem treinamento sobre aquilo. Mas isso aí é coisa que supera, é tudo treinamento, cultural e econômico também. Você tem que analisar isso(...) você pode alterar isso (T., professor universitário).*

Essa presença mais efetiva ou apoio aos produtores familiares representa, para alguns entrevistados, o desenvolvimento de ações de natureza educativa que possam despertar neles a vontade de mudar, bem como proporcionar-lhe maior segurança para desenvolver outras atividades. Dessa forma, a educação seria um fator fundamental na tentativa de conscientizar o produtor sobre a importância de novas tecnologias, de novos cultivos, de novas soluções para problemas sanitários e fitossanitários, etc. Assim, na concepção de professores e pesquisadores, a educação visa provocar uma mudança na postura tradicionalista frente à diversificação nas propriedades familiares da região.

*Ele pode passar a ter menos medo de entrar em uma outra área porque ele conheceu aquela outra área, pelo menos teoricamente. Agora, enquanto ele não conhece, ele não sai do que ele faz de jeito nenhum, se ele não conhece...ele vai sair, do que ele tem ali a vida inteira e vai partir pra uma coisa que ele não conhece? (S., professor universitário).*

*(...) o educacional muda tudo, ele muda o mundo, isso é indiscutível.(...) Então a boa tradição tem que ser mantida, mas a cultura muda, a educação muda muita coisa (T., professor universitário).*

*(...)uma ação educativa é (...) despertar o setor para o conhecimento dessa área, motivar. Eu acho que pode desenvolver (S., pesquisador).*

Também foram apontadas transformações que vêm ocorrendo no seio das famílias rurais e que, na visão dos entrevistados, têm provocado, nos últimos anos, problemas de disponibilidade mão-de-obra nas unidades de produção familiar, o que será abordado na próxima seção.

#### **4.4 Emigração dos filhos e sua influência na diversificação das propriedades familiares**

Professores e pesquisadores observaram que, no passado, os filhos acompanhavam e ajudavam seus pais nas plantações, sendo assim uma mão-de-obra muito importante para a agricultura familiar. Porém, consideram que, hoje, os filhos estão cada vez mais interessados em estudar, aperfeiçoar e ter um trabalho urbano. Por isso, eles vão estudar nas cidades e dificilmente voltam para a propriedade rural. Esse fato agrava a situação de trabalho nas propriedades familiares, pois sem a presença dos filhos a força de trabalho diminui e os agricultores sentem-se ainda mais inseguros para diversificar as suas unidades de produção. Além disso, na ausência de uma política que disponibilizasse recursos para que os agricultores familiares tivessem acesso a equipamentos e novas tecnologias, como foi observado, a escassez de braços aliada a outros fatores, obriga muitos dos agricultores a abandonarem suas origens e migrarem para as cidades.

*(...) e normalmente os filhos vão pra fora, ficam os pais que não têm muita cultura e aí a resistência ainda é maior, que eu comentei com você, porque esse pessoal vai ter dificuldade de cultura, vai ter dificuldade até de leitura. Então muitas vezes eles tem dificuldade com coisas novas (R<sub>2</sub>, pesquisador).*

*(...)o filho desse pequeno produtor que está estudando na cidade, ele está indo realmente para ficar, ele está se fixando na cidade. Dificilmente ele vai retornar. Porque na medida que ele vai tendo uma certa qualificação, ele vai encontrando, o mercado vai absorvendo ele na cidade, ele não volta mais(...)Então a gente tem percebido essas*

*modificações que estão ocorrendo. A família diminuiu. Aquele agricultor de economia familiar, ele contava com a mão-de-obra dos filhos. Os filhos eram criados até uma certa idade e ajudavam no campo. Esse produtor hoje já não está tendo essa mão-de-obra.*(R<sub>1</sub>, pesquisador).

Se a diversificação foi percebida pela maioria dos entrevistados, como estratégia viável para o desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira, tendo em vista a sua localização favorável, suas características edafoclimáticas e infra-estruturais positivas, a implementação dessa estratégia está condicionada por uma série de fatores, entre quais: aproveitamento inadequado de suas potencialidades; ação ineficiente dos órgãos de extensão; recursos governamentais insuficientes para atender às necessidades do agricultor; omissão do Estado; tradição ou apego à cafeicultura e à pecuária de leite pela segurança que essas atividades lhes proporcionam; escassez de mão-de-obra provocada pela emigração dos jovens na busca de educação e melhores oportunidade de trabalho nos centros urbanos.

A fim de aproveitar os fatores favoráveis bem como minimizar a ação dos fatores limitantes, são propostas pelos órgãos de extensão, estratégias ou combinações de estratégias de intervenção para estimular o desenvolvimento sustentável na RSMG. A assistência técnica figura como um meio que proporciona a geração e difusão de tecnologias, formas de apoio ao produtor rural, representada por assessorias e consultorias. A análise da atuação dessa instituição junto aos agricultores familiares, de acordo com a perspectiva de pesquisadores e professores universitários, merece destaque devido à influência que tais órgãos exercem no desenvolvimento da agricultura familiar na região, sendo esse um assunto analisado a seguir.

#### **4.5 A atuação dos técnicos junto aos agricultores familiares da RSMG**

A extensão rural tem sua importância na agricultura familiar reconhecida pelos entrevistados, visto que auxilia os produtores familiares na adesão de novas atividades; na implantação de novas tecnologias, de modernas técnicas de plantio, etc. Dessa forma, um dos professores acredita que os extensionistas são atores sociais que apóiam os agricultores colaborando para a manutenção de suas atividades e conseqüentemente para sua permanência no campo.

*A EMATER, ela tem uma participação, tem uma certa penetração sabe, assim.. aqui na região muito forte, entendeu? Então a EMATER, ela dá apoio, dá assistência técnica, aqui pra esses produtores (E., professor universitário).*

A maioria dos entrevistados aponta que os técnicos, apesar de estarem desenvolvendo trabalhos de extensão na RSMG, eles poderiam estar atuando de uma forma mais efetiva junto aos produtores familiares. Um dos motivos que justifica essa opinião, segundo os entrevistados, é o baixo número de extensionistas contratados por município, o que torna inviável o atendimento a um grande número de propriedades familiares. Dessa forma, o trabalho da extensão rural tende a ficar comprometido visto que as informações não poderão ser repassadas na mesma amplitude para todos os agricultores pertencentes ao município, como pode ser observado nos depoimentos abaixo:

*O ideal seria ter mais extensionistas, porque o universo é muito grande. Você pega um município que tem uma grande quantidade de propriedades, é imensa. Um extensionista para atender, às vezes, dois ou três municípios ou mesmo um município só, ele dificilmente vai ter acesso a todas. Precisava de um sistema mais agressivo de difusão. (...) eu ainda acho que a agricultura familiar precisava de mais assistência técnica do que tem (M., professor universitário).*

*Eu acho que, muitas vezes, a gente esbarra na infra-estrutura, falta de pessoas para estarem ali, divulgando, levando informações para o produtor (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

Todavia, um dos professores universitários diverge da visão acima referida, pois acredita que o número de extensionistas que atuam por município é suficiente para atender às demandas do produtor familiar. Na percepção desse ator social, não é possível o técnico se dirigir a todas as propriedades rurais. As ações dos extensionistas devem se concentrar no deslocamento e na reunião dos produtores familiares em um determinado local para que assim as informações possam ser difundidas entre todos ali presentes. O professor pondera que, posteriormente, essas informações tendem a se disseminar entre outros agricultores do município, num processo que contribui para que o trabalho de extensão seja satisfatório.

*Eu sou da opinião...eu acredito que sim, que seja suficiente o número de técnicos da EMATER, porque cada cidadezinha tá tendo o seu escritório da EMATER. Agora não adianta também esses caras da EMATER quererem resolver todos, pegar todos os produtores, isso é um trabalho de fermento, ele tem que montar um trabalho de fermento, ele tem que chamar alguém, os produtores pra um determinado local pra se unirem, ele não tem como ir em todas as fazendas (T., professor universitário).*

Outro fator que colabora para a ineficiência da extensão rural na RSMG, segundo um dos pesquisadores, é a burocracia presente na estrutura dos órgãos de extensão. Para esse entrevistado, entre as atividades designadas aos técnicos, destaca-se o exercício do trabalho de assistência junto aos agricultores familiares, além de serem responsáveis pela freqüente elaboração de relatórios. Assim sendo, a estrutura burocrática se mostra inadequada diante do número de técnicos habilitados para atuar no município e do volume de atividades a serem desempenhadas pela sua função, como nos mostra o relato a seguir:

*Aí se pega o técnico da EMATER, preso a uma burocracia, tem que fazer relatório, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo. E a assistência técnica? Entendeu? Ele tinha um dia pra fazer assistência técnica e um dia pra preencher relatório, entendeu? Muito burocrático (R<sub>2</sub>, pesquisador).*

Além desse fato, um professor universitário declara que o trabalho dos extensionistas vem sendo criticado, por apresentar uma forma de ação assistencialista junto aos produtores familiares. Ou seja, o trabalho dos técnicos é considerado, por esse entrevistado apenas como um favor oferecido aos agricultores - principalmente quando se trata de facilitar o acesso ao crédito - visando apenas resolver problemas a curto prazo, não conferindo aos projetos desenvolvidos a continuidade necessária para o alcance do desenvolvimento regional.

*(...) EMATER faz um trabalho, mas um trabalho mais assistencialista. E eu acho que esse trabalho, essa política do governo de agricultura é muito mais assistencialista do que qualquer outra coisa. É dar dinheiro para o produtor rural, botar dinheiro pra ele lá e muitas vezes esse produtor rural nem pega esse dinheiro, ele tem medo de pegar (...)(R., professor universitário).*

Diante dos depoimentos da maioria dos entrevistados, com a falta de um trabalho de extensão mais ativo por parte dos técnicos na região, surgem outros atores sociais a fim de proporcionar uma “assistência” aos agricultores familiares, aproveitando um espaço não ocupado pelos extensionistas. Nesse contexto, os chamados “atravessadores” buscam oportunidades de trabalho tendo a prática comercial de agrotóxicos, equipamentos de irrigação, etc como mercadorias. Para dois pesquisadores, as empresas que atuam no setor, em grande parte, estão focadas no lucro, se esquecendo muitas vezes dos princípios éticos que regem a sociedade, não orientando o produtor sobre os cuidados

essenciais com ele mesmo e com o meio ambiente. Essa exploração sofrida pelos agricultores familiares, segundo esses entrevistados, é preocupante, pois pode lhe acarretar problemas de saúde, além de altos custos de produção, inviabilizando a sustentabilidade de suas atividades.

*Existe também aí um mercado grande de agroquímicos que a gente percebe, vamos dizer assim, o interesse é muito comercial. (...) Como se diz, venda de agroquímicos por várias empresas, que vamos dizer assim, que tem como fonte de renda a venda de agroquímicos. Existem também pessoas idôneas, empresas idôneas, extensionistas idôneos. Mas a gente tem visto, de certa forma, uma exploração, se a gente colocar dessa forma, com relação ao pequeno produtor, que fica muitas vezes à mercê de pessoas que vão e batme na porta da propriedade vendendo agroquímico. Muitas vezes, a gente vê que grande parte de recomendações desnecessárias abusivas e sem cuidado nenhum com ambiente, com a saúde do trabalhador, gerando aí um custo a mais na atividade desse produtor (R<sub>1</sub>., pesquisador).*

*O pessoal da banana e do morango lá na região de Pouso Alegre (...) quem toma conta deles lá é vendedor, vendedor de insumo, vendedor de veneno, vendedor de equipamento de irrigação, porque lá é irrigado (...). Quem que dá assistência pra eles? É o vendedor de equipamento irrigação, é o vendedor de veneno, é o vendedor de adubo, é quem dá assistência pra eles (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

Portanto, diante dessa problemática percebida pelos pesquisadores e professores universitários, sobre a extensão rural na RSMG, torna-se necessário identificar como vêm sendo os mecanismos de intervenção utilizados pelos extensionistas para atuar junto aos agricultores familiares a fim de promover o desenvolvimento local, na percepção dos entrevistados desse estudo.

Analisando as opiniões dos entrevistados quanto às estratégias de intervenção utilizadas pelos técnicos, nota-se que os mecanismos de intervenção têm um caráter mais participativo do que convencional (Quadro 7).

QUADRO 7 Os mecanismos de intervenção utilizados pelos técnicos na atuação junto aos produtores familiares da RSMG, na opinião de pesquisadores e professores universitários, 2007.

Atores Sociais	Forma de Intervenção Convencional	Forma de Intervenção Participativa	Justificativas
PE (n 3)  PU (n 2)	-	X (n 5)	- ouvir os produtores; - procurar levantar as demandas dos produtores familiares.
PU (n 4)	X (n 4)	-	-facilidade de ação -sempre funcionou, funciona até hoje e dá certo.

Fonte: Dados da pesquisa

n = número atores sociais que opinaram sobre as formas de intervenção convencional ou participativa.

PE = Pesquisador/PU = Professor universitário

Na percepção de todos os pesquisadores entrevistados, o papel dos técnicos junto aos agricultores familiares é educacional, ou seja, os técnicos procuram ouvi-los e orientá-los nas soluções de problemas. Para dois pesquisadores, há um interesse dos extensionistas em estar participando de eventos, de estar levantando as demandas dos produtores a fim de atender às suas reais necessidades. Desse modo, uma das iniciativas dos agentes é analisar o local, contribuindo, por exemplo, para a implantação de melhorias no processo de produção; redução de custo de produção; análise de solo, controle fitossanitário, entre outros, conforme os depoimentos abaixo:

*(...)a gente procura estar sempre em contato tanto com a extensão como com o produtor, no sentido também de estar levantando demandas. A gente procura em encontros, eventos que a gente está participando (...) estar sempre atento às demandas que passam a existir. Eu vejo assim, hoje a extensão é muito saudável (R<sub>1</sub>., pesquisador).*



*É, é uma análise, o que eles [produtores familiares] fazem, como eles fazem, e como tentar melhorar aquilo ali pra que ele possa reduzir o custo e aumentar o seu lucro. Atingir determinados mercados, uma análise de solo se faz ou se não faz, um acompanhamento, um controle fitossanitário, o uso de equipamentos de proteção, uma regulamentem...(R<sub>2</sub>., pesquisador).*

Esse ponto de vista é reforçado por dois dos professores universitários entrevistados, pois acreditam que os extensionistas têm se preocupado em organizar os produtores em torno de associações e cooperativas de produtores, indicando para os agricultores familiares que somente com a união eles conseguirão melhorias significativas tanto para a compra de insumos, quanto para a venda do produto ao mercado.

*(...) eles [extensionistas] tão lá tentando juntar as comunidades, tentando fazer um trabalho nesse sentido (T., professor universitário).*

*(...) pelo que a gente vê e pela experiência que a gente já teve eu acho que principalmente nesse tipo de produtor que é a agricultura familiar, pequeno produtor, baixo investimento, eu acho que o foco desses órgãos de assistência técnica têm sido interessante. (...)Um pouco mais participativo (R., professor universitário).*

As organizações de produtores são percebidas pelos entrevistados, como instrumentos importantes capazes de contornar problemas que emergem nas novas relações campo-cidade; de satisfazer necessidades de recursos; e elevar o poder de negociação dos produtores rurais. Para os entrevistados, a união dos agricultores familiares em torno de um objetivo comum seja por meio de cooperativas ou de associações tende a proporcionar melhorias tanto na infraestrutura do produtor, na qualidade dos produtos diversificados, quanto no volume da produção.

*Organizar é tudo(...) Eles [produtores familiares] se unem em torno da solução de um problema em comum (M., professor universitário).*

*Eu não tenho dúvida que o caminho pro pequeno produtor, principalmente quando se pensa em diversificação, é organização. (...)Ele não tem volume, ele não tem recurso pra investir no marketing, pra conquistar um mercado (...) Então aí você tem que agregar valor, você tem que organizar, porque você vai ter uma pequena produção (R<sub>2</sub>., pesquisador).*

Segundo a opinião de dois professores, esses benefícios somados com o aumento do poder de barganha do produtor familiar, que diversifica sua propriedade, fazem com que eles encontrem nas organizações de produtores uma maior facilidade de comercialização, o que s garante competitividade e maior segurança com relação à venda de sua produção. Nesse sentido, esses entrevistados acreditam que o ingresso dos agricultores familiares em alguma dessas organizações existentes se torna determinante para a manutenção da agricultura familiar nos dias atuais.

*(...)um processo de diversificação (...) acaba você tendo, formando uma escala de produção que vai, atende a um determinado nicho, a um determinado mercado. Aí, é importante a associação dos produtores, ou uma organização a que a estrutura esteja vinculada, para estar fazendo essa ponte, andando nesse sentido (E., professor universitário).*

*Não tem saída pro pequeno produtor, é essa ou não tem outra, não tem outra saída. Se eles não se unirem na forma de cooperativa, em forma de associação, não sei, eles não vão pra frente porque não há ninguém que vai querer discutir com o produtor que produz 15, 20, 30 litros de leite. Agora, se eles estão produzindo 3000 litros de leite, o olho cresce, o poder de barganha aumenta (T., professor universitário).*

Com relação à atuação dos extensionistas, os demais professores universitários entrevistados, a apontam como convencional, sendo essa postura

caracterizada tanto como positiva quanto negativa pelos mesmos. O papel tutorial dos extensionistas é positivo, na percepção dos professores, no sentido de que a intervenção participativa requer uma habilidade maior desses agentes, sendo mais indicada, por essa razão, a intervenção convencional. Nessa forma de ação, os professores ponderam que os técnicos procuram adequar as informações consideradas essenciais, à realidade dos agricultores familiares, o que independe da análise das características intrínsecas de uma determinada comunidade. Mas, mesmo diante desse fato, o mecanismo de intervenção convencional é o mais comum e vem dando resultados, conforme o depoimento abaixo:

*A pesquisa participativa, eu acho difícil. Eu já tentei algumas vezes, não deu certo. Ela é muito complicada. Eu acho que o sistema que está aí, no meu modo de ver, é o mais correto, ou seja, nós geramos a informação e tentamos adaptar a informação pra eles. Na verdade, quem vai adaptar são eles mesmos, eles vão pegar aquele conjunto de informação e ver daquele conjunto de informação o que é mais útil pra eles[produtores familiares]. (...)Funcionou assim no passado e funciona até hoje (M., professor universitário).*

Já o ponto de vista negativo com relação à intervenção convencional, é enfatizado pelos professores universitários como não sendo o melhor método para se promover o desenvolvimento regional. De acordo com a visão dos professores, os extensionistas, intervindo de modo mais participativo, realizando um diagnóstico regional, teriam a possibilidade de identificar problemas e suas causas e agir sobre eles juntamente com os agricultores familiares. Dessa forma, os professores acreditam que, os profissionais de extensão estariam atendendo às demandas levantadas pelos produtores, bem como, contribuindo para que mudanças fossem implementadas com sucesso.

Contudo, na opinião de um dos professores universitários, os técnicos, de uma maneira geral, não estão capacitados para exercer um papel educacional

dentro das comunidades. Assim, esse professor considera importante habilitá-los para que possam elaborar projetos e estratégias que visem, por exemplo, incentivar a diversificação na agricultura familiar, propondo alternativas viáveis à realidade de cada propriedade.

*Eu acho que poderia ser mais participativa, mas talvez... eu acho que a estrutura teria que mudar um pouco(...) Eu sei que os técnicos da EMATER fazem treinamento disso, fazem treinamento daquilo, mas eu não sei se eles fazem treinamento para administrar essa questão de diversificar a produção na agricultura familiar. É isso! E, quer dizer, não sei se eles próprios estão capacitados a elaborar um programa muito bem feito pra cada produtor. Eu acho que os próprios técnicos deveriam ser mais treinados é(...) eu acho que as vezes não é muito só a parte técnica da cultura, etc. É uma questão da administração da propriedade, de conjugar, culturas que tenham tempos diferentes...(S., professor universitário).*

Nesse sentido, um dos pesquisadores declara que a EPAMIG tem uma proposta interessante de fazer uma parceria com a EMATER, com o objetivo de treinar e capacitar os técnicos para que a transferência de tecnologia, por exemplo, seja mais bem repassada aos produtores familiares. Essa iniciativa, segundo esse pesquisador, é chamada de “treino, visita, treino” e já vem se desenvolvendo no estado do Paraná, sendo uma experiência válida para as demais regiões do país. Esse programa de capacitação técnica pretende formar especialistas em determinadas áreas, culturas, no intuito de atender às demandas regionais dos agricultores e minimizar as dificuldades enfrentadas pela extensão, conforme a percepção do entrevistado:

*Então nós estamos com a proposta e queremos fazer junto com a EMATER. No Paraná está funcionando bem, então já temos essa experiência lá (...). Então, nós vamos fazer o seguinte: nós vamos fazer o programa de capacitação desse técnico da EMATER, certo? Então esse técnico da EMATER, esse ou esse, uns três ou quatro, eles vão ser capacitados. Então, de tempo em tempo, um técnico nosso, um*

*pesquisador da área de solos, um da irrigação, um do controle de pragas, vai lá e vai capacitando eles. Então treina, visita e treina. Aí ele vai...Então você vai ter lá um extensionista da EMATER especialista em morango. Então quando tiver problema lá, ele vai estar lá no dia a dia vai resolver. Então é um treino e visita. Então eu acho que o caminho é mais ou menos esse!(R<sub>2</sub>., pesquisador).*

Portanto, diante dos depoimentos sobre a atuação do trabalho dos técnicos, compreende-se que a EMATER, como órgão de extensão, vem desempenhando seu papel, porém, de uma forma mais lenta, devido à sua estrutura burocrática e ao reduzido quadro de pessoal pertencente à instituição. O caráter assistencialista da extensão vem reforçar a falta de um órgão dinâmico para atender às necessidades atuais dos produtores familiares.

Algumas dessas deficiências encontradas no processo de assistência rural poderiam se minimizadas com programas de capacitação voltados à habilitar os agentes de extensão para atuarem juntamente com os agricultores, nas soluções de problemas, bem como na implantação de novas atividades, de tecnologias, etc.

Por conseguinte, os técnicos devem empregar mecanismos de intervenção mais participativos, a fim de estimularem a organização, a participação, e o envolvimento dos agricultores familiares, fazendo com que se tornem “sujeitos” e não apenas “objetos” na promoção do desenvolvimento regional.

Após toda uma discussão sobre a diversificação da agricultura familiar no Sul de Minas, que envolveu os fatores favoráveis e os fatores limitantes; a influência do “tradicionalismo” e da “emigração dos filhos” para a implantação das estratégias de diversificação; e a atuação dos técnicos junto aos agricultores, o próximo passo será a análise de convergência ou divergência de opiniões entre os pesquisadores, professores universitários e a percepção dos atores sociais estudados nas pesquisas anteriores.

#### **4.6 Análise de convergência ou divergência de opiniões dos diferentes atores sociais, sobre a diversificação da agricultura familiar na RSMG**

Nesta seção serão apresentadas as percepções comuns e contrárias entre pesquisadores, e os atores sociais dos estudos anteriores<sup>\*\*\*\*</sup>, que são as lideranças de produtores familiares, técnicos e representantes do governo local. A aplicação desse tipo de análise se justifica por ser fundamental o conhecimento das diferentes percepções para a elaboração de estratégias e ações que realmente beneficiem os produtores familiares. Dessa forma, torna-se importante o conhecimento da opinião de todos os atores sociais envolvidos nos estudos que abordaram a diversificação como uma alternativa para o desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG, a fim de se estabelecer um consenso e superar o dissenso existente entre eles.

Inicialmente, serão analisadas as divergências e convergências com relação às percepções a respeito da diversificação como fator favorável ou limitante. Posteriormente, serão apresentadas as principais atividades desenvolvidas e as melhores alternativas para a diversificação. A atuação dos técnicos na região finalizará a seção.

De modo geral, a diversificação é vista como favorável pelos produtores familiares, técnicos, representantes do governo local, pesquisadores e professores universitários por proporcionar alternativas de renda para o produtor familiar (Figura 11). Os professores e os atores sociais, dos estudos anteriores, concordam que a diversificação representa uma estratégia para diminuir os riscos da monocultura como principal fonte de renda do agricultor familiar, lhe proporcionando segurança quanto às oscilações de preço de um único produto. Pesquisadores e os atores dos estudos anteriores acreditam que a diversificação pode ser vista uma forma de gerar emprego e renda para os produtores que, por sua vez, passarão a ter acesso a recursos de que antes não dispunham. Os

---

\*\*\*\* Ver Simão (2005) e Ferreira (2007).

pesquisadores e professores universitários concordam que criar oportunidades de desenvolvimento para os produtores se manterem no campo, evitando, dessa forma, o êxodo rural, é também um fator que caracteriza a diversificação como favorável. Isso porque o desenvolvimento não deve ser visto apenas pelo seu aspecto de crescimento econômico, mas também considerando os aspectos sociais e políticos.

Os professores universitários afirmam ainda que a diversificação tende a proporcionar ao agricultor entradas de renda em diferentes períodos do ano, garantindo a sobrevivência familiar. Os pesquisadores consideram que a diversificação é uma forma de empregar a mão-de-obra ociosa do campo. Os atores sociais dos estudos anteriores acreditam que a diversificação poderá trazer liberdade de escolha aos produtores e melhoria da qualidade de vida.

Entre as principais alternativas para a diversificação agrícola na região, a fruticultura foi a mais indicada consensualmente (Figura 12). A pecuária, o feijão e a floricultura surgiram nos discursos dos professores universitários e pesquisadores. Os pesquisadores consideram a apicultura e o arroz como boas alternativas e os professores universitários consideram a horticultura e o milho. Os atores sociais dos estudos anteriores indicaram a piscicultura como uma atividade possível, sendo a melhor alternativa para a diversificação da região (Figura 12).

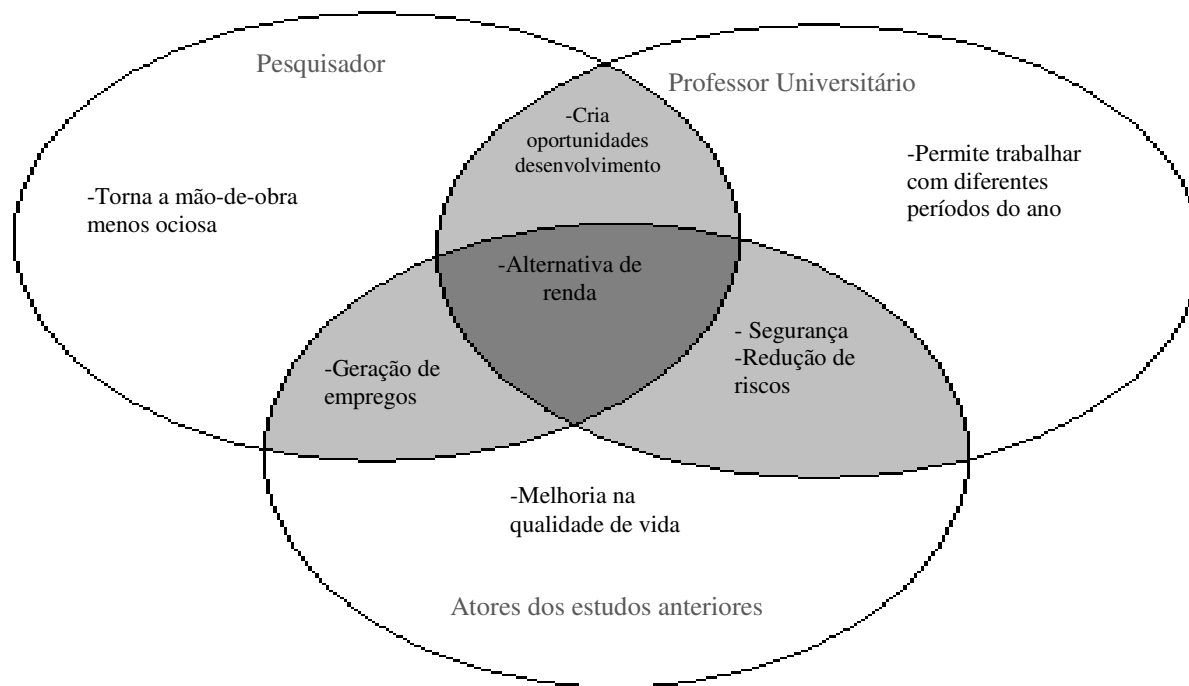


FIGURA 11 Diversificação como fator favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar da RSMG, na opinião dos atores sociais dos estudos anteriores, dos pesquisadores e professores universitários.



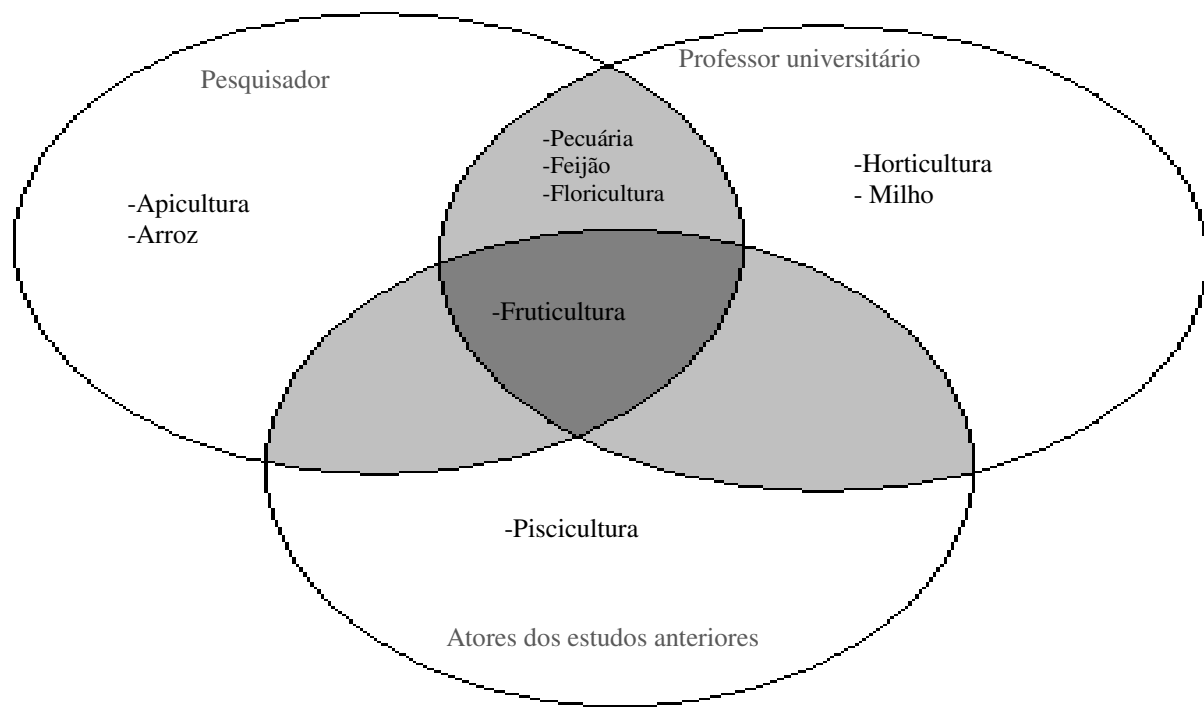


FIGURA 12 Alternativas para diversificação agrícola, na concepção dos pesquisadores, dos professores universitários e dos atores sociais dos estudos anteriores.

O turismo rural foi entre as principais alternativas para a diversificação rural na região, a mais apontada pelos entrevistados desse estudo como dos estudos anteriores (Figura 13). Professores e pesquisadores consideram a “agroindústria do produtor” como a atividade mais indicada. A “grande agroindústria” foi mencionada nos depoimentos dos pesquisadores, e o artesanato na visão dos professores universitários.

As cinco categorias de entrevistados avaliaram a diversificação como uma estratégia favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas, como foi realçado nas discussões anteriores. Todavia, essa convergência, não impediu que, professores e pesquisadores identificassem fatores que podem reduzir a eficácia dessa estratégia (Figura 14). Nesse caso, a interpretação dessas duas categorias de atores sociais convergem ao indicar a “falta de apoio” dos órgãos de extensão, do governo e mesmo da iniciativa privada ao produtor familiar, “a falta de conhecimento”, o “tradicionalismo”, “emigração dos filhos”, “a estrutura viária” e o “clima” como fatores limitantes. Mas divergem entre si quando os pesquisadores apontam a “dificuldade de comercialização devido ao pequeno volume de produção”, o “aumento de renda insignificante” e o custo de implantação de “energia elétrica” nas propriedades familiares como fatores que limitam a diversificação, e os professores universitários ponderam o “relevo” como um fato limitante (Figura 15). Os atores sociais dos estudos anteriores não tiveram uma opinião consensual com relação aos fatores que limitam a diversificação, na região. A interpretação dos técnicos e produtores familiares convergiu ao indicar a “ineficiência produtiva” que a diversificação pode ocasionar pela implantação simultânea de várias atividades, como um fator limitante. Os representantes do governo local não apontaram um fator que pudesse limitar a diversificação (Figura 15).

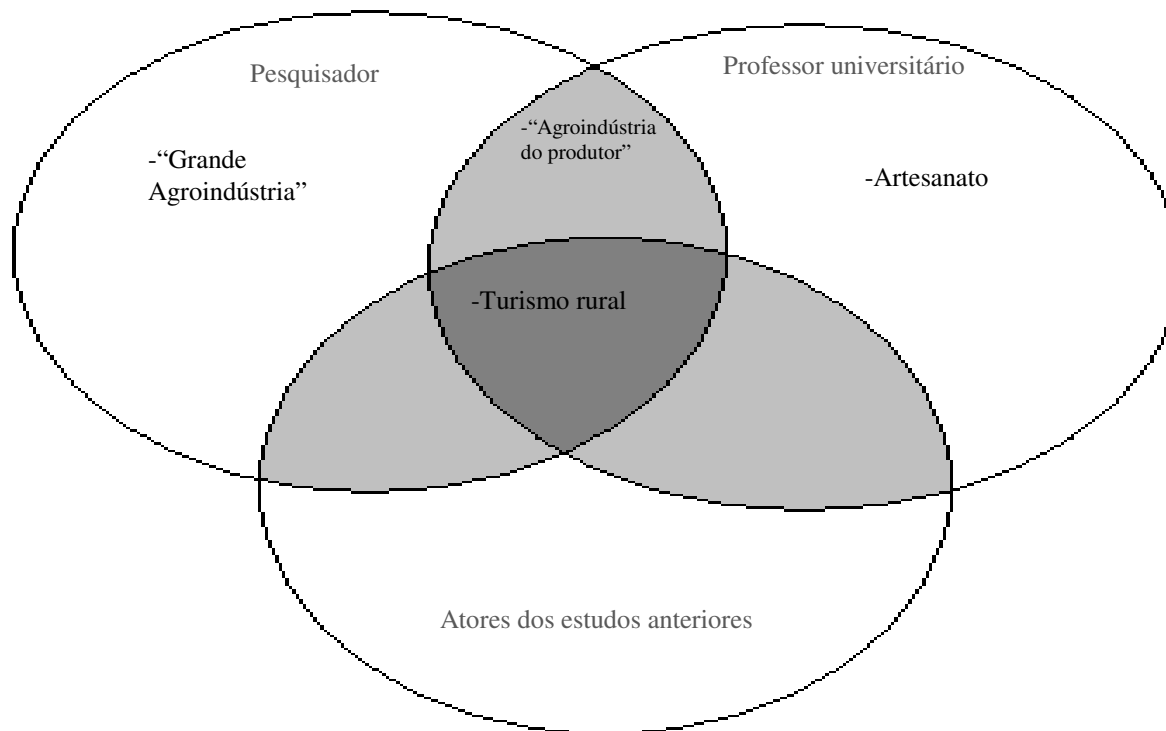


FIGURA 13 Alternativas para diversificação rural, na concepção dos pesquisadores, dos professores universitários e dos atores sociais dos estudos anteriores.

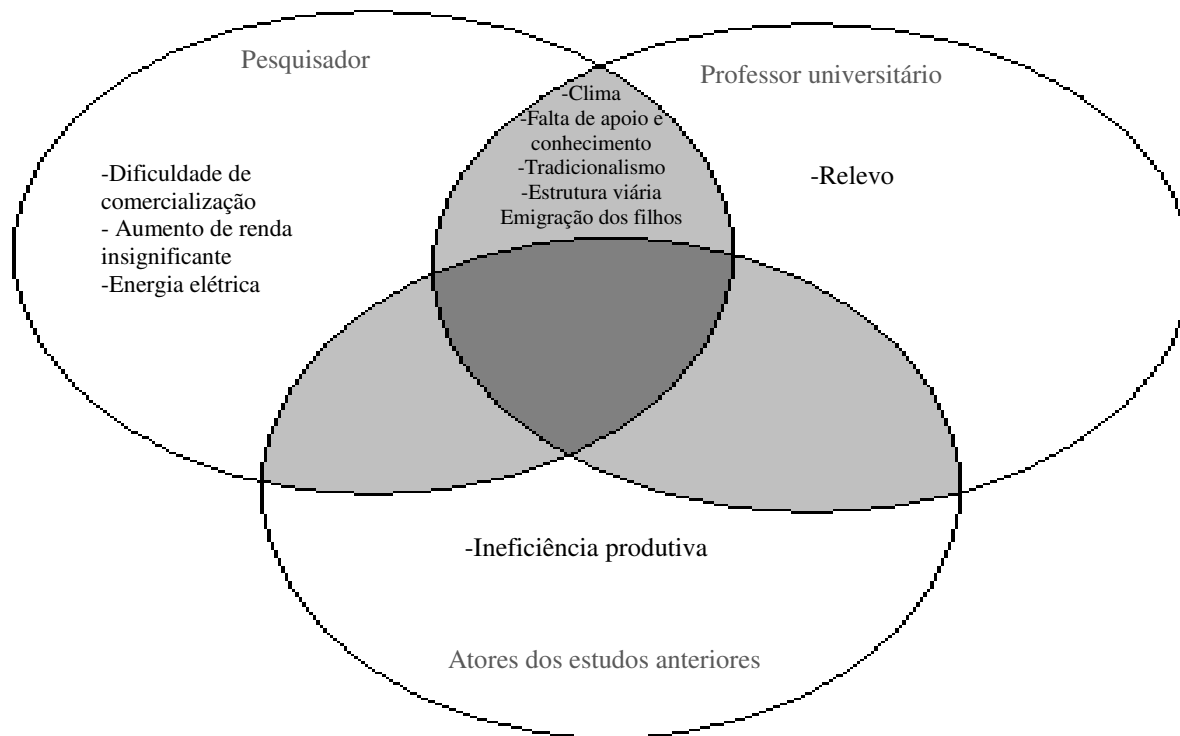


FIGURA 14 Diversificação como fator limitante ao desenvolvimento da agricultura familiar da RSMG, na opinião dos atores sociais dos estudos anteriores, dos pesquisadores e professores universitários.

Quanto à forma como atuam os técnicos na RSMG, foi possível perceber por meio das análises, a falta de um consenso existente entre as opiniões dos entrevistados (Figura 15). Os pesquisadores acreditam que o trabalho dos técnicos é fundamentado em uma “intervenção participativa”, havendo uma preocupação em saber ouvir os produtores, bem como em atender suas necessidades e interesses. Pesquisadores e atores dos estudos anteriores concordam que os extensionistas procuram “orientar os produtores na busca de novas atividades, de tecnologias, de recursos”, etc. Os atores sociais dos estudos anteriores ainda apontam que o trabalho da extensão vem sendo realizado com a “prestação de assessorias nas lavouras “e com a “oferta de cursos de capacitação” aos produtores (Figura 15).

Professores e os atores sociais dos estudos anteriores percebem o trabalho dos técnicos como tutorial, ou seja, o modo de intervenção utilizado para atuar junto aos produtores familiares é “convencional”. Não foi possível nos discursos desses entrevistados, identificar uma preocupação dos técnicos sobre a importância da participação dos produtores durante a realização de um diagnóstico que apresente as limitações e potencialidades regionais, nem na definição de estratégias a fim de eliminar ou minimizar os obstáculos e melhor aproveitar as potencialidades e no processo de controle e avaliação das atividades. Para os professores, o trabalho dos técnicos é visto como “assistencialista”, ou seja, é caracterizado por apenas resolver problemas a curto prazo, não conferindo aos projetos desenvolvidos a sustentabilidade necessária para o alcance do desenvolvimento regional. Pesquisadores e professores concordam que a atuação dos técnicos na região é “fraca” devido ao pequeno número de extensionistas habilitados por município e à burocracia existente na estrutura dos órgãos de extensão (Figura 15).

Pode-se perceber que a forma como os atores sociais envolvidos no presente estudo e nos estudos anteriores interpretam a realidade em que vivem,

assume significados distintos, em virtude dos diferentes valores, crenças, experiências e interesses desses atores. No planejamento de estratégias de intervenção, essa diferença de percepção deveria ser levada em consideração.

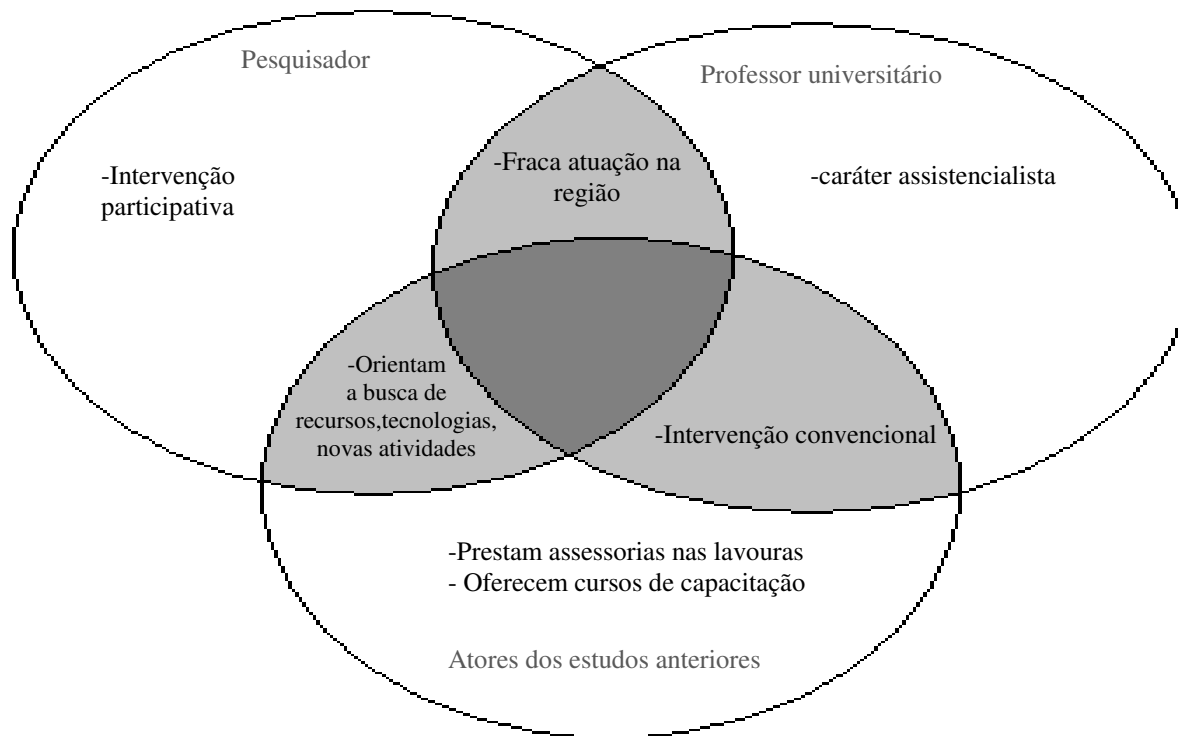


FIGURA 15 Atuação dos técnicos, na opinião dos atores sociais dos estudos anteriores, dos pesquisadores e professores universitários.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, a diversificação é percebida, tanto pelos atores sociais envolvidos neste estudo, quanto pelos atores dos estudos anteriores, como favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG. A diversificação é caracterizada por proporcionar aos agricultores familiares alternativas de renda, dando-lhes segurança em relação às oscilações de um único mercado, minimizando os seus riscos, e garantindo sua permanência no campo, evitando dessa forma, o êxodo rural.

A diversificação agrícola foi caracterizada como um fator favorável, de forma consensual entre os entrevistados. De acordo com as opiniões dos atores, foi possível identificar a fruticultura como a atividade mais propícia à diversificação agrícola nas propriedades familiares, devido à presença na região, de agroindústrias especializadas no processamento de doces e polpas, como é o caso da Frutilavras, podendo assim agregar valor ao produto, além de ser uma atividade adaptável ao clima da região. Entre as frutas mais mencionadas, sendo apontadas pelos pesquisadores, destaca-se o figo e a goiaba por possuírem maior viabilidade de exploração na região.

A diversificação rural foi ponderada pelos entrevistados como favorável, porém ainda pouco explorada na região, pela falta de conhecimento e capacitação dos produtores. A “agroindústria do produtor” foi mencionada pelos pesquisadores e professores, como a principal atividade para a diversificação rural. A análise dos discursos dos atores desse estudo e dos estudos anteriores permitiu identificar uma convergência de percepções apontando também o turismo rural como uma possível alternativa para a diversificação rural das propriedades familiares.



Com relação às melhores alternativas indicadas para a diversificação pode-se perceber que nem sempre o que é considerado melhor para os produtores na opinião dos próprios produtores é visto da mesma forma pelos técnicos, representantes do governo local, pesquisadores e professores universitários. Isso pode ser explicado pelo fato de esses atores possuírem experiências, valores e crenças diferenciadas e situarem-se em diferentes contextos guiados por diferentes objetos de orientação para a formação de sua percepção.

Os objetos de orientação ponderados na avaliação da diversificação como favoráveis, foram classificados em edafoclimáticos, infra-estruturais e de localização. O clima, o solo e o relevo, foram mencionados pelos pesquisadores e professores como os principais fatores edafoclimáticos presentes na região. Já entre os fatores infra-estruturais e de localização, os entrevistados desse estudo destacaram a localização, pelo fato da RSMG estar próxima dos portos e dos grandes centros consumidores do país, e a estrutura viária, que por ser de fácil acesso, possibilita o escoamento da produção.

Todavia, algumas limitações também foram identificadas pelos professores e pesquisadores, reduzindo assim o potencial de desenvolvimento dos fatores edafoclimáticos, infra-estruturais e de localização. Os depoimentos apontaram a falta de apoio dos órgãos de extensão; o relevo por dificultar o plantio de certos produtos; a estrutura viária, sendo um entrave ao escoamento da produção diante da infra-estrutura precária das estradas, e o clima, por restringir o cultivo de determinados grãos a somente uma época do ano, como fatores limitantes à diversificação na região. No entanto, esses dois últimos fatores limitantes também foram interpretados por outros atores, como foi referido acima, como fatores favoráveis à diversificação.

Além desses fatores limitantes, o tradicionalismo e a emigração dos filhos, foram ponderados também como fatores que possuem um potencial para

restringir o desenvolvimento da diversificação na região. O tradicionalismo é um fator cultural intrínseco nas relações sociais da agricultura familiar na RSMG, no qual as práticas de cafeicultura e de pecuária leiteira são repassadas de geração a geração. O predomínio de atividades tradicionais, como café e leite, torna os produtores familiares resistentes à diversificação, devido às benfeitorias existentes nas propriedades, a infra-estrutura regional para o beneficiamento e a comercialização dos dois produtos, inibindo de certa forma à adoção de inovações tecnológicas. A emigração dos filhos foi percebida como limitante pelos pesquisadores e professores pelo fato de que hoje, os filhos estão cada vez mais interessados em estudar, aperfeiçoar e ter um trabalho urbano, diferente do que ocorria no passado, onde os filhos, uma mão-de-obra muito importante na agricultura familiar, acompanhavam e ajudavam seus pais nas plantações.

Com relação ao trabalho dos extensionistas, observou-se que a maioria dos entrevistados considera a atuação dos técnicos convencional, ou seja, os técnicos exercem um papel tutorial, não se preocupando com a participação dos produtores, no processo de tomada de decisão, que vai desde o diagnóstico regional até a avaliação e controle de todo o processo. Nessa modalidade de intervenção as idéias são impostas aos produtores de “cima pra baixo”. Somente os pesquisadores acreditam que o papel dos técnicos é participativo-educativo, onde os extensionistas procuram ouvir, levantar as necessidades, bem como orientar os agricultores nas soluções de problemas.

Diante dos resultados apresentados nesse trabalho, pode-se inferir que a organização dos produtores, em torno de associações ou cooperativas, torna-se necessária diante no cenário que os agricultores familiares estão inseridos. A conscientização da importância do trabalho cooperativo e da participação é fundamental para que possam exercer a cidadania, adquirindo maior poder de reivindicação e negociação, que poderá beneficiá-los na implantação de novas atividades conforme seus interesses e necessidades. Nesse sentido, os técnicos

devem procurar desenvolver metodologias mais participativas de intervenção, como o diagnóstico participativo, pois na maioria das vezes, são os extensionistas que atuam promovendo essa conscientização dos produtores.

Pode-se concluir que, a interpretação dos entrevistados em relação à diversificação como uma estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG, justifica o uso da teoria da ação social nesse trabalho, visto que esses fatores são determinados tanto pela estrutura como também pelos fatores subjetivos que regem as ações dos produtores familiares.

Uma possível sugestão para novos estudos seria desenvolver um trabalho que envolvesse professores de diferentes instituições de ensino e pesquisadores de instituições de pesquisa situadas em outras localidades, visto que a RSMG é considerada uma região com características diversas e peculiares devido à sua extensão. Nesse estudo, por causa das questões relativas ao tempo e recursos, não foi possível trabalhar com diferentes instituições e municípios.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro da regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 99p.

ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, jan./jun. 1990.

ALENCAR, E. **Complexos agroindustriais**. 2.ed. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 90 p.

ALENCAR, E. Formas de intervenção em associações comunitárias: apresentação de três casos. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 1, n.10, p. 97-115, set. 1995.

ALENCAR, E. **Associativismo rural e estratégia de intervenção (roteiro para discussão)**. Lavras: UFLA/DAE, 1997. 59 p.

ALENCAR, E.; AMÂNCIO, R. **Complexos agroindustriais: discussão introdutória**. Lavras: ESAL/DAE, 1993. 32 p.

ALENCAR, E.; ESPÍRITO SANTO, L. S.; ANDRADE, M. P.; INOUE, M. Y.; FONSECA, W. M. da; MATOS, W.; GRANDI, D. S.; ANDRADE, D. M. de. **Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do sul de Minas: um estudo com lideranças rurais e profissionais de ciências agrárias**. Lavras: DAE/UFLA, 2001. 65 p.

ALENCAR, E.; GOMES, M.A. O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 129 p.

AMÂNCIO, C.O.G. **O sabor agridoce da reforma agrária em Pernambuco: refletindo sobre a experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã em Tracunhaém, PE**. 2006. 142 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

ANDRADE, M.P. de. **Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do sul de Minas Gerais: uma análise interpretativa.** 2001. 98p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal, Lavras, MG.

BALSADI, O. V. Mudanças o meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, jan./mar. 2001.

BANDURA, A. Social cognitive theory: an agentic perspective. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 52, p. 1-26, Feb. 2001.

BICUDO, M. A. V. **Fenomenologia: confrontos e avanços.** São Paulo. Cortez, 2000. 167p.

BOGDAN, R. C; BIKKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994. 335 p.

BORDENAVE, J. E. Diaz. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1992.

BROSE, M. Avaliação em projetos públicos de desenvolvimento local. O caso do projeto pro-renda no Rio Grande do Sul. In: FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. 344 p.

CASSAROTO FILHO, N.; PIRES, L.H. **Rede de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local.** Estratégias para conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1998.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Visión, 1974. 342 p.

CHAMBERS, R. **Challenging the professions: frontier for rural development.** Londres: Intermediate Technology, 1993. 143p.

CRAIB, I. **Modern social theory: from Parsons to Habermas.** Londres: Harvester, 1992. 262p.

DELGADO, G. C. da. **Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985).** São Paulo: Ícone, 1985. 240p.

DELGADO, N. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRS, 2001.

DEMO, P. **Participação é conquista**. Fortaleza: EUFC, 1996. 159p.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Disponível em: <[http://www.emater.tcche.br/docs/agroeco/revista/ano2\\_n3/revista\\_agroecologia\\_ano2\\_num3\\_parte12\\_artigo.Pdf](http://www.emater.tcche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.Pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2007.

DOWBOR, L. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. **Revista Polis**, São Paulo: POLIS, n.25, 1996.

ESPÍRITO SANTO, L.S. **Potencialidades e limitações da agropecuária Sul-Mineira na perspectiva de profissionais de ciências agrárias e lideranças de produtores rurais**. 2000. 88p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Congresso de apicultura vai reunir 600 produtores familiares na Superagro**. Disponível em: <<http://www.emater.mg.gov.br>>. Acesso em: 24 jan. 2008.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R.C. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

FERREIRA, P. A. **Potencialidades e limitações da agricultura familiar no sul de Minas Gerais: um diagnóstico fundamentado na abordagem interpretativa**. 2007. 129p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTRATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 set. 2005.

GIDDENS, A. **A Terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1999.173 p

GIDDENS, A. **Central problems in social theory**. Berkeley: University of California, 1979.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E HIDRÁULICA.

**Introdução à diversificação de atividades em meio rural.** Disponível em: <[http://www.idrha.min-agricultura.pt/meio\\_rural/introducao.htm](http://www.idrha.min-agricultura.pt/meio_rural/introducao.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2007.

KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A.; REYDON, B. P.; SILVA, J. G. da. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, g.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C. M. **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 1990. p.113-223.

KLUTH, V. S. A rede de significados: imanência e transcendência: a rede de significação. In: BICUDO. **Fenomenologia: confrontos e avanços.** São Paulo, Cortez, 2000.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar.** Campinas: UNICAMP, 1993.

LAMOUNIER, B. **Determinantes políticos da política agrícola.** Brasília: IPEA, 1994. 58 p.

LAYDER, D. **Understanding social theory.** London: Sage, 1994. 230 p.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989. 149p.

MULLER, G. Estado e classes sociais na agricultura. **Estudos Econômicos,** São Paulo, v. 12, n. 2, p. 81-94, ago.1982.

OAKLEY, P. **Projects with people: the practice of participation in rural development.** Geneva: International Labour Office, 1991. 284 p.

OAKLEY, P.; GARFORTH, C. **Guide to extension training.** Roma: FAO, 1985. 144 p.

OLIVEIRA, J. A. P. “Meio ambiente e desenvolvimento sustentável”. In: CAVALCANTI, B. S.; RUEDIGER, M. A.; SOBREIRA, R. (Org.). **Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas.** Rio de Janeiro: FGV, 2005. 200 p.

ORTEGA, A.C.; SÓ, L.L.S. **Gasto público, descentralização e política de desenvolvimento territorial: experiências municipais no Brasil: um estudo de caso do Pronaf em Orizona e Davinópolis em Goiás-Brasil.** Uberlândia: Imprensa Universitária, 2006.

PARSONS, T.; SHILS, E. A. **Hacia una teoría general de la acción.** Buenos Aires: Kapelusz, 1968. 555p.

PEIXOTO, S. E. **Agricultura familiar: questões para debate.** 2006.  
<[http://www.ebda.ba.gov.br/ap\\_info\\_artigo\\_dc.asp?acao=C&arte\\_cd\\_codigo=1](http://www.ebda.ba.gov.br/ap_info_artigo_dc.asp?acao=C&arte_cd_codigo=1)>. Acesso em: 8 fev. 2007.

PERONDI, M. A.; RIBEIRO, E.M. As estratégias de reprodução de sítiantes no oeste de Minas Gerais e de colonos no sudoeste do Paraná. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 2, n. 2, jul./dez. 2000.

RAHMAN, M. D. A. **People's Self-development: perspectives on participatory action research.** London: Zed Books, 1993. 234 p.

ROULEAU, L.; JUNQUILHO, G. S. Analyse organisationnelle et théorie de la structuration: le renouvellement du projet moderniste. In : ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 22., 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998. 1 CDROM.

SANTOS, S. **Agricultura familiar, marketing e inserção nos mercados: o sonho possível?** 1999. 87 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v.16, p.164 - 184, 2001.

SCHUCH, H. J. **A importância da opção pela agricultura familiar.** 2004. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/fetagr/fetagr99>>. Acesso em: 26 jan. 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia. das Letras, 2000. 409p.



SEOANE, C. J. B. La escuela de Frankfurt y los posmodernos: un diálogo posible. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Caracas, v. 6, n. 2, p. 193-217, mayo/ago. 2000.

SILVA, J. F. G. da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? **Textos para Discussão Nead**, Campinas, v. 2, p. 5-52, 2001.

SILVA, J. F. G. da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 108p.

SILVA, J. G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996. 217p.

SILVERMAN, D. **Interpreting qualitative data: methods for analyzing talk, text and interaction**. Londres: Sage, 1994. 221p.

SIMÃO, A.A. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar Sul Mineira**. 2005. 149p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basic of qualitative research**. Londres: Sage, 1994. 270p.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 152p.

TAYLOR, C. Interpretation and the sciences of man. In: RABINOW, P.; SULLIVAN, W. M. **Interpretive social science: a reader**. Los Angeles: University of California, 1979. p. 25-71.

VEIGA, J. E. da. A **Tímida política agrária**: a Questão do campo exige novos rumos no Brasil. In: *Ciência Hoje* (SBPC), vol. 24, n.141,1998, p. 27-31.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005. 287p.

WANDERLEY, M.N.B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarraca (compiladora). Colección Grupos de Trabajo, CLACSO, 2000.

WATSON, T. **In search of management: culture, chaos and control in managerial work**. London: Routledge, 1994.

WEISSHAUPT, J. A teoria da ação em Alain Touraine: alguns supostos e uma aplicação teórica. In: CARVALHO, M.C.B. de. **Teoria da ação em debate**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 11-40.

ZIZEK, S. De história e consciência de classe à dialética do esclarecimento, e volta. **Lua Nova**, São Paulo, n. 59, p. 159-175, 2003.